

EQUIPES DE NOSSA SENHORA – ENS

EQUIPE RESPONSÁVEL INTERNACIONAL - ERI

Equipe Satélite de Formação Cristã

ALBERGUE/CURSO DE CRISTOLOGIA

Observação: traduzido do espanhol para o português (do Brasil).

SUMARIO

	INTRODUÇÃO: QUEM É JESUS CRISTO PARA VOCÊ?	5
MESA 1	O ACESSO A JESUS DE NAZARÉ NA ESPERANÇA HISTÓRICO-SALVÍFICA DE ISRAEL	9
	1.1- A pergunta por Jesus de Nazaré	9
	1.2- Relação entre o Antigo e o Novo Testamento	11
	1.3- O Deus da promessa e o Povo da Esperança	13
	1.4- Nomes e títulos de Jesus	18
MESA 2	O MINISTÉRIO PÚBLICO DE JESUS DE NAZARÉ	22
	2.1- O Batismo de Jesus	22
	2.2- As tentações de Jesus	24
	2.3- O Reino de Deus, mensagem central de Jesus	28
	2.4- Os milagres de Jesus, sinais do Reino de Deus	31
MESA 3	PAIXÃO E MORTE NA CRUZ DE JESUS DE NAZARÉ	35
	3.1- Jesus a caminho de Jerusalém	35
	3.2- A última Ceia	37
	3.3- A morte de Jesus na Cruz	41
	3.4- A morte de Jesus como evento salvífico	45
MESA 4	A RESSURREIÇÃO E ASCENSÃO DE JESUS CRISTO	48
	4.1- A Ressurreição de Jesus Cristo	48
	4.2- A Ressurreição como fundamento de nossa fé	53

4.3-	Conteúdo da fé na ressurreição de Jesus	54
4.4-	A Ascensão de Jesus	58
MESA 5	O MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS	61
5.1-	A finalidade da Encarnação	63
5.2-	A pré-existência do Verbo	65
5.3-	A pessoa de Jesus Cristo	67
5.4-	A consciência de Jesus Cristo	68
5.5-	A Liberdade em Jesus Cristo	70
5.6-	A Santidade de Jesus Cristo	71
MESA 6	JESUS CRISTO NA CONFISSÃO DE FÉ E NO ENSINAMENTO DA IGREJA ...	73
6.1-	Dos Apóstolos aos Padres da Igreja	73
6.2-	Jesus, verdadeiro Deus - Concílio de Niceia	77
6.3-	Jesus é totalmente Homem - Concílio de Constantinopla I	81
6.4-	Jesus Cristo, uma pessoa: a do Filho de Deus - Concílio de Éfeso	84
6.5-	Cristo, uma pessoa em duas naturezas – Concílio de Calcedônia	87
6.6-	A vontade humana de Cristo - Concílio de Constantinopla III	90
MESA 7	JESUS E SUA RELAÇÃO COM	94
7.1-	Jesus e os Apóstolos	95
7.2-	Jesus e os pecadores	96
7.3-	Jesus e os doentes	98
7.4-	Jesus e seus amigos	99
7.5-	Jesus diante de seus inimigos	101
7.6-	Jesus e as crianças	103
7.7-	Jesus e as mulheres	104
MESA 8	MARIA, MÃE DO FILHO E MÃE NOSSA	107
8.1-	A inesperada notícia da Anunciação	107

8.2-	A alegria profunda em Belém	109
8.3-	A oferenda de Maria no Templo	110
8.4-	Maria, Mestre e Discípula de Nazaré	112
8.5-	As lágrimas de Maria no Calvário	113
	CONCLUSÃO: CONHECER JESUS CRISTO E SEGUI-LO	118
	BIBLIOGRAFIA UTILIZADA E CITADA	121

INTRODUÇÃO

QUEM É JESUS CRISTO PARA VOCÊ?

Se alguém te perguntasse agora: **Quem é Jesus Cristo para você?** O que você responderia? Como você responderia?

Você se lembra da resposta de Pedro, quando Jesus perguntou a seus discípulos: “E vós, quem dizeis que sou eu?” Pedro respondeu e disse: “Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo” (Mt 16, 13-20).

Falar de Jesus Cristo é falar da essência do cristianismo. A transmissão da fé cristã é, antes de tudo, o anúncio de Jesus Cristo. Ou seja, no centro da catequese cristã encontramos essencialmente a pessoa de Jesus de Nazaré, o Filho unigênito do Pai, como nos ensina o Catecismo da Igreja Católica. (CIC, 422-429)

Cristo é o centro da catequese. Por isso, catequizar alguém “é desvendar na pessoa de Cristo todo o desígnio eterno de Deus [...]. É procurar compreender o significado dos gestos e das palavras de Cristo e dos sinais realizados por Ele”. O propósito da Eucaristia dominical é levar à comunhão com Jesus Cristo: “Só Ele pode nos conduzir ao amor do Pai no Espírito e fazer-nos participar na vida da Santíssima Trindade”. (CIC, 426)

O Catecismo nos ensina quem é Cristo, mas isto não é suficiente. O Papa Francisco pediu “oração, adoração e nos reconhecemos pecadores para realmente conhecer Jesus”.¹

Comentando uma passagem da carta de São Paulo aos Efésios, o Papa recordou que deve ser Cristo a habitar nossos corações. “Aí está o centro”, disse. “Como podemos conhecer Cristo? Como podemos entender o amor de Cristo que supera todo conhecimento?” perguntou.

¹ Homilia do Papa Francisco na missa matutina celebrada na capela da Casa de Santa Marta, em 20 de outubro de 2016.

Cristo está presente no Evangelho. Lendo o Evangelho conhecemos Jesus Cristo. E todos nós fazemos isto. No mínimo escutamos o Evangelho quando vamos à Missa. O estudo do Catecismo nos ensina quem é Cristo. Mas isto não é suficiente. Para sermos capazes de compreender qual é a amplitude, a extensão, a altura e a profundidade de Jesus Cristo é necessário entrar em um contexto, primeiro, de oração, como faz Paulo, de joelhos: “Pai, envia-me o Espírito para conhecer Jesus Cristo”. (cf. Ef 13,14-19)

Para conhecer Jesus, afirma o Papa, “é necessária a oração; mas não apenas orar; também adorar este mistério que supera todo conhecimento”, porque “não se conhece o Senhor sem este costume de adorar, de adorar em silêncio. Adorar. Creio – se não me engano – que esta oração de adoração é a menos conhecida por nós. É a que fazemos menos. Perder o tempo – me permito dizer – perante o Senhor, perante o mistério de Jesus Cristo. Adorar. E ali em silêncio, no silêncio da adoração. Ele é o Senhor e eu o adoro”, acrescentou.

Finalmente, “para conhecer Jesus Cristo é necessário ter consciência de nós mesmos; quer dizer, ter o costume de nos acusar a nós mesmos, reconhecendo que somos pecadores”. É que, continuou o Papa: “Não se pode adorar sem acusar-se a si próprio. Para entrar neste mar sem fundo, sem margem, que é o mistério de Jesus Cristo, são necessárias estas coisas. A oração: ‘Pai, envia-me o Espírito para que Ele me conduza a conhecer Jesus’. Segundo: a adoração do mistério, entrar no mistério, adorando. E terceiro: acusar-se a si mesmo. Sou um homem de lábios impuros’. Que o Senhor nos dê esta graça, que Paulo pede para os Efésios, também para nós, esta graça de conhecer e ganhar Jesus Cristo”.

Então, o que significa crer em Jesus Cristo hoje em dia? Sua vida, sua pessoa e seu estilo de viver me dizem ainda alguma coisa hoje em dia?

Entrar no âmago do sentido do crer em Jesus Cristo hoje em dia implica em responder a estas perguntas.

O que é, então, a Cristologia? Do que trata a Cristologia? Por que é importante para cada cristão o estudo da Cristologia?

Cristologia é uma parte ou uma área da teologia cristã² que trata do estudo da pessoa e obra de Jesus Cristo; ou seja, sua natureza divino-humana, sua encarnação, sua revelação de Deus, seus milagres, seus ensinamentos, sua morte, ressurreição e ascensão, sua intercessão em nosso favor, seu ofício de juiz, sua posição de Cabeça de todas as coisas, sua centralidade no mistério da vontade de Deus.³

Qual é a etimologia da palavra "*Cristologia*"?

Christos é uma palavra que vem da tradução grega do termo hebreu "Messias", que quer dizer "ungido". Jesus é o "Messias", ou seja, o "ungido de Deus". Assim, *Christos* é um dos títulos da primitiva comunidade cristã que expressa a fé que professava em Jesus de Nazaré, Salvador da humanidade.

Logia significa estudo, doutrina, tratado, reflexão.

Portanto, a (palavra) Cristologia significa o estudo e a reflexão da pessoa de Jesus, de sua mensagem, de suas ações, de sua morte e ressurreição. É uma reflexão de fé, que nasce dentro da comunidade dos apóstolos e discípulos que viveram com Jesus e os que acreditaram pela primeira vez em seu testemunho, e que cresce, se alimenta e se mantém viva e eficaz até hoje por meio de nós – que cremos.

A reflexão da Cristologia católica é necessária, já que a Igreja Católica é Cristocêntrica, ou seja, tem Jesus Cristo como o centro de sua existência e missão. Como nos diz a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, Cristo é a luz dos povos. Por isso, "todos os homens são chamados a esta união com Cristo, luz do mundo, do qual vimos, por quem vivemos, e para o qual caminhamos".⁴

O centro da fé cristã é, sem dúvida, Cristo. Saber quem é Jesus Cristo, e tomar conhecimento de sua proposta, é o caminho autêntico para decidir-se por Ele em cada situação da vida, até a

² Teologia se divide em matérias específicas para serem estudadas, como: Cristologia, Mariologia, Dogmática, Liturgia, Escatologia, Eclesiologia, Trinitária, Bíblia, etc. Sendo Jesus Cristo o centro da revelação e da vida cristã, parece justo entender a Cristologia como a matéria central para justificar e legitimar o estudo das demais matérias, já que tudo fala de Jesus Cristo.

³ CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. Vol. 1, São Paulo: Editorial Hagnos, 2002.

⁴ Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, n° 3.

decisão definitiva e fundamental no ato da morte. Jesus Cristo é o divisor dos tempos, pois estes são contados “antes de Cristo” e “depois de Cristo” no mundo inteiro.

A Cristologia também é responsável pelo que a Igreja Católica prega. A missão da Igreja em todos os tempos é anunciar Jesus, o Cristo. O ensinamento católico quer sempre promover o encontro pessoal com o Cristo vivo e ressuscitado. Portanto, é necessário conhecer Jesus Cristo para apresentá-lo de modo autêntico a toda pessoa humana.

O Messias é a grande esperança do povo de Israel no Antigo Testamento. Esta esperança é dada a toda a humanidade com a vinda de Jesus Cristo, quer dizer, aquele que foi prometido para cumprir esta esperança. Ele é um homem. Ele é histórico.

Mas, Ele também é divino. Ele é o ungido de Deus. Suas obras o revelam como o Cristo e Ele revela a vontade de Deus: que toda a humanidade seja livre da escravidão e das trevas do pecado. Ele esmagou a cabeça da serpente, foi um exemplo de obediência a Deus e resgatou o ser humano, tornando-o capaz de voltar à comunhão com Deus.

Neste Albergue/Curso, encontramos as seguintes Mesas ou Capítulos:

- 1) O acesso a Jesus de Nazaré na esperança histórico-salvífica de Israel
- 2) O Ministério Público de Jesus de Nazaré
- 3) A Paixão e Morte na Cruz de Jesus de Nazaré
- 4) A Ressurreição e Ascensão de Jesus Cristo
- 5) O Mistério da Encarnação do Filho de Deus
- 6) Jesus Cristo na confissão de fé e no ensinamento da Igreja
- 7) Jesus e sua relação com...
- 8) Maria, Mãe do Filho e Nossa Mãe

O albergue/curso de Cristologia contém uma reflexão sobre Jesus Cristo, que tem como objetivo ajudar a responder à pergunta inicial feita por Cristo a seus discípulos: E vós, **quem dizeis que eu sou?** (Mt 16,15).

MESA 1

O ACESSO A JESUS DE NAZARÉ NA ESPERANÇA HISTÓRICO-SALVÍFICA DE ISRAEL

Ao iniciarmos esta Mesa, a primeira coisa que desejamos conhecer é seu objetivo. Para compreender Jesus Cristo, sua pessoa, sua mensagem e sua obra de salvação, é importante considerar o ambiente religioso de Israel. Este contexto de fé e esperança de Israel é o que Jesus e seus discípulos viveram. É voltando sobre seus caminhos que podemos conhecê-lo melhor. É reconhecendo o desenvolvimento da revelação de Deus na história salvífica de Israel e em suas tradições onde podemos descobrir como o Antigo Testamento aponta para Jesus, mas também como Ele leva ao seu pleno cumprimento a Lei e os Profetas.

1.1- A pergunta por Jesus de Nazaré

A pergunta por Jesus de Nazaré, por sua história, sua pessoa, sua obra e sua mensagem esteve presente desde o início da comunidade cristã.

Em Pentecostes, o Espírito Santo dá aos discípulos uma repentina iluminação de toda a obra e pessoa de Cristo. Pedro conclui seu discurso de Pentecostes com a solene definição: "Que toda a casa de Israel saiba, portanto, com a maior certeza de que este Jesus, que vós crucificastes, Deus o constituiu Senhor e Cristo" (At 2,36). A partir desse dia, a comunidade primitiva começou a reler sobre a vida de Jesus, sua morte e sua ressurreição, de forma diferente. Tudo pareceu claro, como se um véu tivesse caído de seus olhos (cf. 2Co 3,16).

A Igreja, sem a iluminação do Espírito Santo, não poderia penetrar na profundidade do mistério de Jesus Cristo. São Paulo chega a afirmar que "ninguém pode dizer: Jesus é o Senhor, senão no Espírito Santo" (1Cor 12,3). Atribui ao Espírito Santo "a compreensão do mistério de Cristo" que foi dada a ele, como a todos os santos apóstolos e profetas (cf. Ef 3,4-5); diz ainda que os fiéis seriam capazes de "compreender a amplitude, a extensão, a altura e a

profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo conhecimento", somente se forem "fortalecidos pelo Espírito" (Ef 3,16-19).

No evangelho de João, o próprio Jesus anuncia esta obra do Paráclito a respeito dele. Ele tomará do seu e o anunciará aos discípulos; lembrar-lhes-á tudo o que ele disse; os conduzirá à verdade plena sobre sua relação com o Pai e lhes dará testemunho (cf. Jo 16,7-15).

Isto permite esclarecer que, no Novo Testamento (NT), a história de Jesus não pode ser compreendida como uma biografia no sentido moderno da expressão. Os evangelhos, inspirados pelo Espírito Santo, são testemunhos de fé das testemunhas privilegiadas que buscam, por sua vez, suscitar a fé em Jesus em seu pleno significado como "Cristo" e "Senhor".

A partir do século XVIII, dominados pelo espírito do Iluminismo, surgiram perguntas como: O Jesus histórico é o mesmo que o Cristo da pregação dos apóstolos e da Igreja? São os evangelhos narrativas históricas ou invenção dos discípulos de Jesus?

Deste contexto, o resultado foi a divisão entre o "Jesus da história" e o "Cristo da fé", o que alcançou grande popularidade. Em outras palavras, não interessa saber quem é Jesus Cristo, mas quem Ele foi na realidade da história.

Bento XVI, em seu livro *Jesus de Nazaré*, constata, com preocupação para a fé, que este debate deixou a impressão de que sabemos poucas coisas certas sobre Jesus e que a fé dos apóstolos e da Igreja em sua divindade é a que formou sua imagem. Para entender isto melhor, digamos que, para os pesquisadores do Jesus da história, a suposição comum era que, para encontrar o verdadeiro Jesus, deve-se buscar fora da Igreja, desligá-lo das vendas do dogma eclesial; por isso, o testemunho válido é o histórico e não o testemunho apostólico da Igreja.⁵

Bento XVI, corrigindo o "método histórico-crítico", afirma que a existência histórica de Jesus de Nazaré é a única razão que explica a origem dos evangelhos. Estes, por sua própria natureza, são a "lembrança" dos indivíduos dentro da comunidade cristã guiada pelo Espírito

⁵ Ver Joseph Ratzinger – Bento XVI. **Jesus de Nazaré: do Batismo no Jordão à Transfiguração**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 12-15.

Santo. Neste sentido, afirma que a ressurreição é o acontecimento que despertou esta "lembrança" da história de Jesus e que permitiu entrar no interior do que aconteceu, ou seja, nessa relação entre os fatos e as palavras do Senhor.

Na cristologia católica há o convencimento de que a única possibilidade para entrar em contato com o verdadeiro Jesus de Nazaré é mediante a fé da Igreja animada pelo Espírito Santo, e apenas através dela alguém volta à sua fonte.

1.2- Relação entre o Antigo e o Novo Testamento⁶

Recordemos que, para conhecer melhor Jesus de Nazaré, é fundamental situá-lo no horizonte da fé e da esperança salvífica de Israel. O Antigo Testamento (AT) não é apenas necessário, mas essencial para compreender a pessoa, a mensagem e a obra de Jesus no NT. Disto dão testemunho todos os livros do NT.

1.2.1- Jesus Cristo e o Antigo Testamento

Nos evangelhos, e em todo o NT, Jesus é apresentado como Aquele em que são cumpridas as Escrituras. O próprio Jesus introduziu a interpretação de si próprio referindo-se às Escrituras na sinagoga de Nazaré (cf. Lc 4,14-30).

Em sua pregação Jesus anuncia a proximidade do Reino de Deus com a sua vinda. Também, depois da Páscoa, no caminho de Emaús, Jesus adverte seus discípulos sobre a necessidade de conhecer as Escrituras para entender que elas apontam para Ele e n'Ele alcançam cumprimento (cf. Lc 24,25-27, 44-45).

Por último, há consenso de que Jesus de Nazaré recorreu a títulos presentes na Escritura para apresentar-se a si próprio como "Filho de Davi" (Mc 12,35-37), "Servo do Senhor" (Lc 4,16-30), "Filho do homem" (Lc 12,8).

⁶ Cf. ANGELO AMATO. *Jesús el Señor*. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002, p. 59-69; cf. GERALD O'COLLINS. *Christology: A Biblical, Historical, and Systematic Study of Jesus*. Second Edition, Ebook, 2009, p. 22-24; cf. BRUNO FORTE. *Gesù di Nazaret, storia di Dio, Dio della storia. Saggio di una cristologia come storia*. San Paolo Edizioni, 2007, p. 67-74. Recordemos, para o que segue, que quando Jesus e o NT se referem às "Escrituras", aludem mais exatamente à Lei, aos Profetas e a outros livros, como por exemplo, os Salmos.

Desta forma breve podemos descrever algumas características da interpretação que Jesus dá à Escritura, como segue:

- Jesus, ao interpretar a Escritura com relação a si mesmo, indica claramente que o anunciado por meio de Moisés e dos profetas alcança n'Ele seu cumprimento (cf. Mt 5,17).
- Jesus, ao fazer uso da Escritura, como por exemplo, nas tentações ou em suas discussões com os escribas e fariseus, reafirma que o AT conserva seu valor próprio de revelação (cf. Mc 12,29-31).
- Uma terceira é a novidade do evento Jesus Cristo. Em relação com a Escritura, Jesus também revela no poder de sua palavra e de sua obra a superação dos esquemas anteriores. Por exemplo: na controvérsia sobre o sábado, a ideia do Messias, do servo de Deus e do Filho do homem adquirem em Jesus um novo significado e realização definitiva.

1.2.2- A primitiva comunidade cristã e o Antigo Testamento

O AT foi para a primitiva comunidade cristã e autores do NT a principal fonte para estruturar suas convicções sobre Jesus, sua mensagem, sua obra, sua morte e ressurreição, e iluminar a novidade de seu acontecimento. A leitura de alguns textos deixa perceber que os cristãos leem o AT à luz do Cristo morto e ressuscitado.

- No evangelho de Lucas, Jesus Ressuscitado explica aos discípulos de Emaús tudo o que se refere a Ele nas Escrituras (cf. Lc 24,32).
- Pedro, em seu primeiro discurso, diz: Israelitas, ouvi estas palavras: Jesus de Nazaré, homem de quem Deus tem dado testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais que Deus por ele realizou no meio de vós como vós mesmos o sabeis, depois de ter sido entregue, segundo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de ímpios. Mas Deus o ressuscitou, rompendo os grilhões da morte, porque não era possível que ela o retivesse em seu poder. Pois dele diz Davi: Eu via sempre o Senhor perto de mim, pois ele está à minha direita, para que eu não seja abalado. (At 2,22-25).

- Paulo também recorre às Escrituras: "Eu vos transmiti primeiramente o que eu mesmo havia recebido: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado, e ressurgiu ao terceiro dia, segundo as Escrituras; (1Co 15,3).
- Também a catequese cristã primitiva recorreu constantemente ao AT (cf. 1Co 5,6-8; 10,1-11).

O *Catecismo da Igreja Católica* recorda que, já desde os tempos apostólicos, a tradição da Igreja lia o AT à luz de seu cumprimento em Jesus Cristo, mediante muitas imagens e eventos da história do AT que, de maneira profética, anunciam o que acontecerá com Jesus.

Por exemplo, a imagem do novo Moisés referida a Jesus; Jesus como o Sumo Sacerdote prefigurado por Melquisedec; o servo sofredor de Isaías como antecipação do Jesus obediente até a morte.

Isto serviu para ver as "obras de Deus na Antiga Aliança" como "prefigurações do que Deus realizou na plenitude dos tempos na pessoa de seu Filho encarnado" (CIC, 128).

A. Amato destaca a função preparatória do AT do seguinte modo: "Se o NT proclama que Jesus é o Cristo, nos remete ao AT; a partir deste é onde temos que aprender o que significa ser 'Cristo', 'Filho de Davi' e 'Filho de Deus', 'Filho do homem' e 'Servo de Deus', e também 'expiação' e 'reconciliação', 'salvação' e 'redenção'".⁷

A mútua iluminação entre o AT e o NT:

- a) Afirma a função preparatória do AT com respeito à vinda de Jesus Cristo;
- b) Evita pretender compreender o evento de Jesus Cristo sem o AT; e,
- c) Adverte para as dificuldades de uma interpretação literal e imediata do AT.

1.3- O Deus da promessa e o Povo da Esperança⁸

Para Israel, seu futuro sempre esteve guiado pela esperança do cumprimento das promessas de Deus. Abraão escutou a voz de Deus e partiu como o Senhor lhe havia dito (cf. Gn 12,1-9),

⁷ Angelo Amato, op. cit., p. 68.

⁸ Cf. Angelo Amato, p. 59-107; cf. Bruno Forte, op. cit., p. 67-74.

apoiado apenas nas promessas de seu Deus. Desde aquele instante, Israel foi sempre um povo peregrino à espera da promessa.

Esta relação entre Deus e seu povo não foi sempre harmoniosa e tranquila. A história de Israel está marcada pela permanente tensão entre as promessas de Iahweh e a espera desse futuro. Nesta tensão, diz B. Forte, "do encontro e do desencontro entre a experiência e a promessa, nasce a expressão mais profunda da alma do AT: o messianismo".⁹

O papel do "messianismo" foi conservar viva a lembrança da promessa de Deus em cada momento da história de Israel. Por isto, a esperança messiânica é a espinha dorsal do AT, que ao longo de sua história toma diferentes formas, como profeta, rei, sacerdote e inclusive como Sabedoria de Deus.

1.3.1- O messianismo profético¹⁰

Moisés é o protótipo de profeta. A Moisés foi confiada a Palavra da Promessa de maneira original e que permaneceu viva e eficaz através dos profetas nas diferentes circunstâncias do povo.

Faz parte desta promessa um novo profeta semelhante a ele: "Eu lhes suscitarei, do meio de seus irmãos, um profeta semelhante a ti; porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar" (Dt 18,18).

Neste texto, o próprio Moisés desenha as principais características do profeta:

- a) Chamado por Deus pessoalmente; e,
- b) Sua missão é ser a voz de Deus para seu povo e a voz dos homens para Deus (cf. Dt 18,15.18).

A esperança de Israel adquire diferentes configurações, dependendo das situações históricas. Assim, nos tempos de tranquilidade, esta esperança desperta a consciência do povo de Deus em Israel. Em tempo de exílio, a esperança é alentada com o anúncio de um profeta que

⁹ Bruno Forte, op. cit., p.73.

¹⁰ Para o que segue, ver Bruno Forte, op. cit., p. 74-77.

restaurará Israel, um profeta dos últimos tempos, algo assim como outro Elias (cf. Mt 3,23) ou um novo Moisés.

Nos tempos de Jesus, no meio do povo judeu há uma grande expectativa por um novo messias profeta, um profeta como Moisés, que restabeleça a Lei de Deus e a aliança definitiva.

No NT, Jesus é reconhecido não apenas como um dos profetas do AT, mas como o ungido em quem Deus cumpre todas as suas profecias (cf. Lc 9, 8; Lc 24, 44-45). Neste sentido, Bento XVI destaca que: "Mateus nos apresenta Jesus como o novo Moisés, no sentido profundo como vimos anteriormente a propósito da promessa de um profeta referido no Livro do Deuteronômio".¹¹

1.3.2- O Messianismo Real¹²

No AT a esperança da salvação está estreitamente ligada à estirpe do rei Davi. Esta esperança tem sua raiz histórica na promessa de Deus que o profeta Natan anuncia ao rei Davi: "Tua casa e teu reino permanecerão para sempre ante ti; teu trono estará firme, eternamente" (2Sam 7,16).

O testemunho de Jeremias, nos anos que precedem a destruição de Jerusalém, anuncia um novo começo no qual Deus suscitará "a Davi um rebento justo; reinará um rei prudente, praticará o direito e a justiça na terra" (Jr 23,5). Ezequiel, profeta do exílio, não renuncia a esperar um novo Davi (cf. Ez 37,24s; 34,23; 17,22-24). Depois do exílio, a esperança do reino do Messias futuro se anuncia como um evento escatológico iminente e universal.

No NT, para o evangelista Lucas, na anunciação, o Anjo apresenta Jesus com os traços de um personagem real que necessariamente remete à esperança "messiânica real" do AT. Diz: "Ele será grande, será chamado Filho do Altíssimo e o Senhor seu Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; reinará sobre a casa de Jacó por séculos e seu reino não terá fim (Lc 1,32-33). Também a promessa de Zacarias 9,9 serve ao evangelista Marcos (11,1-11), e é citado expressamente

¹¹ Bento XVI, op. cit., p. 101.

¹² Para o que segue, ver Bruno Forte, op. cit., p. 78-81; A. Amato, op. cit., p. 70-78.

por Mateus e João para fazer compreender o "Domingo de Ramos". "Dizei à filha de Sião: Eis que teu rei vem a ti, cheio de doçura, montado numa jumenta, num jumentinho, filho da que leva o jugo". (Mt 21,5; cf. Jo 12,15)¹³

1.3.3- O Messianismo Sacerdotal¹⁴

No AT se encontra uma corrente messiânica sacerdotal. Por seu lado, no NT, os cristãos recorreram à imagem sacerdotal para expressar sua experiência e sua crença em Jesus. Recordemos que também aqui foram feitos alguns ajustes com respeito ao AT:

- a) A partir de Moisés e todo o AT, o sacerdócio está estreitamente vinculado à família de Levi, e por isto são chamados de Levitas. A estes é confiado oferecer o sacrifício e a mediação no culto entre Deus e o povo (cf. Dt 33,8-11).
- b) Quando a monarquia é fundada, o rei permanece como o verdadeiro sacerdote de Israel (cf. Sal 110). Seu sacerdócio é segundo a ordem de Melquisedec, sacerdote do Altíssimo: "Tu és para sempre sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec" (Sal 110,4; cf. Gn 14,17-20).
- c) Depois da queda da monarquia, o sacerdócio começa a absorver também funções reais. O sumo sacerdote se converte no único autêntico representante do povo e o verdadeiro mediador de salvação (cf. Lv 4,3.5.16). Além disso, tem início a formação da esperança messiânica sacerdotal, como se vê em Ezequiel (cc. 40-48), e na visão de Zacarias (ao redor do ano 520 a.C.) que introduz a figura de Josué como sumo sacerdote (cf. Za 3,1-7)
- d) Sobre a última etapa, A. Amato escreve: "no século anterior à era cristã volta a se tornar mais intensa a espera messiânica ligada a um Messias sacerdotal dos últimos tempos. Em definitivo, para o cumprimento em Jesus Cristo, que, sendo Filho de Davi, é também sacerdote eterno segundo o rito de Melquisedec (cf. Hb 5,10)".¹⁵

¹³ Cf. Joseph Ratzinger - Bento XVI. **Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a ressurreição**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011; Joachim Gnilka. **Jesus de Nazaret**. Barcelona: Editorial Herder, 1993, p. 334-336.

¹⁴ A. Amato, op. cit., p. 78-83; B. Forte, op. cit., p. 81-83.

¹⁵ A. Amato, op. cit., p. 82-83.

1.3.4- O Messianismo Apocalíptico

Resta-nos examinar a espera de um mediador que vem totalmente do alto: "é o messianismo da figura da esperança pura, absoluta, da esperança da intervenção divina por excelência, que justifica as expectativas mais radicais e, nesse sentido, mais contraditórias perante o presente".¹⁶

Três são as figuras centrais da intervenção de Deus no messianismo apocalíptico de Israel: o Anjo de lahweh, a Sabedoria de Deus e a figura do Filho do Homem do profeta Daniel 7,13-14.

1.3.4.1- O Anjo de lahweh

Desde os Patriarcas até antes do exílio, esta figura é algumas vezes identificada como lahweh; em outras, atua em seu nome e é diferente dele. O Anjo de lahweh tem a função de revelar a vontade e a salvação de Deus (cf. Ex 3,2) e, também, de interceder perante Ele (cf. Zc 1,12).

Depois do exílio, chega a ser objeto de espera messiânica, segundo a passagem de Malaquias, escrito cerca de 470 a.C.: "Vou enviar meu mensageiro para suavizar o caminho diante de mim, e em seguida entrará no seu templo o Senhor a quem vós buscais; e o Anjo da aliança que tanto desejais, já chega, diz lahweh dos Exércitos" (Ml 3,1).

1.3.4.2- A Sabedoria de Deus

A Sabedoria é outra dessas figuras do AT que prepara o significado da pessoa de Jesus de Nazaré, "Sabedoria de Deus", como disse São Paulo (cf. 1Co 1,24-30). Mediante a figura da Sabedoria, a salvação se faz próxima aqui e agora.

A Sabedoria tem caracteres proféticos (cf. Pr 1,20-23), sacerdotais (cf. Pr 9,1-6) e reais (cf. Pr 8,12-36). A Sabedoria participou na criação do mundo (cf. Sb 9,9; Pr 3,19-20; 8,28-29). A mediação salvífica e a benevolência da Sabedoria são dirigidas a Israel e a toda a humanidade (cf. Sl 24,6-8; Sb 10,15).

¹⁶ B. Forte, op. cit., p. 84.

Desta forma, a figura da Sabedoria recebe os traços messiânicos de um mediador que desce dos céus.

1.3.4.3 – O "Filho do Homem"

Esta expressão de origem hebraica, frequente em Ezequiel, e que significa simplesmente um homem, ser fraco e mortal; no profeta Daniel parece designar um homem que supera a condição humana, figura celestial e apocalíptica (cf. Dn 7,2-27). Este misterioso Filho do homem, de origem celeste, é entronizado por parte de Deus como rei com poder universal e eterno.

De acordo com os evangelhos Sinópticos, Jesus empregou esta figura para aludir a si mesmo ao falar sobre sua vida e obra na terra (cf. Mt 8,20; 11,19), de sua morte e ressurreição (cf. Mc 8,31) e, ainda, de sua gloriosa vinda no juízo final (cf. Mc 8,38; 13,26-27). No evangelho de São João, o "Filho do homem" ganha um novo significado na boca de Jesus, isto é, uma figura pessoal pré-existente (cf. Jo 3,13; 6,62).¹⁷

1.4- Nomes e títulos de Jesus

Com o propósito inicial e para ilustrar a contribuição que o AT dá à mensagem cristológica do NT, vamos nos aprofundar em alguns títulos e nomes com os quais Jesus é designado no NT: o nome de Jesus, Cristo, Filho de Deus e Senhor.

1.4.1- Jesus

Os nomes bíblicos geralmente contêm um significado teológico. Isto acontece com o nome de Jesus.

Na anunciação, o anjo Gabriel pede a José que ao menino que vai nascer seja posto o nome de "Jesus", e lhe explica seu significado: "porque ele salvará seu povo dos seus pecados" (Mt 1,21).

¹⁷ Cf. G. O'Collins, op. cit., p. 62-67; B. Forte, op. cit., p. 84-86; A. Amato, op. cit., p. 100-103.

O nome "Jesus", em hebraico, quer dizer: "Deus salva". O nome "Jesus" contém o nome de Deus revelado a Moisés: "Iahweh". A salvação que Deus traz para seu povo não é apenas libertação da escravidão do Egito, mas sim, do pecado.

O *Catecismo da Igreja Católica* diz: "O nome de Jesus significa que o próprio nome de Deus está presente na Pessoa de seu Filho feito homem para a redenção universal e definitiva dos pecados. É o único nome divino que traz a salvação (...)". (cf. At 5,41; 3Jo 7)" (CIC, 432)

1.4.2- Cristo

A palavra "Cristo" vem da tradução grega do termo hebraico "Messias", que significa "ungido". Em Israel, o termo *Messias* designava aqueles que eram *ungidos-consagrados* por Deus para uma determinada missão: os reis, os sacerdotes e, em certas ocasiões, os profetas.

Como "Cristo", Jesus é o Profeta, o Sacerdote e o Rei. Neste sentido, o *Catecismo da Igreja Católica* nos ajuda a entender o que estudávamos anteriormente sobre a esperança messiânica em Israel, quando diz: "Jesus cumpriu a esperança messiânica de Israel em sua tripla função de sacerdote, profeta e rei" (CIC, 436).

No NT, Jesus é apresentado desde seu nascimento como o Messias prometido a Israel (cf. Lc 2,11). No momento de seu batismo, Jesus é o consagrado: "Deus o ungiu com o Espírito Santo e com poder" (At 10,38). Os primeiros cristãos identificaram Jesus rapidamente como o Messias. Isto não é o resultado de um desenvolvimento tardio; se encontra nas formulações do kerigma,¹⁸ profissão de fé e hinos (cf. 1Ts 1,1; Fl 2,6-11).

A palavra "Cristo" passou a designar sua identidade e sua atividade, e assim a ser nome próprio de Jesus, porque "Ele cumpre perfeitamente a missão divina que essa palavra significa" (CIC, 436).

¹⁸ Kerigma é uma palavra usada no Novo Testamento com o significado de mensagem, pregação, anúncio ou proclamação.

1.4.3- Filho de Deus¹⁹

No AT, este título de Filho de Deus é dado aos anjos, ao povo eleito (cf. Os 11,1); também, a personagens como os reis (Cf. Sl 82,6; 2Sm 7,14) ou a um justo. Este título indica o caráter particular da relação que Deus tem com a pessoa eleita.

No NT, a voz do céu no batismo e na transfiguração, e a maneira tão pessoal e íntima como Jesus se dirige a Deus como Pai e sua própria ressurreição (cf. Rm 1,4; Ga 1,16), contribuíram para fixar esta expressão como um título próprio de Jesus.

Jesus aceita a confissão de fé de Pedro como "o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt 16,16) e lhe responde com solenidade: "não foi nem a carne nem o sangue que te revelaram isto, mas sim meu Pai que está nos céus" (Mt 16,17).

Mas, esta revelação é dada diante do próprio Jesus, como diz o Catecismo da Igreja Católica: "Se Pedro pôde reconhecer o caráter transcendente da filiação divina de Jesus Messias, foi porque este a deu a entender claramente" (CIC, 443).

Este título ocupa um lugar central nos evangelhos. Por exemplo, Marcos começa e conclui seu evangelho proclamando Jesus como "Filho de Deus" (cf. Mc 1,1; 15,39), e é utilizado sobretudo por Paulo (cf. Ga 1,15-16) e João (cf. Jo 20,31).

O reconhecimento de Jesus como filho de Deus "será, desde o princípio (cf. 1Ts 1,10), o centro da fé apostólica (cf. Jo 20,31) professada em primeiro lugar por Pedro, sobre quem será construída a Igreja (ou, como fundamento da Igreja) (cf. Mt 16,18)" (CIC, 442).

O significado desta confissão de fé é resumido por W. Kasper do seguinte modo: "a profissão de fé em Jesus Cristo como o filho de Deus é um resumo que expressa o essencial e o específico da totalidade da fé cristã. Sem a confissão de fé em Jesus como o filho de Deus não pode existir a fé cristã".²⁰

¹⁹ Cf. G. O'Collins, op. cit., p. 62-67; E. G. Farrugia. **Hijo de Dios**, *Diccionario abreviado de teología*, p. 171.

²⁰ Walter Kasper. **Jesús, El Cristo**. 4ª Edición, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1982, p. 189.

1.4.4- Senhor

Na Bíblia hebraica, *lahweh* – o nome de Deus revelado a Moisés que os judeus evitavam pronunciar por respeito à sua transcendência – era chamado *Adonai*, "Senhor meu".

Na tradição grega dos Setenta se converte em *Kyrios*, que significa *Senhor*.

No AT, *Senhor* é a forma mais habitual para designar a divindade do Deus de Israel.

Nos evangelhos, com muita frequência, Jesus é chamado "Senhor" (cf. Mt 8,2; 14,30; 15,22). Ao atribuir a Jesus o título de "Senhor", que originalmente é dado a *lahweh*, o Deus de Israel e Criador, se está reconhecendo como pertencentes a Jesus o poder, a honra, a glória e a divindade própria de Deus Pai (cf. At 2,34-36; Rm 9,5; Tt 2,13; Ap 5,13).

Para Paulo, Deus Pai, ressuscitando Jesus dentre os mortos e exaltando-o em sua glória, dá a Ele o seu próprio nome e manifesta sua divina soberania: "Por isso Deus o exaltou e lhe deu o Nome, que esta acima de todo nome. Para que ao nome de Jesus todo joelho se dobre nos céus, na terra e nos abismos, e toda língua confesse que Cristo é o SENHOR para glória de Deus Pai" (Fl 2,9-11)²¹.

Para refletir:

- 1) A palavra Cristo vem do termo Messias, que significa Ungido. Em Israel, Messias designava uma pessoa que era "ungida" para uma missão. Como casal equipista, vocês se consideram ungidos, dispostos a qualquer missão que sua equipe ou o Movimento lhes chame? Por quê? Como o demonstraram? O que lhes falta para serem verdadeiros messias?
- 2) Se Jesus é apresentado como Aquele em que as Escrituras são cumpridas, nós acreditamos nesse Jesus de Nazaré, em sua história, em sua pessoa, em sua obra e em sua mensagem. Vocês estão fazendo com que as Escrituras sejam cumpridas em vossas vidas?

²¹ Cf. Catecismo da Igreja Católica, nº 446-451; J. L. GRESHAM. **Jesús101: God and Man**. First Edition, Liguori Publications, p, 50-53.

MESA 2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE JESUS DE NAZARÉ

Para conhecer uma pessoa é preciso encontrar-se com ela, compartilhar com ela, conhecer seu pensamento, seus projetos e seus ideais. Mas, quando a pessoa que queremos conhecer não é contemporânea a nós, devemos recorrer aos testemunhos das pessoas que a conheceram, compartilhado sua vida e transmitido suas lembranças.

Jesus viveu em um lugar delimitado e em um momento da história. Muitos homens e mulheres o conheceram, acolheram sua mensagem, seguiram-no. Estes o seguiram como discípulos e foram constituídos como comunidade.

A Igreja é essa comunidade que segue Jesus Cristo, que conserva sua memória, que oferece ao mundo seu testemunho e tem n'Ele sua esperança. A Igreja vive unida e sustentada por Ele para cumprir a missão de dá-lo a conhecer como Salvador da humanidade e presente em nossa história.

Este é o objetivo desta Mesa 2: conhecer Jesus pela leitura e compreensão de alguns momentos centrais de sua vida pública, começando pelo Batismo, suas tentações, seu ensinamento sobre o Reino de Deus e seu poder de fazer milagres.

2.1- O Batismo de Jesus²²

Jesus, com seu batismo no rio Jordão por João, o Batista, inaugurou seu ministério público (cf. Lc 3,23; At 1,22). Para entender o batismo de Jesus é necessário conhecer o significado do batismo realizado por João.

João proclamava, como disse Lucas, "um batismo de conversão para o perdão dos pecados" (Lc 3,3). Este está intimamente ligado à sua inexorável pregação do juízo de Deus.

²² Cf. Joseph Ratzinger - Bento XVI. **Jesus de Nazaré: Do Batismo no Jordão à Transfiguração**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

Importante notar que a pregação de João e seu batismo estão em continuidade com a corrente de esperança messiânica do povo de Israel no AT, que foi apresentada na Mesa 1.

Nos tempos de João Batista, os banhos sagrados e as purificações com água eram usuais. No entanto, a pregação de João traz consigo algo novo: a urgência da conversão e a necessidade do batismo para o perdão dos pecados.

Tudo isto está simbolizado nas fases do Batismo. Trata-se de um banho completo do corpo. A imersão nas águas fluentes do rio Jordão é, sobretudo, símbolo de vida. Trata-se de uma purificação da sujeira do passado para poder estar pronto para o Reino de Deus que está por chegar.

Os evangelhos dão testemunho de que uma multidão de pecadores, publicanos e soldados (cf. Lc 3,10-14), fariseus e saduceus (cf. Mt 3,7) e prostitutas (cf. Mt 21,32) que vêm para ser batizados por João.

É inegável que Jesus foi batizado por João. Deste fato dão testemunho os relatos evangélicos (cf. Mc 1,9-11; Mt 3,14-15; Lc 3,21-22; Jo 1,29-30.33-34).

O batismo de Jesus por João Batista é, em primeiro lugar, um acontecimento de revelação de seu mistério de Filho de Deus e de sua missão messiânica, ungido pelo Espírito de Deus.

Jesus não necessitava submeter-se ao batismo de João para mudar sua vida ou confessar seus pecados, pois Ele estava sem pecado. No entanto, Ele se colocou na fila da multidão de pessoas que aguardavam o perdão de seus pecados para submergir-se em seu viver comum, faz-se um com eles, um deles, e carrega desde então a culpa de toda a humanidade.

Deste modo, mediante o evento de seu próprio batismo, Jesus inaugura o mistério de nossa redenção. Jesus assume o posto dos pecadores. Deixa-se contar entre os pecadores (cf. Is 53,12).

Portanto, o Batismo de Jesus é a aceitação antecipada de sua morte pelos pecados de toda a humanidade. A voz do céu: "Este é meu filho amado" (Mt 3,17), é também a aceitação por parte do Pai da morte redentora de seu Filho que terá sua plenitude na Ressurreição.

Também o evangelho de João relaciona o batismo de Jesus com a redenção sacrificial do cordeiro Pascal. João Batista apresenta Jesus a seus discípulos como o "Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1,29). Inclusive, na Liturgia, estas palavras são pronunciadas antes da comunhão. Esta expressão na boca de João Batista, depois do batismo de Jesus, antecipa e ilumina o sentido redentor da morte de Jesus na cruz (cf. Jo 1,29).

No batismo, Jesus foi ungido pelo Espírito Santo para sua tripla missão messiânica: como profeta, sacerdote e rei. Jesus recebe o Espírito por nós, para dá-lo em plenitude a todos aqueles que creem Nele e se unem a Ele mediante o batismo (cf. At 1,5; 2,38). Este momento é o primeiro testemunho da escolha voluntária de Jesus de sua entrega para a salvação dos outros.

No batismo de Jesus, a Santíssima Trindade também se manifesta. Os quatro evangelhos iluminam o mistério trinitário do batismo de Jesus. O Filho é batizado e no momento da saída da água, o céu se abre e desce o Espírito que permanece sobre Ele em forma de pomba e, finalmente, o Pai, do céu, declara Jesus como seu Filho amado.

Estes fatos são de grande importância. O fato de que os céus se abrem sobre Jesus mostra essa íntima comunhão com o Pai. Jesus faz sua escolha em profunda adesão ao desejo do Pai. Depois, o próprio Pai proclama a missão de Cristo, uma missão que mais do que **fazer**, é uma missão de **ser** seu filho predileto pleno de seu Espírito (cf. CIC, 536).

2.2- As tentações de Jesus²³

Os três Evangelhos sinópticos nos contam que imediatamente depois de seu batismo por João, Jesus, "impulsionado pelo Espírito", vai ao deserto. Ali permaneceu sem comer durante quarenta dias; ao final destes dias, Satanás o tenta três vezes.

²³ Cf. Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit.

O objetivo do Tentador é propor a Jesus outra maneira de levar a cabo o ser Messias, Filho de Deus, em favor da humanidade. No centro das tentações está o aspecto da "escolha messiânica" de Jesus.

Jesus, "depois de jejuar quarenta dias e quarenta noites, ao final sentiu fome" (Mt 4,2). "Se és o Filho de Deus, ordene que estas pedras se convertam em pães" (Mt 4,3). Assim vemos na **primeira tentação**.

Nos evangelhos há outros dois relatos relacionados com o pão que nos ajudam a entender a gravidade desta primeira tentação.

O primeiro é o da multiplicação dos pães para as milhares de pessoas que o haviam seguido a um lugar desértico. Por que faz neste momento o que antes havia rechaçado como tentação? As pessoas haviam chegado para escutar a palavra de Deus e para isso haviam deixado todo o resto, e assim, como pessoas que abriram seu coração à Palavra de Deus por Jesus, estão agora preparadas para receber o pão que Jesus multiplica.

O segundo relato é na última ceia, que se converte na Eucaristia da Igreja e no milagre permanente de Jesus sobre o pão. O próprio Jesus se converteu em grão de trigo que, morrendo, dá muitos frutos (Jo 12,24). Ele próprio se fez pão para nós, e esta multiplicação durará inesgotavelmente até o fim dos tempos. Deste modo, entendemos agora as palavras de Jesus tomadas do Antigo Testamento (Dt 8,3) para rechaçar o tentador: "Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus".

Na **segunda tentação** de Jesus, uma vez que o diabo constatou que ao homem Jesus não basta a mera satisfação da fome corporal, oferece-lhe o prazer de emoções excitantes de maior intensidade. Esta tentação contém uma especial ameaça para o homem Jesus em sua condição de Filho de Deus e sua missão. Em primeiro lugar, o diabo cita o Salmo 9,11, que fala da proteção que Deus oferece ao homem fiel: "Porque deu ordens a seus anjos para que te guardem em teus caminhos; levar-te-ão em suas mãos, para que teu pé não tropece na pedra".

A resposta de Jesus, também tirada das escrituras (Dt 6,16) é: "Não tentarás o Senhor, vosso Deus!" Esta passagem alude às vicissitudes de Israel que, diante do perigo de morrer de sede no deserto, se rebela contra Moisés, o profeta de Deus. Esta rebelião contra Deus é descrita na Bíblia da seguinte maneira: "Tentaram o Senhor dizendo: Está ou não está o Senhor no meio de nós?" (Ex 17,7).

Esta cena sobre o pináculo do templo faz dirigir nosso olhar também para a cruz. Cristo não se joga do pináculo do templo. Não salta para o abismo. Não tenta Deus. Mas desceu ao abismo da morte, à noite do abandono, ao desamparo próprio dos indefesos. Atreveu-se a dar este salto como ato do amor de Deus pelos homens. E por isso sabia que, saltando, só podia cair nas mãos bondosas do Pai. Assim se revela o verdadeiro sentido do Salmo 91.

Na **terceira e última tentação**, o diabo conduz o Senhor em uma visão a um monte alto. Mostra-lhe todos os reinos da terra e seu esplendor, e lhe oferece dominar o mundo se se ajoelhar perante ele e o adorar.

Há duas cenas notáveis equivalentes na vida de Jesus que nos ajudam a entender esta última tentação. O Senhor ressuscitado reúne os seus "no monte" (cf. Mt 28,16) e diz: "Me foi dado pleno poder no céu e na terra" (Mt 28,18).

Aqui há dois aspectos novos e diferentes. O Senhor tem poder não apenas na terra e no que se vê, mas também no céu. A isso se soma o segundo aspecto: Jesus recebe este poder do Pai em sua ressurreição. Isto confirma que este poder do Ressuscitado pressupõe a cruz, pressupõe a morte, pressupõe o outro nome, o Gólgota, onde morreu pregado na cruz.

A outra cena ocorre quando Pedro pronunciou em nome dos discípulos sua confissão de fé em Jesus Messias-Cristo, o Filho do Deus vivo. Mas, precisamente neste momento crucial se apresenta o tentador e o perigo de colocar tudo ao contrário.

O Senhor explica imediatamente que o conceito de Messias deve ser entendido desde a totalidade da mensagem profética: não significa poder mundano, mas sim a cruz e a nova comunidade completamente diferente que nasce da cruz. Mas Pedro não havia entendido

nestes termos: "Pedro tomou-o à parte e começou a repreendê-lo: Não permita Deus, Senhor! Isto não pode acontecer-te" (Mt 16,22).

Somente lendo estas palavras sobre a intenção do relato das tentações entenderemos a resposta incrivelmente dura de Jesus para Pedro: "Para trás de mim, Satanás! Você é uma pedra de tropeço para mim, e não pensa nas coisas de Deus, mas nas dos homens" (Mt 16,23).

Mas, Jesus nos disse também o que objetou a Satanás, o que disse a Pedro e o que explicou de novo aos discípulos de Emaús: nenhum reino deste mundo é o Reino de Deus; nenhum assegura a salvação da humanidade em absoluto. O reino humano permanece humano, e quem afirma que pode construir o mundo segundo a mentira enganosa de Satanás, faz cair o mundo em suas mãos.

Os evangelistas, em suas narrativas, fazem notar que as tentações enfrentadas por Jesus recapitulam as tentações de Adão no Paraíso e as de Israel no deserto, e indicam o sentido salvífico deste acontecimento misterioso (CIC, 539). Em síntese, vejamos como expressam o sentido salvífico deste momento na vida de Jesus:

- Jesus, como novo Adão, vence com sua obediência a desobediência do primeiro Adão.
- Os quarenta dias de jejum de Jesus lembram os quarenta anos da rebeldia de Israel contra Deus no deserto. Jesus, por sua vez, cumpriu perfeitamente a vocação de Israel (CIC, 539).
- Onde Adão e Israel falharam, Jesus vence e abre para a humanidade um caminho novo de obediência e fidelidade.
- Cristo se revela como o Servo de Deus totalmente obediente à vontade do Pai (CIC, 539).
- A vitória de Jesus é uma antecipação da vitória da Paixão, ato supremo de obediência e de amor do Filho do Pai (CIC, 539).

O Catecismo da Igreja Católica destaca o messianismo de Jesus sobre as tentações, e afirma: "A tentação de Jesus manifesta a maneira que o Filho de Deus tem de ser Messias, o oposto

da que lhe propõe Satanás e que os homens desejam atribuir-lhe. É por isso que Cristo venceu o Tentador por nós". (CIC, 540).

2.3- O Reino de Deus, mensagem central de Jesus²⁴

O conteúdo central da pregação de Jesus é o tema do "Reino de Deus". Por isso, só podemos entendê-lo a partir da totalidade de sua mensagem.

Jesus começa sua vida pública anunciando, como em uma espécie de síntese do conteúdo fundamental de sua mensagem, a proximidade do reino de Deus: "O tempo foi cumprido, e o Reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede na Boa Nova" (Mc 1,15).

Mateus, por sua vez, resume as palavras e a atividade de Jesus da seguinte maneira: "Percorria toda Galileia, ensinando nas sinagogas e proclamando o Evangelho do Reino" (Mt 4,23).

Do ponto de vista histórico, o conteúdo da mensagem de Jesus sobre o Reino de Deus tem seu fundamento no AT, acolhendo as aspirações e expectativas mais profundas de Israel.

Recordemos o exposto na Mesa 1.

No Judaísmo da época de Jesus, a ideia da soberania de Deus fazia parte da liturgia do Templo e da vida diária do judeu devoto, que rezava: "Escuta, Israel: O Senhor nosso Deus é apenas um. Amarás ao Senhor teu Deus com todo o coração, com toda a alma e com todas as forças..." (Dt 6, 4; 11,13; cf. Nm 15,37-41).

Israel vivia desta fé; por isso, quando ouvem falar da vinda de Deus, desperta em seu coração a esperança de que Deus libertará imediatamente Israel da opressão estrangeira e estabelecerá no meio deles a justiça, a paz e a dignidade.

Jesus foi um verdadeiro israelita. No entanto, ao proclamar que o Reino de Deus está próximo, "que está dentro de vós" ou que "chegou até vocês", há algo novo. A novidade do anúncio e da irrupção do "reino" é a obra de Jesus.

Os evangelhos mostram quanto foi surpreendente para Israel a declaração de Jesus: "O reino de Deus já chegou". Está aqui. Sua segurança causou perplexidade em uns e entusiasmo em outros.

²⁴ José Ramón Busto Saiz. **Cristología para empezar**. 4ª edición, Santander: Editorial Sal Terrae, 1995.

Agora vamos dizer com clareza: **em Jesus, a grande novidade do anúncio do reino de Deus é simplesmente o próprio Deus.** Deus é o centro e é sua soberania sobre o mundo que, de um novo modo, se torna realidade na história. Os teólogos chamam isto com a expressão "teocentrismo" do reino.

Bento XVI explica a centralidade de Deus no anúncio do reino nos seguintes termos:

"Poderíamos dizer de um jeito mais simples: Jesus anuncia, à medida que fala do Reino de Deus, simplesmente Deus e precisamente o Deus vivo, que é capaz de agir de modo concreto no mundo e na história e que já está exatamente agora em ação. Ele nos diz: Deus existe. E: Deus é verdadeiramente Deus, quer dizer, Ele tem nas suas mãos os cordelinhos do mundo. Neste sentido, a mensagem de Jesus é muito simples, sempre mais teocêntrica. O que é novo e totalmente específico na sua mensagem é dizer: Deus está em ação agora, esta é a hora em que Deus se mostra na história, de um modo que supera tudo o que aconteceu até agora, como seu Senhor, como o Deus vivo. Neste sentido, a tradução 'Reino de Deus' é insuficiente, pois seria melhor se se falasse da condição *senhorial* de Deus ou da soberania de Deus".²⁵

Mas, esta grande novidade da soberania de Deus, que de um modo novo se aproxima da humanidade, tem uma profunda relação com a pessoa e a obra de Jesus.

O Catecismo nos ensina o significado desta relação: "Jesus acompanha suas palavras com inúmeros 'milagres, prodígios e sinais' (At 2,22) que manifestam que o reino de Deus está presente Nele. Eles dão testemunho de que Jesus é o Messias anunciado" (CIC, 547). Os teólogos reconhecem esta relação como o "cristocentrismo" do Reino de Deus.

Jesus é quem anuncia e revela o Reino. O que queremos dizer é que o Reino de Deus acontece em Jesus e com Jesus. Ele, para realizar a vontade salvífica do Pai, inaugurou na terra o Reino dos céus (cf. CIC, 541).

Deste modo, se entende que o reino de Deus é o que Deus realiza por meio de Jesus e que este não existe à margem ou fora de Jesus. Ele é o lugar onde o reinado de Deus acontece para a humanidade e se torna acessível a todo homem na relação com Jesus.

Diante desta dimensão "cristocêntrica" do Reino de Deus, o Papa Bento XVI escreve:

"A nova proximidade do Reino de que Jesus fala e cuja proclamação constitui o elemento distintivo da sua mensagem – esta nova proximidade consiste n'Ele mesmo. Através da sua presença e da sua ação, Deus irrompe como atuante aqui e agora na história. Por isso é que

²⁵ Joseph Ratzinger – Bento XVI, op. cit., p. 64-65.

agora é a plenitude do tempo (Mc 1,15); por isso é que agora, de um modo único, é tempo da conversão e da penitência, bem como tempo da alegria, porque, em Jesus, Deus se aproxima de nós. N'Ele Deus está agora em ação e é verdadeiramente Senhor – dominando divinamente, isto é, não com o poder do mundo, mas dominando através do amor que vai até o 'fim' (Jo 13,1), até a cruz".²⁶

Jesus também orienta em direção ao futuro esta realidade do Reino, para a sua plena aceitação e consumação. O definitivo estabelecimento do Reino de Deus passa pela Cruz e todo homem é convidado a acolher a mensagem do Reino que virá e que alcançará sua plenitude quando Cristo entregar toda a criação e humanidade redimidas ao Pai (Rom 8,18-25; 1Cor 15,24-28).

O que dissemos nos adverte que o reino de Deus não é entendido à luz de definições. Mesmo porque Jesus fala constantemente do "reino de Deus", mas nunca explica diretamente em que consiste. Ele chama para entrar no Reino através das parábolas, traço típico de seu ensinamento.

Ao descrever o reino de Deus com diferentes parábolas, Jesus nos introduz num acontecimento que nos compromete com suas exigências; exige uma escolha radical por Ele, para alcançar o Reino, isto é, **tornar-se seu discípulo**.

Uma das parábolas mais típicas, empregadas por Jesus para descrever o Reino, é a dos convidados ao banquete (Mt 22,1-14). Segundo esta parábola, há comensais que estão convidados por seu próprio direito: o povo judeu, teoricamente cumpridor da lei. Mas estes convidados não querem ir ao banquete. Então o rei manda convidar outros: os necessitados, os pobres e os pecadores, para receberem o presente do Reino.

Todos são chamados ao Reino para desfrutar do amor gratuito e incondicional de Deus. A isto Mateus adicionará um detalhe sobre o convidado que não veste o traje de festa, com o que quer destacar a necessidade de corresponder a este convite.

A mensagem de Jesus sobre o reino coleta também afirmações que expressam a insignificância deste Reino na história: é como um grau de mostarda, a menor de todas as sementes. É como o fermento, uma parte muito pequena em comparação com toda a massa, mas determinante para o resultado final.

²⁶ Op. cit., p. 68.

Para terminar, indicamos brevemente algumas das características do anúncio do reino de Deus:

- O Reino de Deus está estreitamente vinculado com a presença e atividade de Jesus.
- O Reino de Deus chega para todos e chega gratuitamente. Todos os homens são chamados para entrar no Reino. Este se destina a acolher os homens de todas as nações (cf. CIC, 543).
- Os primeiros destinatários do Reino de Deus são os pobres e os pequenos (cf. Lc 4,18), ou seja, os que o acolhem com um coração humilde. O Catecismo da Igreja Católica nos ensina que: "Jesus, desde a manjedoura até a cruz, compartilha a vida dos pobres; conhece a fome, a sede e a privação. E mais: se identifica com os pobres de todas as classes e faz do amor ativo para com eles a condição para entrar em seu Reino." (CIC, 544).
- Os primeiros chamados a participar no Reino são os pecadores: "Não vim chamar os justos, mas sim os pecadores" (Mc 2,17). Convida-os para uma conversa mostrando-lhes a palavra e a misericórdia infinita de Deus Pai por eles (cf. CIC, 545).

2.4- Os milagres de Jesus, sinais do Reino de Deus

Nos Evangelhos encontramos muitas referências aos milagres de Jesus. Na primeira parte do Evangelho de Marcos, por exemplo, a proclamação do reino de Deus é em torno dos milagres de Jesus.

Resulta difícil, se se quer falar de Jesus, não falar dos milagres que Ele realizou. As fontes cristãs afirmam de maneira unânime: "Percorria toda a Galileia... proclamando a boa notícia do reino e curando toda enfermidade e doença no povo" (Mt 4,23; cf. Mc 1,39; Lc 6,18; Mt 9,35).

Sem querer dizer com isto que se possa provar o caráter histórico de cada um dos milagres tal como os encontramos nos evangelhos, existe o consenso de que é historicamente inegável

que Jesus foi considerado por seus contemporâneos como um curador e exorcista de grande prestígio.²⁷

No período depois da Páscoa, a recordação dos milagres de Jesus ficou gravada nos primeiros cristãos como o disse Pedro: "Sabem o que aconteceu em toda a Judéia, começando na Galileia, depois do batismo que João pregou, como Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e poder, e como ele andou por toda parte fazendo o bem e curando todos os oprimidos pelo diabo, porque Deus estava com ele". (AT 10,37-38).

Perante este fato inegável, podemos nos perguntar: qual é o lugar e o significado dos milagres no conjunto da mensagem e da obra de Jesus?

O Catecismo da Igreja católica nos oferece em síntese o fundamental:

- Os milagres são sinais da proximidade do reino de Deus: "Jesus acompanha suas palavras com numerosos milagres, prodígios e sinais (At 2,22) que manifestam que o Reino está presente Nele." (CIC, 547).
- Os milagres revelam e dão testemunho de Jesus como o Messias: "Eles testemunham que Jesus é o Messias anunciado" (CIC, 547); e acrescenta: "Os sinais que Jesus transmite testemunham que o Pai o enviou" (CIC, 548).
- Os milagres convidam a crer em Jesus como o Filho de Deus: "Concede o que pedem os que recorrem a ele com fé. Portanto, os milagres fortalecem a fé Naquele que faz as obras de seu Pai: estas testemunham que ele é Filho de Deus" (CIC, 548).
- Os milagres são sinais da missão messiânica libertadora de Jesus: "Ao libertar alguns homens dos males terrenos da fome, da injustiça, da doença e da morte, Jesus realizou alguns sinais messiânicos; no entanto, não veio para abolir todos os males aqui embaixo, mas sim para libertar os homens da escravidão mais grave, a do pecado" (CIC, 549).

Definitivamente, **os milagres são sinais da presença do Reino de Deus Nele**. Para Jesus, a cura dos enfermos e a libertação dos endemoniados não são fatos isolados, mas que fazem parte de sua proclamação do reino de Deus. Esta é sua maneira de anunciar a todos esta grande notícia de que Deus já está agindo no meio deles.

²⁷ Cfr. Jose Antonio Pagola. **Jesús: Aproximación histórica**. Editorial: PPC, eBook, 12ª ed., 2013, p. 161.

Nos Evangelhos não se emprega a expressão "milagre" para descrever as ações prodigiosas de Jesus, mas se fala de ações poderosas, de força de Jesus, ou de sinais, obras nas quais atua o poder e a força saneadora de Deus.²⁸ A primeira parte do Evangelho de João também é chamada "O livro dos Sinais".

Para a Bíblia, milagre é um fato incomum, inexplicável, incompreensível, inesperado, algo que maravilha e que permite a Deus tirar as pessoas de sua indiferença e centralizar Nele sua atenção.²⁹

Os milagres de Jesus, mais que acontecimentos extraordinários contra ou sobre a natureza, devem ser considerados primeiramente como um poderoso suporte e reforço das forças da natureza e do homem por parte de Deus.

Neste contexto, é importante ter presente que Deus nunca intervém no mundo de tal forma que suprima ou desconheça as leis da natureza, a liberdade e a independência do homem, nem substitui com sua ação o que o ser humano deve fazer. O milagre não destrói a ordem da natureza das coisas, mas sim as leva à sua plenitude. Assim ocorre com a graça de Deus, que não destrói a ação do homem, mas torna possível que esta seja realidade com autêntica liberdade e independência.

Isto é visível nos milagres de cura de Jesus; estes são possíveis apenas quando alguém crê, quando alguém tem fé. A fé como graça de Deus eleva todas as capacidades humanas: liberdade, consciência e inteligência à aceitação da pessoa de Jesus e à sua salvação.

Um exemplo está na mulher que tem hemorragia; Jesus lhe diz: "Filha, tua fé te salvou; vai em paz e fique curada de tua doença" (Mc 5,34). Sua fé a curou, sua fé em Jesus como o salvador. Sem a fé da mulher ela não teria sido curada. Por isso, Jesus não cura um grupo de pessoas, mas somente indivíduos. Os milagres de Jesus estão condicionados, podemos assim dizer, à fé de pessoas concretas que livremente se abrem a Ele.³⁰

Um milagre não é produzido para que as pessoas tenham fé. Mas sim, ao contrário, as pessoas que têm fé poderão ver o milagre; para as pessoas que não têm fé, um milagre poderá ser visto talvez apenas como um fato extraordinário ou maravilhoso. Se a fé não está presente, o milagre não pode acontecer.

²⁸ Cf. Hans Kessler. *Manual de Cristología*. Barcelona: Editorial Herder, 2003.

²⁹ Cf. Gerhard Lohfink. *Jesus of Nazareth: What He Wanted, Who He Was*. Paperback, 2015.

³⁰ Cf. Gerhard Lohfink, p. 140-142.

Em Nazaré, Marcos nos diz explicitamente que Jesus não pôde fazer ali nenhum milagre pela incredulidade das pessoas (Mc 6,5-6). O milagre é sentido como ação de Deus apenas na fé. Portanto, não força a fé. O milagre, acima de tudo, necessita da fé e a confirma.

Finalmente, seguindo Gerhard Lohfink, examinemos algumas características dos milagres de Jesus:

- Jesus não atuava com magias ou utilizava amuletos ou palavras mágicas.
- A fé é parte do milagre. Jesus pedia fé para o que milagre pudesse ser realizado.
- Os milagres são para outras pessoas; Jesus nunca fazia milagres para si mesmo.
- A misericórdia que Jesus mostra com as pessoas não é pura simpatia por elas, mas sim uma imagem da misericórdia de Deus com seu povo.
- Cada milagre revela uma amostra do novo Céu e da nova Terra.

Para refletir:

- 1) Quais tentações vocês, como casal cristão, encontraram ou continuam enfrentando em vossas vidas? Como fazem para vencê-las?
- 2) Em seu processo de conversão, vocês estavam conscientes da infinita misericórdia de Deus Pai?
- 3) Um milagre não é produzido para que as pessoas tenham fé. Se a fé não está presente, o milagre não pode acontecer. Vocês sentiram em alguma ocasião ou momento da vossa vida de casados um milagre? Quando? Como esses momentos impactaram na espiritualidade conjugal de vocês?

MESA 3

PAIXÃO E MORTE NA CRUZ DE JESUS DE NAZARÉ

Toda a vida e o ministério de Jesus têm como objetivo o reino de Deus. Este reino não é algo abstrato, nem vago, o vimos na Mesa 2. Em Jesus se faz presente o reino de Deus no poder de sua palavra e de sua atuação curativa. Os "milagres, prodígios e sinais" que acompanham suas palavras revelam que Ele é o Messias, o Filho de Deus.

Nesta Mesa 3, a realidade do reino de Deus se torna visível e histórico na paixão e morte de Jesus de Nazaré. Aqui é onde se encontram as palavras e os acontecimentos decisivos da vida de Jesus. Para a comunidade cristã primitiva, Jesus, com sua paixão e morte na cruz, abriu a possibilidade da salvação para todos os homens (cf. Mt 26,28). São Paulo diz: "Cristo morreu por nossos pecados de acordo com as Escrituras" (1Cor 15,3).

Este é o objetivo desta Mesa 3: percorrer o caminho de Jesus até a cruz como o caminho de sua obediência e entrega ao Pai no Espírito, que incluía o dom incondicional do Filho aos homens, com todas as suas consequências, inclusive a paixão e a morte para reconciliar-nos com Deus.

3.1- Jesus a caminho de Jerusalém³¹

3.1.1- *O anúncio de sua paixão com a subida a Jerusalém*

"A partir do dia em que Pedro confessou que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus vivo, o Mestre 'começou a mostrar a seus discípulos que Ele devia ir a Jerusalém, e sofrer... e ser condenado à morte e ressuscitar no terceiro dia' (Mt 16,21)." (CIC, 554)

³¹ Gunther Borkman. **Jesús de Nazaret**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1975.

Em primeiro lugar, destacamos o fato de que a confissão de fé de Pedro em Cesárea de Filipe abre uma nova fase na história de Jesus (cfr. Mt 16,13-20; Mc 8,27-30; Lc 9,18-21). A discussão de Jesus com Pedro destaca o centro da problemática: a identidade do Messias.

A ideia messiânica de Pedro é ainda a do Messias glorioso e terrestre. Pode-se dizer que esta é a ideia que ainda persiste nas pessoas que escutaram o ensinamento de Jesus e viram seus milagres. Jesus recrimina Pedro e o convida a tomar a cruz, a segui-lo até Jerusalém: "Se alguém quiser vir atrás de mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me" (Mt 16,24; Mc 8,34; Lc 9,23).

Jesus inicia uma nova etapa da pedagogia de seu messianismo e do anúncio do reino de Deus. Ele introduz seus discípulos em um messianismo que está profundamente marcado pela experiência do servo sofredor de Iahweh.

Esta decisão de ir a Jerusalém é, sem dúvida, um momento decisivo da história de Jesus. Ele se põe em marcha com seus discípulos porque tinha que fazer conhecer também em Jerusalém a mensagem do reino iminente de Deus.

Jerusalém é para Jesus, como para todos os judeus, não apenas a capital do país, mas sim o lugar ao qual está ligado o destino de Israel, a salvação de Deus.

Este primeiro aspecto permite ir a um segundo, que indaga pelos motivos que impulsionavam Jesus em sua decisão de subir a Jerusalém. O Catecismo da Igreja Católica destaca a obediência, a liberdade e a consciência de Jesus frente à morte, e diz: "Ora, quando se completaram os dias de sua elevação, Jesus tomou resolutamente o caminho de Jerusalém" (Lc 9, 51). Com esta decisão, indicava que subia a Jerusalém pronto para morrer. (CIC, 557)

É em Jerusalém onde todo profeta deve confirmar sua missão: "Importa que caminhe hoje e amanhã e no dia seguinte, para que não morra um profeta fora de Jerusalém" (Lc 13,31-33).

Ainda prevendo profeticamente sua morte em martírio, Jesus sobe a Jerusalém, mostrando deste modo sua vontade salvífica: "Jesus recorda o martírio dos profetas que haviam sido

mortos em Jerusalém. No entanto, persiste em chamar Jerusalém para reunir-se em torno dele" (CIC, 558).

Jesus está consciente que seu povo não quer reconhecer o tempo de sua vinda e da recusa da salvação que Nele lhe é oferecida. Esta consciência de Jesus se torna explícita quando conta a parábola do proprietário que enviou seu próprio filho para receber o produto de sua vinha, mas os lavradores o expulsaram e o mataram (cf. Mt 21,33-41).

Os Evangelhos mantêm com fidelidade a conexão entre:

- A confissão de fé de Pedro;
- A decisão de Jesus sobre subir a Jerusalém; e,
- O anúncio de sua paixão três vezes no seu caminho à cidade santa (cfr. Mt 20,17-19).

Mas, é Lucas, particularmente, quem estabelece uma conexão rigorosa entre a confissão de fé de Pedro, à qual Jesus une a previsão de sua paixão (Lc 9,18-22), o convite para tomar a própria cruz para segui-lo (Lc 9,23-27) e ainda o relato da transfiguração, percebida como uma antecipação da ressurreição glorificadora.

3.1.2- A entrada de Jesus em Jerusalém

O relato dos Evangelhos sobre a entrada em Jerusalém, e sobretudo a história propriamente dita de sua paixão e morte, se distingue de todos os relatos anteriores pelos detalhes e pelo enlace dos acontecimentos. Os Evangelhos contam a história de maneira que se torne visível a mão de Deus, e para mostrar que Jesus é quem dá pleno cumprimento às Escrituras.

Numerosos textos dos profetas e de salmos aparecem na narrativa, não apenas em citações explícitas, mas também por trás de muitos detalhes ou alusões.

Na entrada de Jesus em Jerusalém devemos notar primeiro um detalhe que não está tão evidente ao leitor de hoje, que Marcos, em sua narrativa, descreve como uma entrada real. A cena descreve a entrada do rei em sua cidade, a chegada do Messias a Sião. Aqui, Jesus está tomando posse de sua cidade.

Este é o sentido, em primeiro lugar, da presença do burrico que ninguém havia montado e sobre o qual Jesus entra na cidade. "Este fato, para os judeus contemporâneos de Jesus, está carregado de referências misteriosas. Em cada um dos detalhes está presente o tema da realeza e suas promessas".³² Faz-se alusão às palavras do Gênesis 49,10, e à passagem de Zacarias 9, 9, que Mateus e João citam explicitamente: "Exulte sem medida, filha de Sião, lance gritos de alegria, filha de Jerusalém! Eis que vem a ti o teu rei: justo e vitorioso, humilde e montado em um jumento, um burrico, filho de jumenta".

Jesus quer que se entenda seu caminho e sua atuação com base nas promessas do AT, que se tornam realidade Nele. Sua exigência se fundamenta na obediência aos mandatos do Pai. Seus passos são um caminhar pelo caminho da Palavra de Deus. Seu poder é de caráter diferente: está na pobreza, na paz de Deus, que Ele considera o único poder salvador.³³

Outros sinais nos Evangelhos também evidenciam o tema da realeza. Este é o caso dos ramos e dos mantos estendidos no chão para que Jesus passe sobre eles, junto com a exclamação "Hosana!", que originalmente era uma expressão de súplica: "Ajuda-nos!". "O jogar os mantos também tem seu sentido na realeza de Israel (cf. 2R 9,13). O que os discípulos fazem é um gesto de entronização na tradição da realeza de Davi e, assim, também na esperança messiânica".³⁴

Bento XVI apresenta três sentimentos: "um louvor eufórico a Deus no momento daquela entrada; a esperança de que havia chegado a hora do Messias, e ao mesmo tempo o pedido de que fosse instaurado de novo o reino de Davi e, com isso, o reinado de Deus sobre Israel".

Por último, o Catecismo da Igreja Católica destaca a conexão entre a entrada triunfal em Jerusalém e o reino de Deus: "A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino que o Rei-Messias, recebido em sua cidade pelas crianças e pelos humildes de coração, vai realizar através da Páscoa de sua Morte e Ressurreição" (CIC, 570).

³² Joseph Ratzinger - Bento XVI. **Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a Ressurreição**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011, p. 16.

³³ Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit., p. 18.

³⁴ Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit., p. 19.

3.1.3- A purificação do templo

Marcos nos diz que Jesus, depois de sua entrada como Messias-Rei na cidade de Davi, se dirigiu ao templo, ficou observando-o todo e, já sendo tarde, foi-se para Betânia (cf *Mc 11,11*). No dia seguinte voltou ao templo (cf. *Mc 11,15*). A sequência dos eventos permite pensar que a relação feita por Jesus entre sua entrada em Jerusalém e sua imediata visita ao templo não é acidental.

Entre os estudiosos da Bíblia existe consenso em dizer que, ao expulsar os vendedores e cambistas do templo, Jesus realizou uma ação simbólica, como foi usual com os profetas, como Isaías e Jeremias.

Esta não é a única ação simbólica; Jesus fez outras: as refeições com os pecadores, a escolha dos doze, a entrada em Jerusalém, a última ceia. Em uma palavra, foi uma ação profética de Jesus (cf. *Mc 11,15-17*; *Mt 21,12-13*; *Lc 19,45-46*; *Jo 2,13-19*).

Fica a pergunta, ao tratar-se de uma ação simbólica profética: O que Jesus quis dar a entender com isso?

Foram dadas várias interpretações ao fato. Sugerimos aqui brevemente a interpretação que nos dá o Papa Bento XVI:

- Jesus explica com suas próprias palavras este gesto simbólico. Na primeira parte, Jesus ensinava, como nos diz Marcos: "Não está escrito: Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos?" (*Mc 11,17a*). Aqui, a doutrina de Jesus sobre o templo reflete a visão universalista do profeta Isaías (56,7), de um futuro em que, na casa de Deus, todos os povos adorarão o Senhor como único Deus. Portanto, segundo sua palavra, a intenção de Jesus é esvaziar o espaço do templo para a adoração de todos.
- Na segunda parte do ensinamento de Jesus, nos diz Marcos: "Mas vós o fizestes um covil de bandidos!" (*Mc 11,17b*). Jesus funde a visão universalista de Isaías com a visão do profeta Jeremias. Este último luta apaixonadamente para que o culto devido a Deus

no templo não esteja separado da prática da justiça querida por Deus com todos os homens.

- Para completar o significado da alusão ao profeta Jeremias, Bento XVI se apoia novamente no evangelho de João quando refere à palavra de Jesus sobre o templo: "Derrubem este templo e em três dias o levantarei" (Jo 2,19). Este será o verdadeiro sinal que Jesus dará aos que o pedem. "Seu 'sinal' é a cruz e a ressurreição". E conclui: "A rejeição a Jesus, sua crucificação, significa ao mesmo tempo o fim do templo. A época do templo passou. Chega um novo culto em um templo não construído por homens. Este templo é seu Corpo, o Ressuscitado, que congrega os povos e os une no sacramento de seu Corpo e de seu Sangue. Ele próprio é o novo templo da humanidade".³⁵

3.2- A última Ceia

Na última ceia Jesus assumiu antecipadamente sua morte no momento em que se entregou na Eucaristia. Assim, a partir daí, transformou sua morte em um ato de amor, de sacrifício por nossos pecados e de glorificação a Deus. Este momento abrange todo o sentido da missão de Jesus. "Deste modo todas as parábolas – toda a mensagem sobre o Reino de Deus – são colocadas sob o sinal da cruz".³⁶

As palavras e os gestos com que Jesus entregou a si próprio a seus discípulos no pão e no vinho são o núcleo da tradição da Última Ceia. Este relato da instituição se encontra nos Evangelhos sinópticos (cf. Mc 14,22-24; Mt 26, 26-28; Lc 22, 17-20), mas, também, na Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios (cf. 11,23-26).

- As palavras da instituição iluminam *a livre e voluntária oferenda* que Jesus faz de si próprio. "Jesus expressou de forma suprema a oferenda livre de si próprio durante a ceia com os doze Apóstolos, na 'noite em que foi entregue' (1Cor 11,23)" (CIC, 610).

³⁵ Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit., p. 23-26.

³⁶ Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit., p. 105.

- As palavras e os gestos de Jesus mostram também a consciência pessoal que Ele tem de sua própria morte como *sacrifício de expiação*, quando diz que seu Corpo será entregue e seu Sangue será derramado para o perdão dos pecados (cf. CIC, 611). Jesus une conscientemente este momento com a Cruz. Assumindo esta linguagem que vem dos profetas e transformando-a em uma linguagem pessoal, Jesus expressa que Ele é o sacrifício real e definitivo.
- Ainda, com estes gestos proféticos da entrega do pão e do vinho, que entrega a seus discípulos para serem compartilhados por todos, Jesus converte aquela ceia de despedida em uma *grande ação sacramental*, a mais importante de sua vida, a que melhor resume seu serviço ao Reino de Deus. Jesus quer deixar gravado para sempre este gesto na memória de seus discípulos. "Para isso Jesus inclui seus apóstolos e lhes ordena perpetuá-lo (cf. Lc 22,19)" (cf. CIC, 611). O próprio Jesus expressa sua vontade de que a Eucaristia que institui neste momento crucial de sua vida seja "*memorial*" da nova aliança selada com sua entrega em sacrifício na Cruz, quando diz: "Fazei isto em minha memória" (cf. Lc 22,19).
- A Última Ceia não é apenas inseparável da Cruz; o é também da ressurreição. Ceia, Cruz e Ressurreição formam o único e indiviso mistério pascal. Em todos os Evangelhos sinópticos a profecia por Jesus de sua morte e ressurreição faz parte da ceia.
- Isto permite abordar a dimensão eclesial da Eucaristia. Na tradição da Igreja é perfeitamente claro que a Igreja nasce da Eucaristia. Dela recebe sua unidade e sua missão. Neste sentido, o Bento XVI diz: "A Igreja provém da Última Ceia, mas precisamente por isso se deriva da morte e ressurreição de Cristo, antecipadas por Ele ao doar seu corpo e seu sangue".³⁷

³⁷ Joseph Ratzinger - Bento XVI, op. cit., p. 121.

3.3- A morte de Jesus na Cruz

O fato fundamental da vida e do mistério terreno de Jesus é sua morte. Em Jesus não existe ruptura entre o anúncio do Reino e a aceitação do sacrifício. A esta relação entre sua morte e o Reino de Deus Jesus faz alusão na Última Ceia, como parece se depreender da narrativa do evangelho de Marcos: "Eu vos asseguro que já não beberei do produto da vida até o dia em que o beba novamente no Reino de Deus" (Mc 14,25).

Os relatos evangélicos revelam um itinerário surpreendente de Jesus até a paixão e a cruz. A fidelidade e obediência à sua missão do anúncio do Reino o conduzem até a Sexta-Feira Santa. Jesus diz a seus discípulos: "Eis que subimos a Jerusalém, e o Filho do Homem será entregue aos sumos sacerdotes e aos escribas; o condenarão à morte e o entregarão aos gentios, e se divertirão com ele, cuspirão nele, o açoitarão e o matarão, e em três dias ressuscitará" (Mc 10, 33-34).

Os Padres da Igreja amavam dizer que a Encarnação aponta para a Páscoa e o Catecismo exclama: "Sua Paixão redentora é a razão de ser de sua Encarnação" (CIC, 607), pontuando assim a encarnação como o pressuposto da redenção do homem.

3.3.1- O fato da morte

A morte de Jesus é um acontecimento histórico testemunhado por fontes cristãs, judaicas e romanas. No entanto, apesar dos Evangelhos dedicarem uma grande parte de sua narrativa à paixão e morte de Jesus, e concordarem com o essencial do acontecimento, toda esta história fica em uma certa penumbra.

Na morte de Jesus convergem muitas causas próximas e remotas. Os Evangelhos Sinópticos enumeram como causas de sua condenação, no processo judeu, a provocação no templo e a pretensão de Jesus de ser Messias-Filho de Deus, bendito-Filho do Homem (Mc 14,58-64).

João, por seu lado, destaca como causa decisiva de sua acusação o fato de que Jesus, sendo um homem, se equiparou em autoridade com Deus (Jo 5,18; 10,33; 19,7).³⁸

Os Evangelhos fazem notar, desde suas primeiras páginas, a novidade que Jesus traz à humanidade. A autoridade em suas palavras e os sinais que Jesus realiza, representam a primeira coisa que chama a atenção dos que o escutam. Também destacam que "desde o início do ministério público de Jesus, fariseus e partidários de Herodes, juntamente com sacerdotes e escribas, se puseram de acordo para prendê-lo e matá-lo (cf. Mc 3,6)" (CIC, 574).

As acusações colocadas em jogo são fundamentalmente três. Acusam Jesus de:

a) Opor-se à obediência e integridade da Lei e das prescrições escritas. O Catecismo relaciona *a missão de Jesus com sua fidelidade à Lei*. Ele é o Servo de Deus que traz a verdadeira justiça: "Em Jesus a Lei já não aparece gravada em tábuas de pedra, mas sim no 'fundo do coração' (Jr 31,33) do Servo" e por isto, se converteu na "Aliança do Povo" (Is 42,6; CIC, 580).

Como se pode ver, a morte de Jesus na Cruz tem explicação em sua mais profunda solidariedade com a Lei e Israel. Portanto, a boa nova do Evangelho não suprime a Lei, mas sim "a Lei evangélica dá pleno cumprimento aos mandamentos da Lei" (CIC, 1968).

b) Opor-se ao caráter central do Templo e da cidade de Jerusalém onde habita Deus. Por isso escandalizou tanto o evento da purificação do Templo.

c) É acusado de blasfêmia, ao atuar em nome e no lugar de Deus. Para eles, Jesus blasfema porque é um homem que pretende fazer-se Deus (cf. CIC, 558, 589). Jesus, com sua atitude frente aos pecadores, está confirmando exatamente que apenas Deus pode perdoar os pecados e Ele tem o poder de fazê-lo porque só Ele é o Filho de Deus. O escândalo é ainda maior quando Jesus identificou sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus a respeito deles.

³⁸ Cf. Olegario González de Cardedal. **Cristologia**. Editorial: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001, p.104.

3.3.2- Uma morte na cruz³⁹

Jesus não sofreu a pena judaica contra a blasfêmia, que era a lapidação, e sim, Jesus foi condenado à morte como pretendente messiânico político. Daí a inscrição sobre a cruz atestando seu delito: ser "Rei dos Judeus" (Mc 15,27).

Para os romanos, a crucificação era reservada aos escravos e insurretos, nunca para um cidadão romano. Era considerada como a pena mais cruel e vergonhosa. Para os judeus, a pena de pendurar em um tronco ou pau, era o castigo adicional para idólatras ou blasfemos de Deus, depois de ter sido aplicada a pena de lapidação ou decapitação. Com isso, era apresentado publicamente o executado como maldito de Deus (Dt 21, 23b: ... o pendurado em árvore é uma maldição de lahweh...).

Este caminho de cruz e crucificação, entendido como sinais de abandono e maldição de Deus, suscitaram momentos de angústia em Jesus. Isto só podia ser solucionado pelo próprio Deus, ao qual Jesus se amparou na sua agonia e ao qual se confiou por inteiro como verdadeiro e justo Filho de Deus.

3.3.3- Jesus diante de sua morte

Muitas perguntas foram formuladas sobre a morte de Jesus. A partir de seu encontro com os discípulos de Emaús, Jesus situa sua paixão e morte no contexto do plano divino da salvação: "Não era necessário que o Cristo padecesse isso para entrar assim em sua glória?" (Lc 24,26). São Pedro, já em seu primeiro discurso de Pentecostes, vê a morte de Jesus prevista no plano divino da salvação: "Foi entregue segundo o determinado desígnio e prévio conhecimento de Deus" (At 2, 23) (cf. CIC, 599).

À luz dos Evangelhos Sinópticos pode-se sustentar que Jesus, em determinado momento de seu ministério, diante das acusações e da onda de oposições já consolidadas antes da última Páscoa, começou a considerar para si uma morte violenta, não apenas como uma possibilidade real, mas como um caminho inevitável.

³⁹ Hans Kessler. **Manual de Cristologia**. Barcelona: Editorial Herder, 2003.

Jesus é consciente disto quando explica a parábola do dono da vinha que enviou seu próprio filho para receber o produto dela: “Mas os lavradores, ao ver o filho, disseram entre si: ‘Este é o herdeiro. Vamos, matemo-lo e fiquemos com sua herança’” (Mt 21,37-38). Ainda, esta obediência fica evidente na última Ceia e na oração no Getsêmani (cf. Mc 14,17-42).

Admitir que Jesus foi livremente e de alguma maneira consciente para sua morte tem fundamento teológico. Sugerir o contrário faz de Cristo uma vítima totalmente passiva e inclusive involuntária. Uma morte sofrida de modo puramente passivo não seria um acontecimento de salvação em Cristo.⁴⁰

Para Jesus, a probabilidade e a aceitação da morte não significa um ato completamente calculado e diretamente provocado, algo assim como um suicídio. A morte violenta que previa, Jesus aceita-a não apenas como uma simples consequência de sua missão; se assim fosse, poderia ser interpretada como um fracasso.

Mas não; para Jesus, sua morte é a culminação de sua missão, onde cada ação anunciava, prometia e oferecia a salvação. Portanto, Jesus entendeu sua morte não como um fracasso, mas sim como o ato definitivo de amor e obediência a seu Pai, e de amor e entrega aos homens.

3.4- A morte de Jesus como evento salvífico

“O Mistério Pascal da Cruz e da Ressurreição de Cristo está no centro da Boa Nova que os apóstolos, e a Igreja depois deles, devem anunciar” (CIC, 571).

Assim o Catecismo introduz o artigo sobre a paixão e morte de Jesus. E completa esta afirmação recordando que os discípulos e a primeira comunidade cristã, a partir da Ressurreição, viram que o desígnio salvador de Deus foi cumprido de “uma vez por todas” pela morte redentora de seu Filho Jesus Cristo (cf. CIC, 571).

⁴⁰ Ver: Comissão Teológica Internacional. “*Cuestiones selectas de Cristología*”, IV, B, 2.2.

Esta última afirmação colocou muitos diante da pergunta de se este valor salvífico que os discípulos viram na morte de Cristo tem algum fundamento no próprio Jesus antes de sua morte, ou seja, se Jesus deu à sua morte algum valor salvífico. Jesus teve consciência disto?

A morte de Jesus não foi um evento casual ou repentino que o tomou de surpresa; muito menos fruto de um destino cego.

Jesus tem perfeita consciência de como será sua morte (cf. Mc 9,30-32). Jesus vê sua morte, não como consequência dramática ou natural de sua missão, mas sim como parte dela. Ele quis a sua morte, aceitando-a, como que cortejando-a deliberada e diretamente.

O que estamos querendo dizer é que o valor salvífico da morte de Jesus deve ser considerado na totalidade da vida e do ministério de Jesus, do qual a morte é seu ponto de plenitude.

Destacamos aqui dois aspectos que dão ao evento da morte de Jesus seu valor salvífico:

- a) Para Jesus, *o desejo de aceitar o desígnio de amor redentor do Pai anima toda sua vida*. O Filho de Deus, desde o primeiro instante de sua Encarnação, aceitou o desígnio divino de salvação em sua missão redentora. Deste modo, toda a vida de Jesus é evento redentor, porque toda sua vida esteve animada pelo cumprimento da vontade do Pai: “Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e levar a cabo sua obra” (Jo 4,34).
Seu sacrifício pelos pecados do mundo inteiro (cf. 1Jo 2,2) evidencia a comunhão de amor de Jesus com o Pai que, como ele mesmo disse: “me ama porque dou minha vida” (Jo 10,17) e revela sua perfeita obediência à vontade do Pai: “O mundo há de saber que amo o Pai e que trabalho segundo o Pai me ordenou” (Jo 14,31) (cf. CIC, 606).
- b) *Jesus aceitou livremente em seu coração humano o amor redentor do Pai para os homens*, amando-os, por seu lado, até o extremo (cf. Jo 13,1) porque “ninguém tem maior amor que aquele que dá sua vida por seus amigos” (Jo 15,13). Com efeito, aceitou livremente sua paixão e sua morte por amor a seu Pai e aos homens que Ele quer salvar. Esta consciência e liberdade são

manifestações do próprio Jesus: “Ninguém me tira a vida; eu a dou voluntariamente” (Jo 10,18) (cf. CIC, 609).

Para refletir:

- 1) Jesus convidou Pedro e os demais discípulos a tomar a cruz e segui-lo até Jerusalém. Como vês tua cruz e como a estás carregando?
- 2) Te ajuda, em tua vida diária pessoal e de casal, pensar na cruz de Cristo e no convite que Ele nos faz?
- 3) O que significa para vocês que “Jesus transformou sua morte em um ato de amor, de sacrifício por nossos pecados e de glorificação a Deus”?
- 4) Vocês tiveram a oportunidade de experimentar alguma vivência relacionada com esta afirmação acima?

MESA 4

A RESSURREIÇÃO E ASCENSÃO DE JESUS CRISTO

Nós, cristãos, confessamos desde o princípio do cristianismo que Jesus, o Crucificado, “no terceiro dia ressuscitou dentre os mortos, subiu aos céus e está sentado à direita de Deus Pai, Todo Poderoso”. Esta proclamação tem suas raízes profundas no NT.

A convicção de que verdadeiramente Deus ressuscitou Jesus para nossa salvação é o conteúdo e o pressuposto de todo o NT, como o é igualmente de todos os relatos históricos sobre Jesus, do anúncio de Paulo aos pagãos, das discussões com os judeus, da nova leitura do AT, da existência da Igreja e de sua missão no mundo.

A ressurreição de Cristo funda a identidade da fé cristã.

O objetivo desta Mesa é buscar um aprofundamento no conhecimento deste conteúdo central e fundador de nossa fé cristã: a Ressurreição e Glorificação de Jesus junto ao Pai. Esta Mesa permitirá, mais uma vez, enfatizar o evento da morte de Cristo e seu significado redentor.

4.1- A ressurreição de Jesus Cristo⁴¹

Com a morte violenta e indigna de Jesus na cruz parecia que tudo havia acabado. Os discípulos de Jesus também entenderam sua morte como o fim de suas esperanças. Frustrados e resignados voltaram para suas famílias e sua profissão. A mensagem de Jesus sobre o reino de Deus, o qual estaria próximo, parecia ter sido desmentida pelo seu final.

No entanto, tudo seguiu adiante depois da sexta-feira santa; mais ainda, é então que propriamente tudo começou a andar. O círculo dos discípulos voltou a se congregar, formou-se a comunidade e a igreja, começou uma missão universal. Este novo começo, com sua potente dinâmica histórica, só pode tornar-se compreensível a partir do ponto de vista puramente histórico, com base em uma espécie de “explosão inicial”.

⁴¹ Walter Kasper. **Jesús, El Cristo**. 4ª Edición, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1982.

O Novo Testamento não afirma a ressurreição de Cristo como algo esperado pelos discípulos, mas sim como uma realidade consumada, operada por Deus, e revelada a determinadas testemunhas. A ressurreição de Jesus não é um fato que se possa comprovar e demonstrar historicamente, mas apenas uma realidade que a fé pode captar e experimentar.

”A Ressurreição de Cristo não foi um retorno à vida terrena como no caso das ressurreições que Ele havia realizado antes da Páscoa: a filha de Jairo, o Jovem de Naim, Lázaro. Estes fatos eram acontecimentos milagrosos, mas as pessoas afetadas pelo milagre voltavam a ter, pelo poder de Jesus, uma vida terrena ‘ordinária’. Em certo momento, voltaram a morrer. A Ressurreição de Cristo é essencialmente diferente. Seu corpo ressuscitado passa do estado de morte a outra vida, para além do tempo e do espaço. Na Ressurreição, o corpo de Jesus se enche do poder do Espírito Santo; participa da vida divina no estado de sua glória, tanto que São Paulo pode dizer de Cristo que é ‘o homem celestial’ (cf. 1Cor 15,35-50).” (CIC, 646)

Segundo testemunho de todo o NT, os discípulos de Jesus anunciaram pouco depois de sua morte que Deus o havia ressuscitado, que o antes crucificado havia se mostrado vivo e que os havia enviado a eles para anunciar esta mensagem da Boa Nova a todo o mundo.

Diferentemente da tradição da paixão de Jesus, onde os quatro evangelistas, apesar de certas diferenças de detalhes em geral seguem um esquema relativamente similar, os relatos e testemunhos pascais se diferenciam de forma notável.

O testemunho bíblico se bifurca em duas direções diferentes: o Kerigma pascal e as histórias pascais. O Kerigma pascal, por sua vez, se apresenta em fórmulas de confissões de fé e em forma litúrgica.

O Padre José Ramón Busto Saiz⁴² apresenta como devem ser entendidos estes testemunhos bíblicos segundo a exegese histórico-crítica hoje em dia.

⁴² José Ramón Busto Saiz. **Cristología para empezar**. 4ª edición, Santander: Editorial Sal Terrae, 1995.

4.1.1- Confissões de Fé

As confissões de fé são frases breves que testemunham a ressurreição de Jesus. Eram repetidas e ensinadas, e serviam para expressar o sentimento e a convicção da primitiva comunidade de que o Senhor, após a morte, vive. São os mais primitivos testemunhos literários da ressurreição de Jesus.

As confissões mais antigas estão em Romanos 10,9 ou em 1Coríntios 15,3-5. Na Primeira Carta aos Coríntios (15,5) nos foi transmitido por escrito um dos primeiros testemunhos que conservamos da ressurreição de Jesus: “Porque vos transmiti em primeiro lugar o que por minha vez recebi: que Cristo morreu por nossos pecados segundo as Escrituras, que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia segundo as Escrituras, que apareceu a Cefas e depois aos doze”. Ou ainda a frase de Rm 10,9: “Jesus é o Senhor”. Também a frase que encontramos em Lc 24,34: “O Senhor ressuscitou e apareceu para Simão”.

4.1.2- Relatos sobre o sepulcro vazio

Os quatro evangelhos coincidem em relatar a descoberta do sepulcro aberto e vazio na manhã do primeiro dia da semana; também coincidem em vários elementos, mas se separam em outros. Coincidem em que o sepulcro é encontrado aberto e vazio por algumas mulheres. Coincidem em que ocorre na madrugada do primeiro dia da semana depois do sábado. A razão de visitar o sepulcro é completar os ritos funerários: apenas Mateus diz que “iam ver o sepulcro”. Devem correr para anunciá-lo aos discípulos.

Nos sinópticos, as mulheres são objeto de uma anunciação (hierofania) (*aparecimento ou manifestação reveladora do sagrado*), o que não acontece em João. João concentra as mulheres unicamente em Maria Madalena, embora o plural usado por Madalena: “não sabemos onde o puseram”, remete a um texto anterior onde as mulheres seriam várias.

Com base nesta tradição comum, destaca-se a interpretação de cada evangelista.

Em Marcos, as mulheres recebem a mensagem de onde o Senhor deve ser buscado a partir de agora. Marcos nos dá a entender que Jesus não se encontra mais entre os mortos. Em Marcos

o relato terá que colocá-lo no contexto da mensagem que o evangelista quer transmitir à comunidade cristã: os cristãos só chegarão à ressurreição percorrendo o caminho da cruz e entregando a vida, como fez o próprio Jesus.

Mateus transforma o relato com elementos apocalípticos reconhecidos na tradição judaica, como: o terremoto, o anjo que chega como um raio, com vestido branco como a neve, faz rolar a pedra do sepulcro e se senta sobre ela. Em Mateus, em torno do sepulcro começa a polêmica judaico-cristã: ressuscitou Jesus, o crucificado, ou foram os discípulos que roubaram o corpo? O relato explica como os guardas ficam atônitos, enquanto as mulheres recebem o encargo de anunciar a ressurreição do Senhor.

Em Lucas, primeiro as mulheres constataam o sepulcro vazio, mas logo Pedro “oficialmente” o confirma. Jesus desapareceu do sepulcro porque foi arrebatado: está vivo. Isto supõe o cumprimento do que Jesus havia previsto. Não há anúncio nem missão da ida à Galileia. Em Lucas, Jesus aparece aos discípulos em Jerusalém.

Em João, o episódio se centraliza em uma das mulheres, que reconhece o Senhor ao escutar pronunciar seu nome: “Maria”. O relato acaba concentrando-se nos papéis de Pedro e o discípulo amado: este representa a comunidade Jônica e crê antes que Pedro.

As recordações dos fatos acontecidos na manhã do domingo foram orientadas e interpretadas pelos evangelistas de acordo com sua visão do mistério cristão. No entanto, o fato de que o sepulcro havia aparecido aberto e vazio não prova, por si só, a ressurreição do Senhor.

A este respeito, Walter Kasper escreve:

“Esta constatação de um núcleo histórico nos relatos sobre o sepulcro não tem nada a ver com que seja prova da ressurreição. Historicamente, a única coisa que se pode chegar a provar é a probabilidade de que o sepulcro foi encontrado vazio: mas nada pode ser dito, do ponto de vista histórico, sobre como o sepulcro foi esvaziado. Por si só, o sepulcro vazio é um fenômeno ambíguo. Já no NT encontramos diversas explicações (Mt 28,11-15; Jo 20,15). Apenas fica claro

pela pregação que tem sua base nas aparições. O sepulcro vazio não constitui, para a fé, prova alguma, mas sim um sinal”.⁴³

4.1.3- Relatos de aparições

Os relatos das aparições são a forma que as primeiras testemunhas da ressurreição do Senhor têm para contar-nos sua experiência de encontros com o ressuscitado. E este encontro direto com Deus não existiu outro igual na história. Para transmitir sua experiência, as primeiras testemunhas recorrem à narrativa das aparições.

Todas as narrativas que temos no Novo Testamento constam de cinco elementos estruturais. Possuem sempre a mesma estrutura:

- a) Uma determinada situação: estão os apóstolos ou as mulheres;
- b) Jesus sai ao seu encontro inesperadamente;
- c) Jesus os saúda;
- d) Há um reconhecimento, por vezes duvidoso, mas acontece o reconhecimento; e,
- e) Recebem uma missão: o Senhor ressuscitado os encarrega de algo.

Estes cinco elementos aparecem sempre e em todas as aparições.

Existem narrativas dramatizadas mais amplas. Nelas também aparecem os mesmos cinco elementos, mas esses elementos têm adicionados a eles uma série de detalhes que nos dizem como as primitivas testemunhas receberam e entenderam a ressurreição. Com frequência nos é testemunhado o não reconhecimento do Senhor em um primeiro momento.

Maria Madalena não reconhece Jesus. Os discípulos de Emaús não reconhecem o Senhor. Com isso, nos é dado a entender que, ao não ter voltado Jesus a esta nossa vida, não é perceptível como um objeto ou como uma pessoa que vemos como objeto frente a nós, mas sim que Jesus entrou na vida de Deus e é possível estar ao lado de Jesus sem perceber que é Ele.

⁴³ Walter Kasper. **Jesús, El Cristo**. 4ª Edición, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1982.

O Senhor ressuscitado tem que ser reconhecido com os olhos da fé. Ele aparece ao que crê. A comunidade vai percebendo que existem momentos nos quais o Senhor ressuscitado se faz presente e nos quais Ele pode ser reconhecido. E isso é expresso também nos relatos.

O Senhor apareceu aos discípulos de Emaús no caminho e o reconheceram ao partir o pão. No evangelho de João, quando Maria Madalena não o reconhece e crê que é o jardineiro, Jesus se dá a conhecer ao dizer-lhe: “Maria”; foi ao ouvir sua palavra que ela o reconheceu.

Deste modo, podemos reconhecer os lugares e formas em que o Senhor vai estar presente na Igreja: ao partir o pão, por meio de sua palavra e enquanto seguimos seu caminho iluminados pelas Escrituras.

4.2- A Ressurreição como fundamento de nossa Fé

Paulo disse em forma gráfica: “Se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, e vazia também a nossa Fé”; e se Cristo não ressuscitou, a vossa fé não tem nenhum valor e “ainda estais em vossos pecados”; e se é só para esta vida que pusemos a nossa esperança em Cristo, somos, dentre todos os homens, os mais dignos de compaixão. (1Cor 15,14-17).

Assim, pois, Paulo afirma, nada mais e nada menos, que é inconsistente e vazia a nossa Fé, caso não tenha validade o princípio de que Jesus ressuscitou dentre os mortos. A ressurreição de Jesus crucificado é para ele e para todo o NT o eixo central da fé cristã. Tampouco a Igreja entendeu de outro modo ao longo da história, como demonstra, sobretudo, a liturgia.⁴⁴

A fé na ressurreição define a origem, o núcleo e o modelo do que significa ser cristão. O que nos faz ser cristãos? Definitivamente, é que acreditamos que Deus ressuscitou Jesus da morte para a vida para nossa salvação.

Quem crê na ressurreição está convencido de que Deus atua no mundo, e que o que ocorreu na ressurreição de Jesus foi o primeiro exemplo, e que isto ainda ocorre onde as pessoas vivem verdadeiramente unidas, formando comunidade, onde o espírito suscita uma visão

⁴⁴ Hans Kessler. *Manual de Cristología*. Barcelona: Editorial Herder, 2003.

progressiva sobre o sentido da vida e onde um ato de serviço amoroso se converte em um testemunho presente de Deus e de Jesus Cristo.⁴⁵

4.3- Conteúdo da fé na ressurreição de Jesus⁴⁶

4.3.1- A ressurreição como proeza de Deus

A ressurreição de Jesus não significa um regresso à vida anterior. “O Messias, ressuscitado da morte, já não volta a morrer; a morte não tem poder sobre ele... Vivendo, vive para Deus” (Rm 6,9s). A ressurreição não consiste em retornar à vida antiga; é, sim, o começo da nova criação (cf. 1Cor 15,42ss).

Por isso, quando o NT fala da ressurreição de Jesus, com isso está dizendo que com Jesus foram iniciados os acontecimentos escatológicos. Jesus é o primeiro dos ressuscitados (cf. At 26,23; 1Cor 15,20s; Cl 1,18).

A ressurreição é a revelação e a realização do reino de Deus anunciado por Jesus. Na ressurreição de Jesus dentre os mortos Deus demonstrou sua fidelidade no amor, identificando-se definitivamente com Jesus e sua causa. A fé na ressurreição de Jesus é baseada na possibilidade criadora e na fidelidade de Deus.

A fé pascal confia que Deus tem possibilidades que destoam da realidade existente, que transcendem inclusive a morte, e se atreve a apostar na vida e na morte por este Deus, “para quem tudo é possível”. Uma fé cristã que não fosse fé na ressurreição seria uma contradição. Não é um agregado à fé de Deus e em Jesus Cristo; é recapitulação e essência dessa fé.

4.3.2- A ressurreição de Jesus como exaltação

A ressurreição de Jesus constitui uma ação divina que é única, excluindo-se qualquer analogia; entretanto, esta ação de Deus se desenvolve naquele que antes havia sido crucificado e sepultado.

⁴⁵ Matthias Neuman. *Cristología: Verdadero Dios, verdadero hombre*. Loyola Press, 2005.

⁴⁶ Walter Kasper. *Jesús el Cristo*. Volumen 3, Santander: Sal Terrae, 2013.

A ressurreição tem em Jesus de Nazaré, o crucificado e sepultado, seu termo histórico, que impede que se trate de um mero acontecimento da fé. A continuidade e a identidade entre o Crucificado e o Ressuscitado se fundamentam exclusivamente na fidelidade de Deus à criação e à aliança.

Em inúmeras passagens do NT fala-se de exaltação em lugar de ressurreição. Onde com maior clareza é apresentado o vínculo entre cruz, ressurreição, exaltação e envio do Espírito é no Evangelho de João. Neste evangelho, “exaltação”, ou melhor, “elevação” é uma expressão com duplo significado, que se refere tanto à elevação na cruz como à elevação até o Pai (cf. Jo 3,14; 8,28; 12,32), a glorificação (cf. Jo 7,39; 12,16).

A exaltação à direita do Pai não significa um arrebatamento a um império muito além deste mundo, mas sim ao de Jesus junto a Deus, na dimensão de Deus, de seu poder e sua glória. Deste modo, Jesus não está longe do mundo; trata-se, antes, de uma nova maneira de estar ao nosso lado: Jesus está agora junto a Deus como nosso intercessor.

A corporalidade da ressurreição significa que Jesus Cristo, na medida em que, por meio da ressurreição e da exaltação, entrou totalmente na dimensão de Deus, também está, ao mesmo tempo de um modo novo e divino, totalmente perto do mundo, perto de nós e conosco “até o final do mundo (Mt 28,20).

4.3.3- A ressurreição de Jesus como acontecimento de salvação

Para o Novo Testamento, a ressurreição do Crucificado e sua investidura no poder divino não é um fato isolado, mas sim o início e antecipação da ressurreição dos mortos. A ressurreição de Jesus não se trata apenas de um acontecimento singular, mas sim de um evento que abre o mundo para o futuro.

A ressurreição de Jesus não significa só a definitiva acolhida de Jesus em sua comunhão e amor com Deus, mas também que selou definitivamente a paz e a reconciliação com o mundo. Em Jesus e através de Jesus, o amor de Deus se voltou irrevogavelmente sobre todos os seres humanos.

O amor e a fidelidade de Deus, que foram revelados na cruz e na ressurreição de Jesus, são a realidade escatológica por excelência que determina o presente e à qual pertence todo o futuro. Na medida em que Jesus Cristo se relaciona com a pessoa, o ser humano se converte em uma nova criatura. A melhor maneira de descrever este novo Ser em Cristo é fazendo uso do conceito de liberdade cristã.

A liberdade cristã é descrita a partir destes pontos:

- A liberdade cristã é, em primeiro lugar, liberdade do pecado. Quando realidades criadas por Deus se convertem nos ídolos e em últimas metas, estas realidades escravizam e o ser humano já não se serve delas; mas agora o ser humano serve a elas. Todos estes são modos errados de assegurar-se a vida, em vez de em Deus, que dá vida aos mortos. Por isso, a liberdade cristã é, antes de tudo, liberdade do pecado.
- A liberdade cristã é, em segundo lugar, a liberdade da morte. O preço do pecado é a morte. Daí se pressupõe que a morte não seja um castigo qualquer imposto por Deus por causa do pecado, mas sim sua consequência intrínseca (cf. Rm 8,13; Gl 6,8).

A nova presença salvífica de Jesus entre seus discípulos não apenas fundamenta a esperança e a liberdade, mas também cria uma nova reunião dos discípulos em torno do Senhor presente de um modo novo. Assim, depois da Páscoa, é realizada a congregação da Igreja como o povo de Deus da nova aliança.

A ressurreição de Jesus mostra aos discípulos que a paixão, morte e ressurreição do Crucificado, e o Espírito Santo, não são apenas mais um ato de Deus, mas representam o ato salvífico decisivo e definitivo, o novo êxodo e o novo dia da expiação.

Em suma, uma nova e definitiva visão do projeto salvífico de Deus que tem seu centro na Ressurreição do Crucificado.

4.3.4- A ressurreição como evento revelador⁴⁷

A ressurreição evidencia a íntima relação entre a Revelação e Salvação que Jesus faz de “seu Pai”, de si mesmo e do homem.

Sobre Jesus, a ressurreição revela:

- Que seu sacrifício não é um castigo imposto por Deus, mas sim uma oferenda agradável ao Pai e confirma sua identidade como Messias.
- Sua humanidade glorificada para sempre. E em sua humanidade toda sua vida, sua história e sua mensagem.
- O status divino e a dignidade de Jesus.
- Confirma o poder e a autoridade que Dele emergia quando anunciava o Reino de Deus.

Sobre Deus, a ressurreição revela:

- A identidade do Deus de Jesus Cristo. A ressurreição levou os discípulos a ver no rosto do Cristo crucificado o rosto humano de Deus.
- O faz reconhecer não apenas como aquele que chama para a vida, mas sim aquele que nos dá a vida nova. Deus é ainda identificado não apenas como aquele que ressuscita dos mortos, mas também como aquele que ressuscitou Jesus da morte.

Do homem e do mundo, a ressurreição revela que Deus deu início à nova vida dos homens e à transformação final da história.

Em síntese, no que diz respeito a nós e ao mundo, a ressurreição significa a irrupção da escatologia em nossa história.

⁴⁷ Gerald O'Collins. **Christology: A Biblical, Historical, and Systematic Study of Jesus**. Second Edition, Ebook, 2009.

4.4- A Ascensão de Jesus⁴⁸

Todos os Evangelhos referem que as aparições do Ressuscitado ocorreram por um período de tempo limitado. “A última aparição de Jesus termina com a entrada irreversível de sua humanidade na glória divina, simbolizada pela nuvem e pelo céu onde Ele se senta para sempre à direita de Deus. Só de maneira completamente excepcional e única, mostra-se a Paulo (1Cor 15, 8) em uma última aparição que constitui a este como apóstolo (cf. 1Cor 9,1; Gl 1,16). (CIC, 659)

O sentido das aparições é antes de tudo agrupar um círculo de discípulos que possam testemunhar que Jesus não permaneceu no sepulcro, mas sim que está vivo.

Seu testemunho concreto se converte essencialmente em uma missão: anunciar ao mundo que Jesus é o vivente, a própria vida. Também faz parte da mensagem anunciar que Jesus virá de novo para julgar os vivos e mortos, e para estabelecer definitivamente o Reino de Deus no mundo.

As últimas frases do Evangelho de Lucas dizem: “Então os levou até Betania e, levantando as mãos, os abençoou. E enquanto os abençoava, separou-se deles subindo para o céu. Eles voltaram a Jerusalém com grande alegria; e estavam sempre no templo bendizendo a Deus” (Lc 24,50-53).

Lucas diz que estavam cheios de alegria, quando se esperaria o contrário, depois que o Senhor havia se afastado deles definitivamente. Jesus havia se separado e eles tinham recebido uma tarefa aparentemente irrealizável, que superava suas forças. Todo adeus deixa para trás uma dor. Como se pode entender tudo isto?

Os discípulos não se sentem abandonados; não creem que Jesus tenha “desaparecido” no céu. Estão seguros que o Ressuscitado está presente entre eles de uma maneira nova e poderosa. Eles sabem que “à direita de Deus”, onde Ele está agora “enaltecido”, implica um novo modo

⁴⁸ Joseph Ratzinger - Bento XVI. **Jesus de Nazaré: Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

de sua presença que já não se pode perder: é o modo em que unicamente Deus pode estar próximo de nós.

O livro dos Atos dos Apóstolos inicia com o relato da ascensão de Jesus. À pergunta se chegou o momento de instaurar o reino de Israel, Jesus responde com uma promessa e uma encomenda. A promessa de que estarão cheios da força do Espírito Santo; a encomenda consiste em que deverão ser suas testemunhas até os confins do mundo.

O texto continua com a menção da nuvem que o envolve e o oculta de seus olhos. Lembra-nos da nuvem da transfiguração (cf. Mt 17,5; Mc 9,7; Lc 9,34s). Faz-nos pensar na tenda sagrada do Senhor na Antiga Aliança, onde a nuvem é a presença de lahweh (cf. Ex 40,34s), que também em forma de nuvem vai adiante de Israel na peregrinação no deserto (cf. Ex 13,21).

A observação sobre a nuvem tem um caráter claramente teológico. Apresenta o desaparecimento de Jesus não como uma viagem para as estrelas, mas sim como um entrar no mistério de Deus.

O Jesus que se despede não vai a alguma parte no cosmos distante. Ele entra na comunhão de vida e poder com Deus. Por isso não foi, mas, em virtude do mesmo poder de Deus, agora está sempre presente junto a nós.

Posto que Jesus está junto do Pai, não está longe, mas sim perto de nós. Agora já não se encontra em um só lugar no mundo, como antes da Ascensão; com seu poder que supera todo espaço, Ele não está agora em um único lugar, mas está presente ao lado de todos, e todos o podem invocar em todo lugar e ao longo da história.

O texto da Ascensão continua com dois homens vestidos de branco e dirige uma mensagem: “Homens da Galileia, por que estais aí a olhar para o céu? Este Jesus que foi arrebatado dentre vós para o céu, assim virá, do mesmo modo como o vistes partir para o céu” (At 1,11).

Com isso fica confirmada a fé no retorno de Jesus, mas ao mesmo tempo se destaca mais uma vez que não é tarefa dos discípulos ficarem olhando o céu ou conhecer os tempos e os

momentos escondidos no segredo de Deus. Agora sua tarefa é levar o testemunho de Cristo até os confins da terra.

“A Ascensão de Jesus Cristo marca a entrada definitiva da humanidade de Jesus no domínio celeste de Deus de onde há de voltar (cf. At 1,11), embora o esconda dos olhos dos homens (cf. Col 3,3)”. (CIC 665)

Para refletir:

- 1) O encontro com Jesus ressuscitado causou uma “explosão” e uma mudança na vida nos apóstolos. Que mudança de vida causou a presença do Senhor em vosso matrimônio?
- 2) Reconhecemos o Ressuscitado toda vez que recebemos o pão durante a Eucaristia e ao escutar sua Palavra?
- 3) A Ascensão de Jesus deixou a seus discípulos a tarefa de levar seu testemunho a todos os confins da terra. Como estamos cumprindo essa tarefa de discípulos missionários? Estamos realizando esta tarefa: com a mesma alegria e felicidade com que a receberam seus discípulos?

MESA 5

O MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS

“Muitas vezes e de muitas maneiras Deus falou no passado a nossos Pais por meio dos Profetas. Nestes últimos tempos, nos falou por meio do Filho a quem instituiu herdeiro de tudo, por quem também fez o universo” (Hb 1,1-2).

A presença de Deus no mundo foi uma convicção cristã desde os primeiros tempos; no entanto, é igualmente clara a convicção de que a partir do momento da Encarnação do Filho esta proximidade de Deus chegou ao grau máximo e insuperável. Trata-se de um acontecimento único e não repetível.

"A Igreja chama 'Encarnação' o fato de que o Filho de Deus tenha assumido uma natureza humana para realizar por meio dela nossa salvação" (CIC, 461).

A fé na verdadeira Encarnação do Filho de Deus é a alegre convicção da Igreja desde seu início. O mistério da Encarnação leva em si dois aspectos teológicos que se correspondem mutuamente: o da revelação, porque na encarnação do Filho e em toda sua vida se revela o mistério do amor de Deus aos homens de maneira totalmente insuspeita, e o segundo, o de nossa salvação, porque com sua presença, o Filho nos revelou a Deus e nos trouxe sua salvação.

Reafirmando esta convicção, o Catecismo da Igreja Católica assinala o mistério da Encarnação como "o sinal distintivo da fé cristã", como disse São João em sua primeira carta: "Nisto reconheceréis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio na carne é de Deus" (1Jo 4,2) (CIC, 463).

Este mistério está presente no NT e sua formulação na Igreja se remonta ao testemunho de fé ali proclamado. São João, no prólogo de seu evangelho, proclama com toda clareza: E a Palavra - que estava junto a Deus – se fez carne e pôs sua morada entre nós (Jo, 1,14), e acrescenta afirmando que: Jesus veio para tirar o pecado do mundo (cf. Jo 1,29).

A vontade universal de salvação de Deus e a mediação única de Cristo, que se deu a si próprio em resgate por todos, estão explicitamente relacionadas no NT.

Este mistério está igualmente presente na narrativa dos chamados "evangelhos da infância" de Mateus (1,17-25) e (Lucas 1,26-38; 2,1-20), onde é descrito o nascimento terreno de Jesus e seu significado. Tanto Mateus como Lucas destacam no evento do nascimento de Jesus a intervenção de Deus Pai, por um lado, e do Espírito Santo por outro.

Do lado humano da história, Maria é a personagem central segundo Lucas, que livremente com seu "sim" abriu seu seio para a encarnação do Filho de Deus.

Como se pode ver, a narrativa evangélica da encarnação contempla não apenas a Deus como protagonista, que decide encarnar-se e vir para participar da história humana, mas contempla também como condição de possibilidade a participação livre da criatura humana representada por Maria.

Esta é a novidade que os evangelhos querem destacar: a encarnação do Verbo é uma cooperação entre Deus e a humanidade, é o mistério da nova Aliança. A Aliança entre Deus e a humanidade, que no AT havia sido realizada por meio de homens como Abraão, Moisés e os profetas; e agora é realizada em sua plenitude por meio de Maria.

São Paulo cita também um hino com o qual a Igreja de seu tempo canta o mistério da Encarnação: "Tende entre vós os mesmos sentimentos que teve Cristo: o qual, sendo de condição divina, não reteve avidamente o ser igual a Deus, mas sim se despojou de si mesmo tomando a condição de servo, fazendo-se semelhante aos homens e aparecendo em seu porte como homem; e se humilhou, obedecendo até a morte e morte na cruz" (Fl 2,5-8).

São Paulo considera a Encarnação como o mistério por excelência que Deus revelou a seus santos e eleitos, para que finalmente possam compreender o desígnio da salvação e do amor de Deus em Cristo.

O "Credo" da tradição viva da Igreja nos deixa ver a relação íntima entre a vinda do Filho de Deus ao mundo e a libertação do pecado, quando confessamos que: "E por nós, homens, e

para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem". (Credo Niceno-Constantinopolitano)

Por isso, o mistério da Encarnação do Verbo tem a força de todos os segredos e figuras da Escritura. Só o Verbo de Deus encarnado pode nos ensinar a ciência de Deus.⁴⁹

5.1- A finalidade da Encarnação

Deus agiu de uma maneira especial, e numa ação única, através do envio de seu Filho. Trata-se de um acontecimento único e não repetível. O Filho de Deus tomou carne da Virgem Maria, sua mãe humana. Deste modo misterioso e maravilhoso o Filho de Deus, ao nascer como homem do seio de Maria, Jesus de Nazaré, por sua vez, tornou-se plenamente humano e plenamente divino.⁵⁰

Chegando a este ponto surge necessariamente a pergunta: Por que o Filho de Deus se fez homem?

Ante esta pergunta, o Catecismo da Igreja Católica responde resumindo a finalidade da Encarnação do Filho de Deus nos quatro aspectos seguintes. Definitivamente, em cada um destes aspectos confluem necessariamente a revelação do amor de Deus e a reconciliação do mundo com Deus. Portanto, pode-se observar que o destinatário primeiro é a criatura humana, a favor do homem, por nossa salvação (CIC, 456-460):

- "O Verbo encarnou *para salvar-nos, nos reconciliando com Deus*". "Deus nos amou e nos enviou seu Filho como expiação por nossos pecados" (1Jo 4,10). Jesus veio para tirar o pecado do mundo (cf. Jo 1,29). Nele, Deus reconciliou o mundo consigo mesmo (cf. 2Cor 5,18-29). A vinda do Filho de Deus a este mundo é, em si mesma, um evento salvador. Ele veio ao mundo uma só vez para livrar-nos do pecado. Por

⁴⁹ Angelo Amato. **Jesús el Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

⁵⁰ Gerald O'Collins. **La encarnación**. Editorial Sal Terrae, 2002.

isto, o sacrifício único de Cristo deve ser visto em relação inseparável com o acontecimento único e não repetível da Encarnação.

- O Verbo se encarnou *para que nós conhecêssemos assim o amor de Deus*. Na Encarnação do Filho e em toda sua vida se revela o mistério do amor de Deus aos homens. "A prova de que Deus nos ama é que, embora sendo nós pecadores, Cristo morreu por nós" (Rm 5,8). "Tanto amou Deus o mundo que lhe deu seu Filho único" (Jo 3,16). O amor de Cristo é demonstração do amor do Pai, porque Nele, imagem de Deus invisível, vemos o próprio Pai que nos amou até o extremo. O Filho, revelando-nos o rosto amoroso do Pai, nos trouxe a salvação.
- O Verbo se encarnou *para ser nosso modelo de santidade*. Com sua Encarnação o Filho de Deus se revela como modelo a seguir: "Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim..." (Mt 11,29), porque Ele é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6). Jesus é o modelo do mandamento novo do amor e da nova Lei expressa nas bem-aventuranças. O Pai ordena aos discípulos "escutar" seu Filho (Mc 9,7).
- O Verbo se encarnou *para fazer-nos "partícipes da natureza divina"*. O NT, sobretudo, afirma que Cristo é a imagem de Deus (2Cor 4,4; Cl 1,15). E por outro lado nos diz que o homem é chamado a reproduzir a imagem de Cristo, o homem celeste (Rm 8,29; 1Cor 15, 49; 2Cor 3,18). Santo Anastácio dizia: "Porque o Filho de Deus se fez homem para fazer-nos Deus". Esta é a razão da Encarnação para qual o homem, ao entrar em comunhão com o Verbo, se converte em filho de Deus. A perfeição da natureza humana, que acontece pelo fato de que o Filho de Deus a assumiu, permite indicar que a perfeição do homem acontece na configuração com Cristo que Ele mesmo tornou possível ao assumir nossa condição (humana) em sua Encarnação.

Em síntese, podemos destacar o que segue:

- A unicidade do sacrifício de Cristo deve ser vista em relação íntima com a unicidade da encarnação.

- A encarnação de Cristo e seu sacrifício redentor em sua íntima relação não significam apenas o perdão dos pecados, mas sim, sobretudo, abundância de seu amor e de sua graça.
- O Filho, imagem do Pai, com sua Encarnação realiza a verdadeira humanidade, o verdadeiro ícone do homem, segundo o plano de Deus.
- Ele é o primogênito de muitos irmãos (Rm 8,20). Daí se depreende que o Filho de Deus se fez homem, sobretudo para levar a criação à plenitude.
- Desde antes da criação, Deus pensava em uma humanidade redimida por Cristo, vivendo plenamente na glória do Reino de Deus.⁵¹
- Portanto, a afirmação do Credo de que o Verbo se encarnou "por nós e por nossa salvação" deve ser entendido neste amplo contexto de criação-redenção-plenitude.

5.2- A pré-existência do Verbo

"No princípio existia a Palavra e a Palavra estava junto a Deus, e a Palavra era Deus [...]. Tudo se fez por ela e sem ela não se fez nada [...]. E a Palavra se fez carne e colocou sua Morada entre nós" (João 1,1,14). Com esta afirmação João abre seu Evangelho.

Este texto do evangelho de São João e todo o NT asseguram que para nenhum ser humano é indiferente que o Filho de Deus se tenha feito homem e tenha entrado na história dos homens. O Logos – a Palavra – a luz que ilumina todo homem, estava chegando a este mundo (cf. Jo 1,9). A todos chega, embora nem sempre saibamos como, a luz que é o Verbo encarnado.

Joseph Ratzinger, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, diante das opiniões dos que sustentam que "não nos haveria sido revelado e manifestado que o Filho de Deus subsiste desde a eternidade no mistério de Deus, distinto do Pai e do Espírito Santo", escreveu:

"O enunciado sobre a pré-existência do Verbo não é o resultado de um raciocínio especulativo, mas sim a simples formulação do mistério: Jesus é verdadeiramente o

⁵¹ Angelo Amato. **Jesús el Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

Filho Unigênito do Pai, amado desde sempre, e é a Palavra na qual o próprio Deus se auto comunica com os homens".⁵²

Desta maneira podemos entender que a confissão da pré-existência do Verbo é o pressuposto necessário para a fé na Encarnação. Isto significa também que, quando Jesus foi concebido e nasceu, não apareceu em cena uma nova pessoa. Cristo não teve origem quando nasceu. Ele existe como Filho eterno de Deus ou como o Verbo eterno de Deus, como confessamos no Credo Niceno-Constantinopolitano: "nascido do Pai antes de todos os séculos."

Portanto, "professar a 'consustancialidade' e a 'pré-existência eterna do Verbo', equivale a reconhecer Jesus Cristo como aquele no qual se encontra a 'substância', a 'essência' do próprio Deus. Isto evidencia que a realidade e a intimidade profunda de Deus é revelada precisamente em Jesus, uma vez que Ele é o Filho do Pai".⁵³

Encontramos aqui os motivos centrais para a afirmação da pré-existência: a divindade do Verbo, sua consustancialidade com o Pai, sua função criadora e a Encarnação.

A crença da pré-existência do Verbo destaca com força o amor divino aos seres humanos. Deus podia continuar enviando profetas, mas a presença pessoal de seu Filho pré-existente expressa de uma maneira totalmente insuspeita o desejo divino de estar conosco, de compartilhar nossos sofrimentos e de nos redimir de nossa condição pecadora.

Efetivamente, se Jesus Cristo não fosse Ele mesmo "eterno", não poderia nos introduzir na vida "eterna", ou seja, na comunhão definitiva com Deus; de igual maneira, se Cristo não fosse semelhante em tudo a nós, menos no pecado, não poderia nos redimir do pecado.

A pré-existência do Filho de Deus mantém perfeitamente unidas as doutrinas da criação, da encarnação e da redenção.

O Filho de Deus que participou na obra da criação do Pai é o mesmo que, feito homem, realizou a Redenção da humanidade morrendo na Cruz. Porque, somente se a entrega de

⁵² Congregação para a Doutrina da Fé. Declaração "MYSTERIUM FILII DEI" para salvaguardar de alguns erros recentes a fé nos mistérios da Encarnação e da Santíssima Trindade. Roma, 21 de fevereiro de 1972.

⁵³ Idem.

Cristo pela humanidade tem suas origens em Deus, ou seja, no Filho coeterno do Pai, esta sua entrega adquire realmente caráter salvífico.

Por último, reafirmemos o anterior dizendo que, longe de ser um discurso intelectual da pré-existência eterna de Jesus Cristo enquanto Verbo de Deus, constitui o pressuposto indispensável para a verdade do anúncio sobre a "Vida Eterna" e da mensagem salvífica de Jesus.

5.3- A pessoa de Jesus Cristo⁵⁴

O evento da Encarnação representa também o admirável mistério da realidade divina e humana da pessoa de Jesus de Nazaré. A reflexão teológica dos Pais da Igreja mostra que este foi sempre um aspecto central na fé da Igreja.

O desenvolvimento do dogma da fé dos primeiros séculos da Igreja insistiu na perfeição da divindade e da humanidade de Cristo. Os motivos da salvação do homem que impulsionaram o desenvolvimento do dogma da fé em Jesus Cristo, sempre em estreita relação com o mistério Trinitário de Deus, levaram a afirmar a consubstancialidade do Filho com o Pai no concílio de Niceia e em sua consubstancialidade conosco em sua humanidade no concílio de Calcedônia.

Em síntese, para ter uma ideia fundamental, os Padres da Igreja desenvolveram um ou outro aspecto destacando o duplo nascimento: do Pai na eternidade como Filho de Deus e de Maria na história enquanto homem.

No Concílio de Calcedônia há um pronunciamento decisivo sobre o problema da união da natureza divina e da natureza humana na única pessoa divina de Cristo. A Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem. Esta união não supõe uma mistura confusa entre o divino e o humano, nem uma união extrínseca das

⁵⁴ Angelo Amato. **Jesús, El Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

mesmas. Inclui a integridade da natureza humana, a realidade de sua natureza divina e uma duplicidade de vontades.

À pergunta sobre "o que é Jesus Cristo", se responde que é de duas naturezas: humana e divina. E à pergunta "quem é Jesus Cristo", se responde que é a pessoa divina do Filho de Deus feito verdadeiro homem.

Fruto da reflexão teológica e filosófica, o termo pessoa tem vários aspectos. O termo pessoa é usado para expressar o mistério da Trindade de Deus (um só Deus e três divinas pessoas), o mistério do Filho de Deus feito homem (uma pessoa divina em duas naturezas) e o mistério de todo ser humano, que é uma pessoa humana.

No texto de São João, a afirmação "Eu e o Pai somos uma mesma coisa" (Jo 10,6), pode ser entendida com o fim de distinguir a unicidade da natureza em Deus – "somos uma só coisa" –, da duplicidade da relação – "Eu e o Pai" – e para tal se usa o termo "coisa = pessoa".

Por isso, se entende o termo pessoa como a "relação" que constitui o Pai, o Filho e o Espírito Santo como pessoas singulares e ao mesmo tempo as une na comum participação na natureza divina. O termo pessoa na Trindade é o princípio de distinção e em Cristo é o princípio da unidade.

Na Mesa 6 serão elaboradas mais detalhadamente as reflexões sobre a divindade e humanidade em uma pessoa, em Jesus Cristo.

5.4- A consciência de Jesus Cristo⁵⁵

Este tema nos introduz ainda mais no mistério da pessoa de Jesus Cristo e da fé cristológica da Igreja.

A existência da consciência humana de Jesus é uma nova confirmação da integridade e da perfeição de sua natureza humana que tem uma vontade própria e operações autenticamente

⁵⁵ Angelo Amato. **Jesús, El Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

humanas (Concílios de Constantinopla I, Calcedônia e Constantinopla III). Perfeição que, longe de afastá-lo de nossa condição, lhe permite unir-se mais intimamente a ela, porque, em obediência à vontade do Pai, lhe permite assumir os pecados de todos e assim nos redimir da escravidão em que estes nos haviam colocado.

A consciência que Jesus possui de sua relação filial singular com "seu Pai" é o fundamento e pressuposto de sua missão. Mas também de sua missão se pode inferir sua consciência. Das atitudes humanas, das palavras e das ações do Jesus histórico é de onde podem ser tiradas indicações úteis sobre a consciência que Ele tinha de si mesmo e de sua missão. Jesus pede uma resposta à sua pergunta: "E vós, quem dizeis que eu sou?" (Mt 16,15).

A pergunta dirigida aos discípulos supõe que de sua convivência com o Mestre puderam obter elementos suficientes para dar uma resposta adequada, inclusive antes do acontecimento pascal.

O Jesus histórico manifesta sobretudo a consciência que tinha de estar em uma relação filial com Deus (Pai e Filho). Jesus se dirigia a Deus como seu Pai, de uma maneira única e autêntica, equivalente à consciência da realidade e verdade desta afirmação.

Mas Jesus não só chamou Deus de "Pai" ou "meu Pai" em geral, mas também, dirigindo-se a Ele na oração, invoca-o com a designação de *Abba (papai)*, indicando assim que ali há uma relação absolutamente nova (cf. Mc 14,36; Rm 8,15; Gl 4,6). Todos os Evangelhos testemunham isto.

Jesus foi consciente de ser Filho do Pai, de ser enviado do Pai, com um poder semelhante ao do Pai. Seus contemporâneos captaram a inaudita gravidade desta afirmação. De fato, por isso os judeus o buscavam para matá-lo: porque não só violava o sábado, mas também chamava Deus como seu Pai, fazendo-se igual a Deus (Jo 5,18). Através de sua consciência humana, Jesus manifesta sua relação única com Deus, seu Pai.

Nos relatos do NT também aparece que Jesus tem uma intenção salvífica. A consciência que Jesus possui de sua relação filial singular com "seu Pai" é o fundamento e o pressuposto de sua missão.

Ele é consciente de ser o salvador único e definitivo. Toda sua vida é uma missão. Jesus é consciente de ter vindo e ter sido enviado para anunciar o reino de Deus (Lc 4,43; Mt 15,24), para cumprir a lei (Mt 5,27), para servir e dar sua vida em resgate por muitos (Mc 10, 45; 14,24), para buscar e salvar o que estava perdido (Lc 19,10).

Toda a vida de Cristo, desde sua "entrada no mundo" (Hb 10,5) até o dom de sua vida, é um único "sim" à vontade do Pai "por nós", para nossa salvação. Assim o pregou a Igreja desde o começo (cf. Rm 5,8; 1Ts 5,10; 2Cor 5,15; 1Pd 2,21; 3,18).

A consciência que Jesus tem de sua missão implica, portanto, a consciência de sua "pré-existência". Jesus é consciente e manifesta a origem divina de sua missão por parte do Pai: "de Deus saí e vim; não vim por mim mesmo, mas ele que me enviou" (Jo 8,42). Podemos dizê-lo de outra maneira: a consciência humana de sua missão traduz a linguagem de uma vida humana, sua relação eterna com o Pai.

A consciência salvífica de Jesus é também demonstrada com sua vontade de fundar a Igreja e de salvar todos os homens, reunindo-os no povo de Deus.

São dois, portanto, os conteúdos essenciais da consciência humana de Jesus: sua autoconsciência "filial" na sua relação com Deus como seu Pai, e sua consciência "messiânica" com relação à salvação da humanidade. Trata-se de sua única consciência humana, cujo conteúdo manifesta sua origem divina, enquanto enviado do Pai para manifestar sua palavra (Jo 3,34; 12,42) e cumprir sua vontade salvífica (Jo 5,30; 6,38; 9,4).

5.5- A Liberdade em Jesus⁵⁶

Apesar das tentações, da hostilidade de Satanás, da incompreensão, do abandono, da traição, da crucificação e morte, Jesus permaneceu santo, sem mancha, separado dos pecadores (Hb 7,26).

⁵⁶ Angelo Amato. **Jesús, El Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

Jesus é consciente de ter vindo não para ser salvo, mas sim para salvar. De fato, é sua perfeita santidade a fonte da salvação. Jesus não cometeu pecado; Ele carregou nossos pecados em seu corpo sobre a cruz para que vivamos para a justiça.

Há uma perfeita relação entre a santidade de Jesus e sua missão salvífica. Cumprindo a vontade do Pai, Jesus veio para vencer a origem do pecado e para destruir as obras do diabo (1Jo, 3,5-8).

A santidade de Jesus e a entrega total de sua humanidade na pessoa divina se traduzem em impecabilidade, que é não só a ausência do pecado, mas sim a impossibilidade de pecar. É a união da natureza humana e da natureza divina que faz com que o Filho seja orientado para o bem. Por outro lado, as fontes bíblicas testemunham em Jesus uma grande liberdade e um domínio sobre suas ações e seu destino.

À primeira vista, parece difícil que exista uma relação entre impecabilidade e liberdade, mas para que seja mais adequada, a definição de liberdade é a possibilidade de escolher e determinar a própria ação. Esta é a liberdade de Deus. Esta é a liberdade de Jesus Cristo de determinar a própria ação e a própria escolha do bem.

A liberdade de Jesus Cristo consiste em sua determinação de obedecer a vontade do Pai. Pode-se concluir que, ao invés de opor-se à liberdade, a impecabilidade de Cristo torna mais perfeita essa liberdade. Cristo tinha a mais completa faculdade de orientar-se para a obediência à vontade do Pai.

5.6- A Santidade de Jesus Cristo⁵⁷

“Santo” é um título aplicado a Jesus desde sua concepção no seio da Virgem Maria. Com efeito, o anjo explica a Maria que “o que vai nascer é santo” (Lc 1,35). Jesus será conhecido como “Santo de Deus” pelos espíritos impuros (Mt 1,24; Lc 4,34). Como tal, será confessado também por Simão Pedro: “nós cremos e sabemos que tu és o Santo de Deus” (Jo 6,68).

⁵⁷ Angelo Amato. **Jesús, El Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

No relato da anunciação, “Santo” é o nome de Jesus. Santo referido a Jesus não é um atributo, mas sim seu nome próprio. A santidade de Jesus consiste na total associação de sua natureza humana à pessoa divina do Verbo. É a consagração radical de sua humanidade por parte de Deus e em Deus. Jesus mesmo se define como “o que o Pai consagrou e enviou ao mundo” (Jo 10,36).

A santidade de Jesus se dá em sua concepção, mas recebe seu crescimento e sua progressiva realização durante toda sua vida terrena: “Jesus crescia em sabedoria, idade e graça” (Lc 5,52), até o ápice no mistério pascal.

Jesus ora ao Pai: “por eles eu me consagro a mim mesmo, para que também eles sejam consagrados na verdade” (Jo 17,18). A consagração inclui a entrega em sua morte. Esta é a dimensão de sacrifício da santidade de Jesus. Seu crescimento em santidade não significa ir de menos a mais. Seu desenvolvimento consiste na correspondência com os diferentes momentos de sua existência terrena que encontra sua plenitude na Páscoa.

Para refletir:

- 1) Como casais equipistas, somos chamados a caminhar para a Santidade. Jesus é o modelo a ser seguido pelos cristãos. Como casal, o que fazemos para nos assegurar que temos Jesus como o Caminho, a Verdade e a Vida? Como colocamos em prática a Escuta que o Pai nos pede para com o Filho? E como escutamos o nosso cônjuge?
- 2) Deus concedeu à humanidade a liberdade para tomar suas próprias decisões. Como estamos utilizando essa liberdade para obedecer a vontade do Pai? Somos chamados para não cometer pecados. Isto nos faz sentir realmente livres?

MESA 6

JESUS CRISTO NA CONFISSÃO DE FÉ E NO ENSINAMENTO DA IGREJA

Depois da Ascensão do Senhor, os Apóstolos iniciaram a pregação do Evangelho segundo o mandato do Ressuscitado. Mediante a evangelização dos Apóstolos e seus sucessores, o cristianismo cresceu e se expandiu para muitas cidades e povoados remotos ao longo do Império Romano. Mas, as diferentes interpretações dos dados bíblicos e particularmente sobre quem é Jesus em sua identidade humano-divina e sua missão salvífica, também apareceram rapidamente.

Considerando este caminho de desenvolvimento da fé na pessoa de Jesus na Igreja, o objetivo desta Mesa é convidar para uma aproximação ao conteúdo da fé na pessoa de Jesus, definido e confessado pelo Magistério nos primeiros Concílios da Igreja.

De certa forma, trata-se da passagem da verdade da revelação nas Sagradas Escrituras e na Tradição da Igreja sobre Jesus Cristo à verdade de fé no dogma cristológico da Igreja, em conteúdo de fé vinculante do fiel-crente.

6.1- Dos Apóstolos aos Padres da Igreja⁵⁸

No Novo Testamento e na Tradição da Igreja é explicado que os Apóstolos escolhiam e elegiam seus sucessores – os Bispos – para dirigir e transmitir a verdade da fé Católica às gerações seguintes.

Devido a seu papel fundamental de comunicar com fidelidade o ensinamento da fé dos Apóstolos, um grupo de pastores e escritores eclesiásticos cristãos, bispos em sua maioria, que vão desde o século I até o século VIII, é conhecido como “Padres da Igreja”. São distinguidos por sua santidade de vida e sua fidelidade à fé da Igreja no firme ensinamento e defesa da verdade acerca de Jesus Cristo em ambientes culturais, filosóficos e religiosos novos.

⁵⁸ John L. Greshman. **Jesús 101: God and Man**. First Edition, Liguori Publications.

Nos primeiros séculos da Igreja, em algumas das primeiras comunidades cristãs, começaram a surgir certos problemas que finalmente afetariam enormemente a unidade e a comunhão de fé na Igreja. Isto se apresentou no âmbito das formas de culto, costumes de vida, características de determinadas comunidades ou grupos, principalmente no que diz respeito à pessoa e à missão redentora de Jesus Cristo.⁵⁹

Desde os primeiros tempos da fé cristã, a certeza da salvação recebida de Deus em Jesus Cristo é o dado fundamental. Portanto, sustentar a verdade sobre Jesus Cristo tem como finalidade afirmar a certeza da salvação do homem em Cristo.

No entanto, como o próprio Catecismo da Igreja Católica destaca, a Igreja precisou defender e esclarecer a verdade de fé sobre Jesus Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem durante os primeiros séculos diante de algumas heresias que a falseavam (cf. CIC, 464). Estas primeiras heresias cristológicas negaram muito mais a verdadeira humanidade de Jesus Cristo que sua divindade (cf. CIC, 465).

A maioria das heresias que apresentamos a seguir surgiu durante o século II e antes do concílio de Niceia (d.C. 325).

Ebionismo: Esta heresia surgiu no século I-II no âmbito de comunidades judeu-cristãs que viviam segundo a lei judaica. Reconhecem Jesus como um simples homem, filho humano de José e Maria, sobre o qual desceu o Espírito Santo no batismo, dotado de virtudes proféticas e carismáticas extraordinárias, mas negavam sua pré-existência e sua filiação divina.

O Bispo Santo Irineu de Lyon condenou esta heresia afirmando que Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus. Ele é verdadeiro Deus porque só Deus pode salvar e restabelecer a união com os homens. E verdadeiro homem, porque corresponde ao homem reparar sua própria falta. Assim Cristo, por ser Deus, reparou a ofensa infinita cometida pelo homem contra Deus, e por ser homem, redimiu o homem de sua culpa.

⁵⁹ Mathias Neuman. **Cristología: Verdadero Dios, verdadero hombre - Fundamentos de la fe católica.** Series Ministerio Pastoral, Loyola Press, 2005.

Adocionismo: Esta heresia do século II afirmava que o Deus único e unipessoal não tinha um filho natural. Deus podia adotar como filho qualquer criatura. Diz que Cristo é um simples homem, que Deus havia adotado como seu filho, fazendo-o portador de uma graça divina excepcional no batismo no Jordão. Nega a encarnação do Verbo e a divindade de Cristo.

Aludindo a esta heresia, o Catecismo da Igreja Católica assevera que “desde o século III a Igreja teve que afirmar frente a Paulo de Samosata, em um concílio reunido em Antioquia, que Jesus Cristo é Filho de Deus por natureza e não por adoção” (CIC, 465).

Gnosticismo: Esta filosofia tem sua raiz na *gnose*, palavra grega que significa “sabedoria”. Este movimento religioso dualista – que exalta o espiritual e rejeita o material – conseguiu considerável importância no século II. Estes grupos, havendo bebido das doutrinas judaicas, cristãs e pagãs, conceberam a salvação como libertação do espírito da matéria que representava o mal para os gnósticos cristãos.

Daí que consideram Jesus Cristo como um “princípio” espiritual que existia entre Deus e o mundo, e rejeitam a verdadeira encarnação de Cristo e a salvação da carne. Sustentavam que Jesus não era realmente um ser humano e a maioria dos cristãos gnósticos não acreditavam que tivesse realmente morto na cruz. Para eles, Jesus era uma espécie de revelador semi-divino que trouxe o conhecimento oculto e verdadeiro sobre Deus, o mundo e os seres humanos.⁶⁰

Docetismo: Vem da palavra grega “*dokein*”, que significa “parecer”. Esta heresia se difundiu no século I. Entre seus principais promotores, encontramos Marcion, Valentino e Basilides, que também eram gnósticos. Daí que ensinavam que Jesus somente “parecia” um ser humano e negavam sua verdadeira humanidade. Cristo teve um corpo só aparente, celestial, angelical ou de outra natureza. Assim, negavam as ações indignas de sua divindade como, por exemplo, o sofrimento.

Diante do Docetismo e do Gnosticismo, a Igreja ensinou que Cristo tomou de Maria um verdadeiro corpo humano, como o nosso, e sofreu de um modo realmente humano.

⁶⁰ Mathias Neuman. **Cristologia: Verdadero Dios, verdadero hombre - Fundamentos de la fe Católica**. Series Ministerio Pastoral, Loyola Press, 2005.

A este respeito, o Catecismo ensina: “Desde a época apostólica a fé cristã insistiu na verdadeira encarnação do Filho de Deus, ‘que veio na carne’” (cf. 1Jo 4,2-3; 2Jo 7) (CIC, 465).

Frente a estes grupos e suas heresias, há o grupo dos que permanecem fiéis à Tradição recebida dos apóstolos. Acreditavam em uma expressão da fé única e universal, isto é, Católica.

Esta expressão – **Católica** – aparece nos primeiros anos da Igreja. Eles se chamaram a si próprios “*apostólicos*” ou “*cristãos católicos*”. As diferenças entre as diversas facções cristãs fizeram com que os cristãos católicos estabelecessem uma Tradição eclesial que se ocuparia de consolidar e transmitir essa fé apostólica.

Quatro pilares formaram o suporte básico da Tradição Cristã:

- a) Conseguiram um acordo sobre um *Cânon* dos livros das Sagradas Escrituras que se converteu no “Novo Testamento”.
- b) A formulação de um *Credo*, um resumo breve que lista os aspectos fundamentais da fé cristã às quais aderiram as Igrejas cristãs-católicas.
- c) Os Sacramentos, como ações sagradas e públicas, formaram um terceiro pilar considerado como a liturgia e a oração pública dos cristãos católicos.
- d) Liderança estável do Papa e do colégio de bispos.

Além do desenvolvimento destes quatro fundamentos, os pastores e os bispos se reuniam em concílios para refletir sobre a Bíblia, o Credo, o Culto do povo e as novas contribuições dos teólogos.

Nos séculos II e III estes encontros aconteceram em nível regional, mas no século IV e seguintes ocorreram certos fatos que provocaram a introdução de um sistema mais amplo e novo, denominado “concílio ecumênico”. Este concílio abrangia todos os bispos da Igreja Católica.

Desde que foram redigidos os Símbolos de fé, a pessoa de Cristo ocupa o centro com que se preocupam as reflexões sobre o dogma da Igreja.

À pergunta pela identidade da pessoa de Jesus, em questões tais como (a) se Jesus é verdadeiramente Filho de Deus e verdadeiro homem e (b) como entender Nele a relação entre sua divindade e humanidade, esteve sempre necessariamente ligada à questão de sua mediação salvífica, ou seja, de como Cristo nos liberta do pecado e nos dá a comunhão filial da vida divina.

A certeza da salvação recebida de Deus em Jesus Cristo é o dado fundamental do Novo Testamento e a grande convicção dos primeiros tempos da fé cristã.

Portanto, ao estudar os primeiros concílios cristológicos deve-se recordar este vínculo estreito entre a questão sobre a identidade de Cristo e a completa solidariedade conosco, quer dizer, a maneira como Cristo nos salva é um dado fundamental da fé cristã em torno da qual giram as definições de fé sobre Jesus Cristo.

Depois desta breve advertência, vamos à história do Concílio de Niceia.

6.2- Jesus, verdadeiro Deus - Concílio de Niceia (325 d.C.)

Durante os anos da Tradição católica (150 a 300 d.C.), antes do Concílio de Niceia, alguns pensadores cristãos tentaram dar resposta à questão da possibilidade da salvação para todos os homens em Cristo de uma forma que fosse mais compreensível à cultura greco-romana, muito diferente do ambiente judeu no qual Jesus havia vivido.

Preocupados em dar uma resposta cristã válida às exigências filosóficas e religiosas de seu tempo dos séculos II e III, principalmente dentro do pensamento grego, alguns pensadores, como Justino e outros apologistas, seguidos depois por Orígenes, introduziram a teologia do “Logos”.

Ao chamar Jesus de o “Logos de Deus”, havia sido encontrada uma resposta válida à questão da possibilidade da salvação para todos os homens, judeus e pagãos. Além de mostrar a fé cristã como a verdadeira filosofia.

Este aspecto estava de acordo com as aspirações dos intelectuais cristãos que queriam mostrar uma fé que quer ter sentido diante da razão.

Com relação a Jesus Cristo, a questão central, no final do século III e princípio do IV, era como compreender a origem do Filho no contexto da Trindade eterna.

Neste sentido, a teologia do “Logos” permitiu, nesse momento, explicar melhor a natureza divino-humana de Cristo. Permitiu também expressar com maior clareza que Cristo existia antes de todas as criaturas tendo em conta o evangelho de João, segundo o qual o “Logos” – o Verbo – pré-existente de Deus se havia feito carne. Permitiu, ainda, destacar claramente que Cristo não era um homem nem um anjo, mas sim o próprio Filho de Deus, o que havia redimido a humanidade.⁶¹

No entanto, esta cristologia concebida a partir do “Logos” não esteve isenta de ambiguidades e problemas. Desenvolvida originalmente, como mencionamos antes, para dar uma resposta à questão da salvação de todos os homens, viu-se dominada por uma perspectiva cosmológica interessada em explicar a relação entre Deus e o mundo.

Em consequência, a cristologia sustentada sobre a imagem do “Logos” tem que explicar o lugar e o papel do Filho na relação entre Deus e a criação do nada. A questão central pode ser resumida assim: “havia que decidir melhor se se queria incluir o Logos, mediante o qual foram criadas todas as coisas, completamente na esfera divina do Criador ou então no mundo criado”.⁶²

⁶¹ Basil Studer. **Dios Salvador, en los Padres de la Iglesia. Trinidad – Cristologia – Soteriologia.** Salamanca, 1993, p.145.

⁶² Basil Studer, op. cit., p. 151.

Como resultado, alguns cristãos começaram a sustentar visões conflitivas: alguns consideravam o Filho eterno como o Pai; outros julgavam que o Filho era inferior e criado pelo Pai.

Assim, surgiu, pelo ano 318, a controvérsia cristológica conhecida como a “controvérsia ariana”. Ario era um presbítero de Alexandria no Egito. Ario difundiu seu modo particular de entender a transcendência e unicidade do Deus cristão e a relação existente entre o Pai e o Filho na Trindade.

Tentemos resumir os argumentos da doutrina de Ario:

- Está convencido, seguindo o princípio monoteísta, da transcendência absoluta e da unidade do Deus cristão. Deus é o único Deus eterno, sem princípio e incriado. Portanto, o Filho a ser engendrado – criado (*para Ario estes dois termos têm o mesmo sentido*) não pode ser igual a Deus-Pai e é impossível que possa derivar de seu ser. Sustenta que o Filho é de uma substância diferente da do Pai.
- Se Deus é eterno, sem princípio e incriado, o Filho não existia antes de ter sido engendrado-criado. O Filho teve princípio, foi mais bem criado, feito do nada como todas as criaturas. Mas é a primeira das criaturas e criado antes do tempo. Nisto se apoia a superioridade do Filho e para que se possa chamá-lo Deus. As demais criaturas foram criadas no tempo e através do Logos. Ario, ignorando a distinção entre a origem eterna do Filho do Pai e a criação no tempo de todas as coisas, pôs o Filho do lado das criaturas, separando Cristo-Palavra de Deus Pai.
- Não nega a divindade do Filho, mas este é apenas um Deus que ocupa um segundo lugar ou grau no mistério de Deus. O verdadeiro e único Deus é o Pai. O Filho pode ser chamado de Deus, mas é apenas um nome. Na realidade, é Deus criado, inferior ao Pai por natureza, por categoria, por autoridade e por glória.
- Está convencido também, considerando a encarnação e a vida de Jesus, que o Filho que se fez carne para ser modelo de filiação divina e de obediência, é submetido à fome, à sede, à fadiga, às humilhações e aos sofrimentos da cruz, isto é, a

mudanças que antes faziam com que não se pudesse considerá-lo igual a Deus, que é imutável. O Filho, por natureza, não é imutável.

- O Filho, intermediário da criação, foi também intermediário da redenção. O Deus Pai, único e eterno, criou e redimiu o mundo por meio do Logos como intermediário.⁶³

A outra facção, encabeçada por Alexandre, bispo de Alexandria, sustentava a ideia da geração eterna do Filho do Pai e que estava no mesmo nível do Pai, portanto, plenamente Deus.

Para dirimir esta divisão, o Imperador Constantino convocou o Concílio dos Bispos que se reuniu na cidade de Niceia em 325. Fazia-se necessária a tarefa de dar uma resposta clara à questão de se o Logos era parte da criação ou parte do Criador. Definitivamente, a questão se referia simplesmente à verdadeira divindade de Cristo.

Os bispos, no Concílio de Niceia, escutaram as duas posições, debateram o assunto, votaram esmagadoramente a favor da posição do bispo Alexandre, afirmando a divindade de Cristo. A posição de Niceia foi contrária em essência às concepções de Ario.

No Catecismo da Igreja Católica se encontra o coração da profissão de Fé de Niceia, e diz: “O primeiro Concílio Ecumênico de Niceia, no ano 325, confessou seu Credo que o Filho de Deus é ‘engendrado, não criado, da mesma substância [*‘homoousios’*] que o Pai’ e condenou Ario, que afirma que ‘o Filho de Deus saiu do nada’ e que seria ‘de uma substância distinta da do Pai’” (CIC 465).

Os bispos reunidos em Niceia, apoiando-se em fórmulas batismais e em símbolos de fé já existentes em tradições como Jerusalém, Antioquia e Cesareia, introduziram as novas afirmações cristológicas e promulgaram a nova fórmula do credo para os cristãos católicos.

O Credo Niceno teve seu efeito na Liturgia da Igreja e na vida dos fiéis ao afirmar que rezar a Cristo e adorar a Cristo é rezar e adorar ao verdadeiro e único Deus: ... ***Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não criado, da mesma natureza do Pai...***

⁶³ John L. Greshman. **Jesús 101: God and Man**. First edition, Liguori Publications.

Os bispos em Niceia usaram como fórmula a palavra grega “*homoousios*”. Esta palavra se compõe de “*homo*”, que significa “igual” ou “do mesmo”, e a palavra “*ousia*”, que quer dizer “substância” ou “essência”, dando o significado que “é da mesma essência”.

6.3- Jesus é totalmente Homem - Concílio de Constantinopla I (381)

Depois de algumas décadas e quando ainda se implementava a firme declaração e definição de fé do Concílio de Niceia sobre a divindade de Jesus Cristo, duas novas heresias irromperam no âmbito teológico.

A primeira promovida por Apolinário (315-392), bispo da Laodiceia na Síria e conhecida como “Apolinarismo”, apoiando-se na afirmação de Niceia sobre a Divindade de Cristo, apresenta a questão sobre a verdadeira humanidade de Jesus Cristo.

A segunda, chamada “Macedoniana”, sustentada por Macedônio e seus discípulos, seguindo Niceia na defesa da consubstancialidade – da mesma natureza ou essência – do Filho com o Pai, admitia uma espécie de subordinação do Espírito Santo. Reconheciam o Espírito Santo superior aos anjos, mas não igual ao Pai e ao Filho, porque não é de natureza divina, mas sim criada. O Espírito Santo não podia ser glorificado como o são o Pai e o Filho.

No contexto da discussão cristológica, alguns teólogos sustentavam que Jesus tinha um corpo como o nosso, mas não uma mente humana capaz de decidir. Sua finalidade era assegurar a impecabilidade de Jesus. Outros objetavam, dizendo que era necessário que Jesus fosse um ser humano completo e real, com corpo, mente e alma como nós, porque de outra maneira não teríamos sido salvos.⁶⁴

Os que asseguram em Jesus um verdadeiro corpo humano como o nosso, mas sem uma mente capaz de decidir, sustentam que “Logos” divino ocuparia em Cristo o lugar da alma humana e, por isto, a natureza humana de Jesus não teria alma própria. Apolinário é conhecido como quem defendeu esta teoria até as últimas consequências.

⁶⁴ Mathias Neuman. **Cristología: Verdadero Dios, verdadero hombre - Fundamentos de la fe católica**. Series Ministerio Pastoral, Loyola Press, 2005.

Apolinário afirma que o Logos divino assumiu uma natureza humana, privada de sua alma racional. Ele o vê desta maneira: a pessoa divina do Filho tomou o lugar da alma racional no Corpo de Jesus. De maneira que Cristo está composto pelo Logos divino e por um corpo humano. Cristo usa a humanidade, que consiste só de seu corpo, como um instrumento inerte.

Em conclusão, Apolinário afirmava a unidade e santidade de Cristo, mas diminuía a integridade de sua natureza humana. Cristo é um composto unitário cujo único princípio de decisão e de ação é o Logos divino, que domina completamente a natureza humana.⁶⁵

Para confirmar a verdadeira fé de Niceia e para responder às heresias pós-nicenas, sobretudo o “Apolinarismo” sobre a humanidade de Cristo e a “Macedoniana”, o imperador Teodósio, o Grande, convocou no ano 381, em Constantinopla, um concílio só para os bispos orientais. Entre eles, eminentes teólogos como Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa e seu irmão Basílio o Grande, conhecidos como os padres capadóciolos, por virem da região da Capadócia, além de Cirilo de Jerusalém e Diodoro de Tarso.

O argumento central do Concílio de Constantinopla se fundamenta na certeza da salvação em Cristo; assim, ao negar em Cristo uma verdadeira e completa natureza humana, nega-se também sua mediação salvadora do homem.

Os bispos reunidos em Constantinopla reafirmaram o princípio comum entre os padres e escritores eclesiásticos: “O Filho veio para salvar o homem inteiro; por isso assumiu uma humanidade completa; salvou o que ele mesmo assumiu; não salvou o que não assumiu”.⁶⁶

A partir deste Concílio Ecumênico a Igreja confessa o Credo Niceno-Constantinopolitano. Propriamente, no concílio de Constantinopla não se teve a intenção de formular um novo símbolo de fé, mas sim de confirmar a definição dogmática de Niceia, introduzindo as oportunas e necessárias precisões de fé sobre a verdadeira e total humanidade de Jesus Cristo e a Divindade do Espírito Santo ante novas heresias.

⁶⁵ Angelo Amato. **Jesús el Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.

⁶⁶ B. Sesboue. “*Cristología y Soteriología. Efeso y Calcedonia – siglos IV y V*”. In: B. Sesboue & J. Wolinski. **El Dios de la Salvacion**. Historia de los Dogmas, Salamanca, 1995, p. 272.

Respondendo às questões anteriores, o Concílio adiciona ao Credo Niceno as afirmações abaixo, ampliando a dimensão bíblica e teológica na apresentação do mistério de Cristo e do Espírito Santo:

- *“(gerado) nascido do Pai antes de todos os séculos”;*
- *“(desceu) do céu”;*
- *“Por obra do Espírito Santo (se encarnou) de Maria, a Virgem”;*
- *“E por nossa causa foi crucificado nos tempo de Pôncio Pilatos”;*
- *(no terceiro dia) segundo as Escrituras;*
- *“e está sentado à direita do Pai”;*
- *(e virá de novo) com glória;*
- *“e seu reino não terá fim”.*

A terceira parte do Credo é totalmente dedicada ao Espírito Santo. Mais além de uma afirmação contra a heresia “macedoniana”, o Concílio estabelece uma definição definitiva da consubstancialidade do Filho com o Pai intimamente ligada à afirmação da divindade do Espírito Santo.

Isto constitui um dado fundamental da teologia trinitária segundo a qual uma pessoa da Trindade não pode ser entendida ou definida senão com relação às outras duas.

Sobre o ensinamento do Primeiro Concílio Ecumênico de Constantinopla, o Concílio Vaticano II enfatizou que Jesus, ao assumir nossa humanidade, dignificou a humanidade de cada pessoa humana. Do mesmo modo o Catecismo da Igreja afirma:

Uma vez que na união misteriosa da Encarnação “a natureza humana foi assumida, não aniquilada” (GS 22, §2), a Igreja tem sido levada, ao longo dos séculos, a confessar a plena realidade da alma humana, com as suas operações de inteligência e vontade, e a do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, teve que lembrar

cada vez que a natureza humana de Cristo pertence “*in próprio*” à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu...⁶⁷

6.4- Jesus Cristo, uma pessoa: a do Filho de Deus - Concílio de Éfeso (431)⁶⁸

Depois que os dois primeiros Concílios Ecumênicos de Niceia e de Constantinopla afirmaram como conteúdo certo da fé cristã a verdadeira divindade e verdadeira humanidade de Jesus Cristo, o debate que se origina coloca a questão no como se dá a união entre a divindade e a humanidade em Cristo.

O princípio de que da unidade destas depende a mediação salvífica única de Cristo é doutrina amplamente acolhida dentro da teologia dos Padres da Igreja. Os bispos e teólogos destes primeiros séculos, a partir da reflexão sobre a Encarnação, advertiam que toda separação entre a humanidade e a divindade em Cristo tornaria intransponível a passagem entre o homem e Deus.

Questão semelhante já havia aparecido no passado com a heresia do “Adocionismo” e que a Igreja havia rejeitado, porque negava a verdade da Encarnação, isto é, que o Filho de Deus se fez verdadeiramente homem. O Adocionismo sustentava que o homem Jesus foi adotado pelo Filho de Deus que vem sobre ele no batismo. A divindade do Filho veio para habitar no homem Jesus, mas Ele não compartilhou verdadeiramente a condição humana. Portanto, não admitem uma autêntica unidade entre a divindade e a humanidade em Cristo.

A questão de como se dá em Cristo a união entre sua divindade e sua humanidade emerge mais uma vez no começo do século V no Oriente, com o ensinamento de Nestório, Patriarca de Constantinopla, em 428.

No Oriente se enfrentam duas escolas cristológicas: a de Alexandria e a de Antioquia. Cada uma destas tem seus próprios limites e seu próprio unilateralismo no que se refere ao mistério de Cristo. Neste assunto, a de Antioquia tem em Nestório seu principal representante e a de Alexandria em Cirilo (370-444), patriarca de Alexandria, como o grande oponente de Nestório.

⁶⁷ Catecismo da Igreja Católica, 470.

⁶⁸ Angelo Amato. **Jesús el Señor**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid 2002.

Nestório iniciou a controvérsia sobre sua pregação sobre a Virgem Maria. Não aceitava e rejeitou a legitimidade da expressão empregada pela maior parte dos Padres da Igreja do século IV, e já muito querida pelo povo cristão de Maria “Mãe de Deus” (*theotókos*), substituindo-a pela de “Mãe de Cristo” (*Christotókos*). Isto escandalizou o povo cristão e produziu uma grande agitação que se estendeu rapidamente.

Nestório considera que a expressão “Mãe de Deus” não é apropriada, porque Maria é apenas a mãe do *homem* Jesus. Por isto, só admite que Maria seja chamada como *Christotókos*, a que leva o Cristo. Nestório argumentava que os padres da Igreja, reunidos em Niceia, só haviam dito que: “nosso Senhor Jesus Cristo se fez carne por obra do Espírito Santo e da Virgem Maria” e também acrescentava que as escrituras falam de Maria como Mãe de Cristo e não como Mãe do Logos Deus.

Com esta linguagem, Nestório dá a entender em Cristo a existência de duas pessoas distintas: (*lógos-anthropos*) o Logos e o homem, que se encontram estreitamente unidos por um vínculo de habitação que coloca em discussão a comunicação entre Deus e a humanidade. Deste modo, introduz uma separação entre a natureza divina do Verbo e a natureza humana de Cristo, ainda que afirme que esta não é sua intenção.

Esta posição de Nestório também se reflete em sua insistência de que certos títulos e nomes correspondem ao *homem*, tais como Jesus, servo e Filho do Homem, enquanto que outros pertencem exclusivamente à divindade do Filho, tais como: Filho de Deus, Palavra e Senhor.

O grande oponente a esta cristologia era Cirilo, bispo de Alexandria. Sua formação teológica alexandrina o impedia de aceitar a cristologia divisiva dos antioquenos. Cirilo afirma a integridade da natureza humana de Cristo, mas considerando o Logos divino como o centro de ação de Cristo. Para ele, “no Verbo encarnado, o homem é o Verbo, mas o Verbo enquanto unido à carne”.

Desta perfeita unidade e comunicação entre a natureza humana e a natureza divina de Cristo resulta a possibilidade de poder atribuir à pessoa divina do Verbo propriedades ou características tanto humanas como divinas. Pode-se dizer, por exemplo, que Deus padeceu e

morreu, mesmo que este sofrimento e essa morte se deram propriamente apenas na humanidade.

Cirilo explica que, com base neste conceito, pode-se falar corretamente de Maria como Mãe de Deus, não porque a natureza do Logos ou sua divindade começou a existir na Virgem Maria, mas sim porque o santo corpo foi gerado nela e este corpo está perfeitamente unido ao Logos.

O imperador do Oriente, Teodósio II, convocou o concílio em Éfeso para Pentecostes do ano 431, com o objetivo de restaurar a paz e a tranquilidade da Igreja turvada pela controvérsia de Cirilo e Nestório.

Sob a liderança de Cirilo, os bispos reunidos em Éfeso condenaram Nestório. De forma semelhante aos outros concílios, a preocupação dos bispos estava na salvação. Nossa salvação está enraizada no mistério da verdadeira unidade de Deus e o homem na Encarnação.

O Corpo e o Sangue de Cristo que nós recebemos na Eucaristia, Cirilo argumenta que é divino porque o corpo humano é o corpo do Divino Filho. Nós recebemos a salvação como um presente da vida divina compartilhada com nossa humanidade através da Encarnação do Filho de Deus e entregue a nós nos sacramentos.⁶⁹

Nestório falou da encarnação como a união da divina Palavra e do corpo humano de Jesus, inevitavelmente dividindo Cristo em duas pessoas: uma pessoa humana junto à pessoa divina do Filho de Deus.

Em contraste, Cirilo insistiu que em Cristo, a pessoa divina do Verbo uniu a natureza humana completa que assumiu. Isto significa que em Cristo não há duas pessoas, mas uma só: a pessoa divina do Filho de Deus.

Em uma síntese extraordinária, o Catecismo da Igreja Católica alude à confissão formulada no Concílio de Éfeso:

⁶⁹ John L. Greshman. **Jesús 101: God and Man**. First edition, Liguori Publications.

A heresia nestoriana via em Cristo uma pessoa humana unida à pessoa divina do Filho de Deus. Face a ela, são Cirilo de Alexandria e o III Concílio Ecumênico, reunido em Éfeso, em 431, confessaram que “o Verbo, unindo a si na sua pessoa uma carne animada por uma alma racional, se tornou homem” (Concílio de Éfeso: DS, 250). A humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde a sua concepção. Por isso o concílio de Éfeso proclamou no ano 431 que Maria se tornou de verdade Mãe de Deus pela concepção humana do Filho de Deus em seu seio: “Mãe de Deus, não porque o Verbo de Deus tirou dela a sua natureza divina, mas porque é dela que ele tem o corpo sagrado dotado de uma alma racional, unido ao qual, na sua pessoa, se dia que o Verbo nasceu segundo a carne” (DS, 251).⁷⁰

6.5- Cristo, uma pessoa em duas naturezas – Concílio de Calcedônia (451)

Em Niceia reafirmou-se a verdadeira divindade de Jesus Cristo; em Constantinopla, a integridade de sua natureza humana e, em Éfeso, sua perfeita unidade.

Em que pese o consenso conseguido em Éfeso, a pergunta sobre como se dá a união entre a divindade e a humanidade em Cristo permaneceu aberta. Os vinte anos que vão de Éfeso a Calcedônia serviram para precisar a linguagem e para esclarecer o conteúdo da afirmação da união das duas naturezas em Cristo.

O monge Eutiques de Constantinopla argumentava que existiam duas naturezas, uma humana e uma divina antes da Encarnação, mas apenas uma natureza depois desta. Na formulação de Eutiques, a natureza humana de Jesus se perdia na natureza divina como uma gota de água no mar. Em seu pensamento, o divino absorve o humano. Como resultado, a carne de Cristo já não é consubstancial à nossa.

Um novo Concílio foi inicialmente convocado em Niceia, mas transferido para a Calcedônia no ano 451, para responder principalmente à posição de Eutiques. Neste Concílio pretendia-se dar uma resposta nova capaz de esclarecer o problema da unidade de Cristo na totalidade de sua condição humana e divina.

⁷⁰ Catecismo da Igreja Católica, 466.

Uma grande contribuição na Calcedônia veio do Papa Leão I, que se opunha a Eutiques. O Papa Leão I afirmava que o Verbo tem dupla natureza e é consubstancial ao Pai e a nós. Assinala claramente a comunhão destas duas naturezas que se faz na unidade concreta de uma única pessoa, de uma única e mesma pessoa, Cristo mediador.

O Papa Leão I apresenta sua preocupação cristológica com o olhar posto na salvação do homem por meio de Jesus Cristo. Seu argumento salvífico se baseia em três pontos inseparáveis: “a verdade da divindade de Cristo, a verdade de sua humanidade e a verdade de sua união na unidade de uma mesma pessoa”.⁷¹

Sem dúvida, a definição cristológica de Calcedônia é a mais célebre de todas as definições dogmáticas. Esta fórmula é a “chave final”, quer dizer, “definitiva” da expressão eclesial da fé em Cristo.

Depois de Calcedônia toda reflexão sobre Jesus Cristo tem necessariamente que ser situada a respeito dela. Em seu conjunto, a fórmula de Calcedônia apela para a tradição da fé que vem do ensinamento dos profetas, do próprio Jesus Cristo e dos Símbolos da fé promulgados em Niceia, Constantinopla e Éfeso. A estrutura da fórmula está muito bem articulada.

Acompanhando a confissão de fé de Calcedônia que o Catecismo da Igreja Católica (nº 467) traz, pode-se apreciar cada uma de suas partes:

- a) Começa afirmando a unidade concreta de Cristo, mencionando seus títulos:
“Seguindo, pois, aos Santos Padres, ensinamos unanimemente que há que confessar *um único e mesmo Filho e Senhor* nosso Jesus Cristo...”;
- b) A segunda parte afirma a distinção e analisa os dois aspectos: divino e humano do mesmo Cristo:
 - *“perfeito na divindade, e perfeito na humanidade;*
 - *verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem* composto de alma racional e corpo;

⁷¹ B. Sesboue & J. Wolinski. **El Dios de la Salvacion. Historia de los Dogmas**. Salamanca, 1995, Vol. I, p. 316.

- *consubstancial com o Pai segundo a divindade, e substancial conosco segundo a humanidade, 'em tudo semelhante a nós, exceto no pecado' (Hb 4, 15);*
 - *nascido do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade; e por nós e por nossa salvação, nascido nos últimos tempos da Virgem Maria, a Mãe de Deus, segundo a humanidade”.*
- c) Para terminar esta sequência sobre a distinção da natureza divina e da natureza humana do mesmo Cristo, a fórmula volta a afirmar a unidade repetindo os títulos escutados no início: “Há de se reconhecer um único e mesmo Cristo, *Senhor, Filho único...*”
- d) A fórmula calcedoniana oferece aqui o que é sua grande contribuição, o elemento novo da definição. Os Padres conciliares se esforçaram para conciliar novos conceitos da unidade e da distinção em Cristo. Ou seja, que depois da união da natureza divina e da natureza humana na Encarnação, “Cristo continua sendo, por um lado, um só e o mesmo, enquanto que, por outro lado, é conhecido ‘em duas naturezas’: conseqüentemente, deve-se assinalar nele duas naturezas depois da união: “em duas naturezas, *sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação*. A diferença de naturezas de nenhum outro modo é suprimida por sua união, mas ficam a salvo as propriedades de cada uma das naturezas...”
- e) Para concluir a fórmula, volta à afirmação da unidade mediante o conceito de “pessoa” e “hipóstase”, compreensível para os Latinos e os Gregos, afirmando assim a unidade de “pessoa” em Cristo: “e confluem em um só sujeito e em uma única pessoa”.⁷²

Reforcemos uma vez mais o movimento que acontece no interior da fórmula da Calcedônia. Parte da unidade em Jesus Cristo e a partir desta e sem perdê-la de vista, analisa e afirma a distinção para voltar a ela, como se tem na fórmula resumida: “uma pessoa ou hipóstase em duas naturezas”.⁷³

⁷² B. Sesboué, op. cit., p. 322.

⁷³ B. Sesboué, op. cit., p. 323.

Terminemos dizendo que o Concílio da Calcedônia afirma não apenas a perfeição da humanidade de Jesus, enquanto o Filho assumiu a humanidade completa, mas sim também na completa solidariedade conosco com exceção do pecado, ou seja, que compartilha nossa condição para livrar-nos do pecado e comunicar-nos a vida divina.

6.6- A vontade humana de Cristo - Concílio de Constantinopla III (680-681)⁷⁴

O Concílio da Calcedônia confessou que Jesus Cristo é da mesma substância de Deus Pai em sua natureza divina e da mesma substância de nós (homens) em sua natureza humana. As duas naturezas unidas em uma só pessoa, a pessoa divina de Cristo, a do Filho de Deus.

Mediante quatro negações, o Concílio manteve a distinção das duas naturezas e sua unidade na pessoa de Cristo: *“em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A diferença de naturezas de nenhum outro modo é suprimida por sua união, mas ficam a salvo das propriedades de cada uma das naturezas...”*

A fórmula cristológica da Calcedônica esteve longe de alcançar imediatamente um consenso unânime. A história é testemunha de que a unidade da Igreja pagou os gastos das lutas em favor ou contra as “duas naturezas”.

No entanto, hoje estão por sanar algumas destas rupturas, por exemplo, com as igrejas chamadas Monofisitas, que mantêm que em Cristo há duas naturezas, “sem separação” mas “confundidas”, de forma que a natureza humana se perde, absorvida na divina.

Enquanto no Ocidente aceitou-se sem dificuldade a definição da Calcedônia, no Oriente, ao contrário, tiveram origem sérias disputas e profundas divisões. No entanto, a evolução posterior contribuirá para precisar ainda mais os conteúdos e o alcance da perfeição da humanidade de Cristo, que está livre da mancha do pecado que afeta toda a humanidade.

⁷⁴ Angelo Amato. **Jesús el Señor**. Biblioteca de autores cristianos, Madrid, 2002.

O Concílio de Constantinopla III teve que enfrentar as questões doutrinárias levantadas sobre a atividade e a vontade de Jesus Cristo. O relato da agonia de Jesus no horto das Oliveiras está no centro do debate: “Pai meu, se for possível, afaste de mim este cálice, mas não seja como eu quero, mas sim como tu queres” (Mt 26,39). Este debate se refere a um ponto importante da antropologia de Jesus Cristo e suas consequências com o dado fundamental da salvação da humanidade.

O problema da perfeita humanidade de Cristo é levantado pela heresia conhecida como “Monotelismo”, que sustentava que Cristo tinha somente uma vontade.

O patriarca Sergio de Constantinopla, buscando fórmulas conciliadoras para atrair para a comunhão as frações monofisitas, e considerando o caso da agonia e da paixão, conclui que a vontade humana de Cristo não teria podido resistir a tais sofrimentos. Então, propõe a fórmula que afirma em Cristo “um só querer e uma só vontade em duas naturezas”.

Em síntese, sua fórmula era que em Cristo acontece uma única vontade em sua realidade humano-divina. O Papa Honório, no ano 634, sem captar o fundo nem a transcendência da questão, comprometeu seu apoio às fórmulas de Sérgio, que no Concílio de Constantinopla III serão reconhecidas como heréticas.

A consequência destas afirmações da verdadeira humanidade de Jesus é fundamentalmente a redução de sua humanidade a um papel meramente instrumental e externo. A natureza humana de Jesus deixaria de ser um princípio vital de ação e seria só um objeto movido. Ou seja, reduz o valor da liberdade e da obediência humana de Jesus. Disto se depreende que a salvação realizada por Cristo já não seria o fruto de um ato verdadeiramente humano.⁷⁵

A heresia monotelita foi condenada pelo papa João IV no ano 641, enquanto que São Máximo, o Confessor (580-662), monge natural de Constantinopla, mas instalado em Cartago, defendia na África a doutrina das duas vontades.

São Máximo, o Confessor, afirmava:

⁷⁵ Cf. B. Sesboue, op. cit., p. 341.

“Cristo, que é as duas naturezas, possui o que é próprio de cada uma: a vontade e a operação divina, e a vontade e a operação humana; não é uma só excluindo as duas, nem outra além das duas, o que daria três operações e três vontades”.⁷⁶

Máximo, o Confessor, enfoca a aceitação da paixão a partir da vontade humana de Cristo. Nas palavras de Jesus: “Pai, se queres, afaste mim este cálice; mas não se faça minha vontade, mas sim a tua” (Lc 22,42), São Máximo não vê resistência, medo ou desacordo, mas sim obediência, ânimo e consenso perfeito.

O que o Pai quer é que o Filho beba o cálice da paixão para salvar-nos. Isto o quer o Filho com a mesma e única vontade divina comum; além disso, o quer também com a vontade humana, que é somente dele. Para São Máximo, o Confessor, a obra da salvação não provém apenas da vontade divina de Cristo, mas também da humana.

O Concílio de Constantinopla III foi convocado pelo Imperador Constantino VI, e durou de 7 de novembro do ano 680 até 16 de setembro de 681. Foram realizadas 18 sessões e foi dedicado à condenação do monotelismo e de seus seguidores, e à elaboração de uma fórmula de fé. Confirma a doutrina de fé de São Máximo, o Confessor, que afirmava que em Cristo havia duas naturezas e por consequência, duas vontades.

A existência das duas vontades não significa em nenhum momento oposição ou desacordo. Em Cristo, como diz o Concílio de Calcedônia, a natureza divina e a natureza humana existem unidas em uma única presença de Cristo “sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação”.

De igual maneira, Constantinopla III, usando os mesmos termos negativos da Calcedônia, afirma que Cristo, ao assumir nossa natureza humana, alma e corpo, assume uma vontade humana e a une à sua vontade divina. Estas estão unidas, mas não confundidas; são distintas, mas não separadas. A vontade humana se ajusta livremente à vontade divina.

⁷⁶ Máximo Confesor. *Ad catholicos per Sicilian constitutos*: PG 91, col. 117D.

O concílio ressalta que em Jesus a vontade humana está em perfeito acordo com a divina, já que como homem Jesus aceita e cumpre a vontade do Pai, que é também a sua enquanto Verbo.

Constantinopla III é antes de tudo uma interpretação decisiva da Calcedônia, na qual se afirma a vontade humana do Verbo encarnado e a conseqüente aceitação da livre paixão redentora em plena harmonia com a vontade divina. Destaca a importância da humanidade de Jesus. Tudo foi cumprido em obediência à vontade do Pai.

Se na Calcedônia se havia afirmado a perfeição da humanidade do Verbo, em Constantinopla III, com a insistência na perfeição da humanidade de Cristo que inclui a vontade humana, se aprofunda de maneira nova o que significa a ausência de pecado em Cristo, ou seja, que a vontade do Filho é idêntica à do Pai, e ao contrário de sua vontade humana, distinta da divina mesmo que em perfeita submissão a ela a todo momento, Jesus é obediente ao Pai. Deste modo, Jesus pôde se entregar plenamente ao Pai por nós, por nossa salvação.

Para refletir:

- 1) Nesta Mesa descobrimos como duas naturezas existem em uma só pessoa. Em nosso casamento, como fazemos para que nossa espiritualidade individual e nossa espiritualidade conjugal coexistam?
- 2) Somos duas pessoas caminhando juntas para a santidade?
- 3) Como é nossa atitude para assegurar que neste caminhar vamos caminhando juntos, apoiando-nos mutuamente?
- 4) Os dogmas de fé resultados dos Concílios conseguiram transmitir o ensinamento de Jesus, mas também causaram polêmica e discrepância entre os cristãos. Qual é nossa atitude diante das pessoas que criticam e atacam a Igreja Católica?
- 5) Quais ações assumimos para evangelizar nosso círculo mais próximo?

MESA 7

JESUS E SUA RELAÇÃO COM...⁷⁷

O Novo Testamento nos mostra as diversas relações de Jesus. De criança com seus pais. De adulto com sua mãe, com seu círculo dos Doze, com os quais tem uma relação de confiança. Uma amizade particular com os irmãos de Betania, especialmente com Maria. Outra relação muito próxima se torna visível com Maria Madalena, que se apresenta em sua tumba depois de Sua Ressurreição.

Também há a multidão: um povo com dúvidas, com ânsias de salvação e perdão. Dele se destacam aqueles a que Ele socorre, como o surdo-mudo, o aleijado, o cego, o leproso agradecido, a mulher com hemorragia, os possuídos. Também há seus adversários em abundância, entre eles o fariseu pouco hospitaleiro, pessoas que querem colocá-lo em apuros, o discípulo que o trai...

Jesus ama a todos igualmente, ama inclusive seus inimigos. E ama até a morte. Seu amor não é um sentimento passageiro, mas sim de caridade e misericórdia, que encerra características ricas e valiosas.⁷⁸ Dirige-se aos demais com um coração aberto, sem isolar-se ou sair do bom trato; vai ao encontro de todos os que ama (Mt 11, 28):

- Cura, consola, perdoa, dá de comer, procura fazer descansar seus íntimos. Compadecer-se de quem está necessitado (Mt 9,36).
- Não discute com seus amigos. Os corrige, mas não afronta com disputas ofensivas (Mt 20,20-28).
- Alegria-se com eles em seus momentos felizes (Lc 10,21)
- Rejeita suas intenções desviadas (Mt 16,23).
- Não deseja nada dos homens; não busca dar para receber. E quando uma vez busca consolo na agonia, não o encontra (Mt 26,40).

⁷⁷ Cf. Pe. Antonio Rivero. **Jesus Cristo: o mais belo entre os filhos dos homens**. Itu (SP): Ottoni Editora, 2014.

⁷⁸ Cf. Ver publicação de Pe. Antonio Rivero, em Catholic.net.

- Sente-se incompreendido por seus apóstolos, mas era parte de sua cruz, pois ainda não havia vindo o Espírito Santo que lhes faria compreender tudo (Jo 12,24).
- Ama-os sobrenaturalmente, não por suas qualidades humanas (Jo 13,14).
- Mantém certa distância entre seus amigos e Ele, pois seu mundo está muito mais além do deles (Jo 2,25).

7.1- Jesus e os Apóstolos

Para cumprir sua missão, Jesus quis rodear-se de um grupo de amigos; necessitava deles. Vive com eles, come com eles, forma-os, educa-os. **No humano**, entre Jesus e os apóstolos há uma formosa corrente de companheirismo e fraternidade. **No divino**, aí sim, há uma distância que marca o mistério da divindade. A estes discípulos torna partícipes de seus segredos, de sua amizade, de sua missão.

Jesus, em sua passagem pela terra, quis formar uma comunidade com a qual começou seu Reino, sua Igreja. Escolheu-os porque Ele quis. Eles, para seguir Jesus, deixaram tudo e se lançaram a este mundo, confiantes nesse Chefe e Mestre que lhes convida, vivendo sob o ar e o sol e dormindo onde a noite os surpreendia.

Escolhe-os um por um, assim como são, com suas qualidades e defeitos. Cada um é diferente, de diferentes povos, condição social e ideologia. Alguns eram ricos, outros pobres. Alguns revolucionários, outros colaboradores, outros oportunistas. Alguns solteiros, outros casados. Uns mais íntegros moralmente, outros nem tanto... A todos eles Jesus chamou livremente, não porque tivessem feito algo especial, mas sim porque Ele quis, para formar um grupo eleito.

Jesus os ensina a abrir seu coração, explica-lhes sua mensagem profunda. Revela a eles quem é o Pai Celestial. Converte-se em seu amigo íntimo, compartilha com eles a mesma mesa e dorme a seu lado. Faz-se seu companheiro de tarefa e missão. Motiva-os a pregar de dois em dois, a anunciar esse Reino que Ele veio estabelecer aqui na terra e que terá seu cumprimento no céu. Nesta tarefa lhes promete sua assistência, mas não lhes evitará dificuldades nem os

espinhos do caminho. Lutarão, sofrerão, serão perseguidos (Mt 10,22). Não lhes esconde a Cruz; ao contrário, convida-os a levá-la todos os dias.

Confiou-lhes a missão de:

- Estar com Ele, viver com Ele, tê-lo como amigo íntimo, até chegar a pensar como Ele, sentir como Ele, amar como Ele.
- Pregar o Evangelho a todo o mundo para que todos os homens cheguem a conhecer Jesus Cristo.
- Ser a luz do mundo, essa luz que ilumine todos os rincões da sociedade.
- Ser sal da terra, o sal que dá sabor à vida.
- Expulsar os demônios do corpo e da alma.
- Curar os doentes de corpo e de alma.
- Ensinar a guardar tudo o que Ele lhes mandou, a ser fiéis à Sua mensagem.
- Batizar em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo para tornar a todos filhos de Deus.

7.2- Jesus e os pecadores

Se Jesus Cristo veio à terra para alguém, foi para os pecadores. Ele odiou o pecado, mas buscou e amou com grande misericórdia o pecador, porque veio para salvar o que estava perdido. Essa foi a missão confiada pelo Pai desde o momento da Encarnação. Ninguém melhor que Jesus compreendeu a maldade do pecado como ofensa à grandeza e ao amor de Deus.

Jesus e pecado são duas palavras opostas e contraditórias. O pecado é o reverso da ideia de Deus. Deus é a força, o pecado é a fraqueza. Deus é a unidade, o pecado é a dispersão. Deus é a aliança, o pecado é a ruptura. Deus é a profundidade, o pecado é a frivolidade. Deus é eterno, o pecado é provisório e fugitivo.

E, no entanto, o pecado é algo fundamental na vida de Jesus. Provavelmente não se teria feito homem se não fosse pelo pecado. A luta contra o mal, contra o que impede a chegada do

Reino é o que constituiu a tarefa central de sua vida terrena. Jesus não teve pecado, mas ninguém como Ele entendeu a gravidade do pecado, porque sendo o Filho do Pai podia medir o que é uma ofensa ao Seu amor.

Jesus faz contundente distinção entre o pecado e o pecador. Com o pecado é exigente e intransigente. Como o pecador é terno e misericordioso. Em todo pecador vê um filho de Deus que saiu dos trilhos. Suas palavras se abrandam, seu tom de voz se suaviza, perdoa inclusive antes que o pecador dê sinais evidentes de arrependimento.

Tem uma dedicação especial aos pecadores (Lc 4,18-19; 7,22-23; Mt 15,24; 9,35-36; Mc 2,17), sejam ricos, publicanos ou pobres. Preocupa-se com eles com gestos muito especiais, como comer com eles, já que comer com alguém era sinal de comunhão mútua. Ele come com eles para aproximá-los do banquete de Deus. Jesus ama primeiro o pecador e depois o convida para a conversão.

Jesus esclarece sua postura para com os pecadores com estas três afirmações:

- Todos os homens pecam; logo todos devem ser acolhidos (Jo 8,7).
- Ele é a encarnação da misericórdia de Deus, e Deus é o Deus de todos (Mt 5,45).
- Os pecadores precisam ser acolhidos para serem salvos (Lc 19,10).

Mas, a atitude de Jesus com os pecadores vai mais além:

- Todos devem reconhecer-se pecadores para que Ele possa aproximar-se e trazer-lhes a salvação (Mt 9,13).
- Não tem ressentimento contra os poderosos, discriminando-os, mas demonstra interesse pelos necessitados; por isso tende a preocupar-se mais com eles.
- Jesus se aproxima do pecador, mas não tolera a falta cometida. Reconhece que os pecados não devem ser aceitos (Jo 8,11); por isso sempre convida o pecador à conversão.

- Jesus não prefere uns a outros; Ele veio buscar o que estava perdido. Seu objetivo é o homem para salvá-lo, seja quem for (Lc 7,50).

O ápice da postura de Jesus diante dos pecadores é a sua morte "... este é meu sangue da nova aliança, que é derramado por muitos para remissão dos pecados..." (Mt 26,28).

7.3- Jesus e os doentes

Ao lermos os Evangelhos, descobrimos um mundo de dor que rodeia Jesus. Ele mesmo se disse Médico que veio curar os que estavam doentes. O amor de Jesus aos homens é amor aos que sofrem e aos oprimidos. A Boa Nova que veio para pregar alcançava numa grande medida os doentes.

A dor e o sofrimento não são uma maldição. O sofrimento humano suscita compaixão, respeito, mas também atemoriza. O sofrimento é um mistério que o homem não pode compreender a fundo com sua inteligência. Só à luz de Cristo este mistério se ilumina.

Desde que Cristo assumiu a dor em todas suas facetas, o sofrimento tem valor salvífico e redentor, se oferecido com amor. Além disso, todo sofrimento amadurece humanamente, expia os pecados e une ao sacrifício redentor de Cristo.

Os judeus acreditavam que a doença era um pecado que se materializava. Quer dizer, pensavam que era consequência de algum pecado cometido contra Deus, por isso, curar as doenças era tarefa quase exclusivamente de sacerdotes, aos quais se recorria para que, à base de ritos, exorcismos, orações e amuletos, obrigassem o maléfico a abandonar o corpo doente.

De todas as doenças, a mais frequente e dramática era a lepra, que não só afetava o plano físico e corporal, mas também o psicológico e afetivo. O leproso se sentia discriminado, afastado da sociedade. Todos se mantinham longe dos leprosos e inclusive atiravam pedras neles para mantê-los à distância.

Jesus tem compaixão da pessoa doente. A cura do corpo está unida à salvação da alma. Jesus se identifica com a mentalidade da comunidade cristã que via a doença como consequência do pecado; portanto, sua tarefa de médico dos corpos é parte e símbolo da função de redentor das almas. A cura física é símbolo de uma nova vida interior.

Jesus diante dos doentes:

- Sente compaixão. Jesus admite o doente, não o discrimina. Alguém se aproxima e Ele o atende; tem o coração sempre aberto para qualquer doente (Lc 7,13).
- Vê mais fundo. Atrás da dor vê o pecado, o mal, a ausência de Deus. A doença e a dor são consequências do pecado; por isso Jesus, ao curar os doentes, quer curar, sobretudo, a ferida profunda do pecado. Suas curas trazem ao doente a proximidade de Deus; suas curas representam a chegada do Reino de Deus ao coração do doente (Lc 4,18).
- Cura o doente se é a vontade de Seu Pai, e se o doente se aproxima com humildade, confiança e fé. E, ao curá-lo, deseja-lhe o bem integral, físico e espiritual (Jo 6,40).
- Não fica à margem da dor. Ele também quis tomar para si a dor; tomou para si todas as nossas dores. Aos que sofrem, Ele dá seu exemplo sofrendo com eles (Mt 11,28).

Assim Jesus passeava pelas ruas curando homens, curando almas, sarando doenças e pregando ao curá-las. E as pessoas o seguiam, em parte porque acreditavam Nele e em parte porque esperavam sua cura. Ele pedia em troca nada mais que uma mudança de vida...

7.4- Jesus e seus amigos

A amizade é uma experiência humana bonita, enriquecedora, humanizante e digna dos maiores elogios. É um valor entre os humanos e um dos dons mais altos de Deus. O mesmo Deus se apresenta como amigo dos homens; um pacto de amizade é selado com Abraão (Gn 18,17), com Moisés (Ex 33,11), com os profetas (Am 3,7).

Pelos Evangelhos sabemos que Jesus deu a essa amizade de Deus um rosto de carne, vindo a ser amigo dos homens. Mas teve, evidentemente, amigos especiais, e viveu a experiência gratificante da amizade, por ser verdadeiro Homem.

Jesus ama a todos os homens e os considera amigos. Seu amor por todos os homens não é passageiro nem de expressões externas. Seu amor é de caridade, entrega, abertura, desinteresse e de alegria compartilhada.

Mas também é verdade que teve amigos especiais:

- João, o discípulo amado. Nesta amizade descobrimos que Jesus compartilhou com alguém, de modo especial, suas experiências interiores e reservadas. É uma amizade íntima. Manifestação desta amizade íntima é o Evangelho que João escreveu.
- Três de seus apóstolos: Pedro, Tiago e João. Nesta amizade descobrimos que Jesus busca companhia para dividir momentos especiais: felizes na transfiguração (Mt 17,1-13) ou tristes no Getsêmani (Mt 26,37). Esta é uma amizade compartilhada.
- Os três irmãos de Betânia: Lázaro, Marta e Maria. Betânia era um desses rincões onde Jesus descansava e onde abria seu coração de amigo. Ali, Cristo sempre tinha a porta aberta, tinha a chave de entrada; sentia-se em casa entre gente querida e que lhe estimava. Neles descobrimos a amizade de Jesus que corresponde na mesma medida em que lhe é oferecida. Amizade agradecida.

Jesus teve amigos em todas as classes sociais e em todas as profissões, desde pessoas de grande prestígio social, como Nicodemos ou José de Arimatéia, até mendigos, como Bartimeo. Na maioria das cidades e aldeias encontrava pessoas que lhe queriam e que se sentiam correspondidas pelo Mestre, amigos que nem sempre o Evangelho menciona por seus nomes, mas cuja existência se deixa entrever.

Nos Evangelhos se menciona o que é necessário para ser amigo de Jesus: *“Vocês são meus amigos se fizerem o que lhes mando.”* (Jo 15,14). E o que nos manda é amar-nos uns aos

outros como Ele nos ama (Jo 13,34), orar e vigiar (Lc 21,36), ser mansos e humildes de coração (Mt 11,29), tomem seu jugo (Mt 11,29), sede perfeitos como seu Pai celestial é perfeito (Mt 5,48)...

Se cumprirmos seu mandato, seremos seus amigos.

Jesus não quer amigos de conveniência, que só estão com Ele até o partir do pão, e que o deixam só e fogem quando se aproxima a sombra da cruz (Mt 26,50). Jesus não quer amigos que se aproveitem Dele para conseguir os melhores postos no céu (Mt 20, 20-28).

Jesus quer amigos humildes, pacíficos, de alma pura e livres de ataduras sensuais. É preciso amar Jesus com um amor de entrega, de sacrifício, de fidelidade. Com um amor feito em obras. Só a estes Jesus aproximará seu divino coração.

7.5- Jesus diante de seus inimigos

Durante sua vida terrena Jesus teve pessoas que não quiseram aceitar sua missão salvadora. A postura que Ele adotou diante delas foi a de convertê-las e atraí-las a seu divino coração, algumas vezes com palavras suaves, em outras, de forma exigente; algumas vezes preferiu o silêncio respeitoso; em outras, uma frase sagaz e inteligente.

Nem todos Jesus pôde conseguir conquistar para seu Pai, porque respeitava sua liberdade. Mas Ele veio para salvar a todos. Jesus não considerou ninguém como seu inimigo. A todos amou e por todos derramou seu sangue preciosíssimo. Foram eles, os que não o aceitaram, os que se consideravam como seus inimigos.

No campo religioso, a maior parte dos escribas, fariseus e sumos sacerdotes (não todos) consideraram-no um inimigo e um perigo, porque se arrogava a autoridade de levar a lei à plenitude, porque rejeitava certas interpretações que dela faziam, porque desmascarava o legalismo e a hipocrisia em suas relações com Deus e com os homens.

São Mateus, no capítulo 23, descreve como as acusações de Cristo se dirigem não contra os fariseus enquanto tais, herdeiros dos profetas, nem contra sua doutrina, realmente elevada, mas sim contra suas atitudes hipócritas e contra as formalidades externas a que haviam reduzido a religião.

No campo civil, Herodes considerou-o inimigo, porque acreditava que a criança recém-nascida colocava em perigo seu reino; e Pilatos, a partir do momento em que apresentaram Jesus como sedicioso e inimigo de César.

Diante dos escribas, fariseus e sumos sacerdotes, Jesus hostilizou certamente seu legalismo e hipocrisia, desmascarou sua falsa religiosidade e dureza de coração, evidenciou como deformavam a vontade de Deus e como se deixavam levar pela vaidade e amor pelas riquezas, defendeu sua missão divina etc. Eles não suportavam o que Jesus dizia: *"Eu sou a Verdade"*.

Sua rejeição de Jesus Cristo não foi por razões de honestidade. Rejeitaram-no por ser precisamente Ele, com seu modo de vida singular, com sua doutrina específica e nova, com seus ensinamentos particulares nunca ouvidos antes. Por isso Jesus lhes disse: *"Eu vim em nome de meu Pai e vós não me recebestes"*. Mas acolheu a quem humildemente se aproximou Dele, como sucedeu com Nicodemos (João 3,1-15) e elogiou o escriba que respondeu corretamente (Lc 10,28).

A confiança de Cristo em seu Pai era como uma chamada de atenção à sua presunção. A verdade de Cristo doía duplamente. O desprendimento de Cristo chocava contra a avareza dos fariseus. A humildade de Jesus era uma lição difícil para sua soberba e orgulho. Muitas coisas de Cristo incomodavam os fariseus: sua segurança, seu amor aos pobres e pecadores, sua autoridade, sua resistência, sua simplicidade, seu porte distintivo, seu sorriso sereno, o brilho de seus olhos...

Diante dos chefes políticos, Jesus é respeitoso com eles. Os faz ver qual é sua missão, recebida de Cima. Coloca-os em seu lugar: a César, o que é de César (Mc 12,17). Tenta abrir-lhes a verdade de sua mensagem. Inclusive, desculpa-os, como fez a Pilatos. Não se rebaixa à curiosidade doentia de Herodes.

O único verdadeiro inimigo de Jesus é Satanás; contra ele e contra seus planos sim, luta firmemente (Mc 1,12-13), porque Jesus busca vencê-lo (Lc 4,1-13). A luta contra Satanás é a luta contra o mal e as tentações deste mundo.

Em geral, Jesus soube enfrentar seus inimigos sem medo. Segue com sua posição definida, ainda que incômoda para eles (Jo 11,14-16), guiado pela meta que o Pai lhe confiou, que é de índole sobrenatural (Mc 8,33).

7.6- Jesus e as crianças

É bom adentrar-nos nos Evangelhos para ver como Jesus se comportava com as crianças. Vivendo em uma época que colocava a perfeição na idade avançada e depreciava a infância, Jesus era um apaixonado pelas crianças, e atreveu-se a colocar os pequenos como modelo.

Jesus sente uma grande predileção pelas crianças, e coloca-as como exemplo de inocência, simplicidade e pureza de alma. E mais, Ele próprio se identifica com elas ao dizer que quem receber um destes pequenos recebe a Ele. Para entrar no céu deve-se agir como criança.

Sua postura diante das crianças foi:

- Jesus conhece as crianças. Sabe de suas brincadeiras e suas graças, fala delas com alegria, conhece a necessidade que têm de correr, fazer travessuras sadias, gritar (Mt 11,16).
- Jesus valoriza as crianças. Diz que da boca das crianças sai louvor que agrada a Deus (Mt 21,16). Coloca-as como modelo de pureza e inocência. São elas que sabem, são as inteligentes, porque é a elas que Deus entregou sua palavra e o profundo de seus mistérios (Mt 11,25).
- Jesus as quer. Dá sinais de carinho dirigidos às crianças (Mc 9,35-36; Mt 18,1-5).
- Jesus se preocupa por elas. Repreende a quem as olha com desprezo (Mt 18,10); assinala, sobretudo, os mais duros castigos para quem escandalize uma criança (Mt 18,6).

- Jesus as cura. Cura a menina de doze anos (Mc 5,39), a quem chama com doçura Talitha, que quer dizer, "menina minha". Cura a filha endemoniada de uma mulher pagã (Mt 15,21-28). Cura o filho único de uma viúva (Lc 7,11-15). Cura o filho de um oficial real (Jo 4,46-54).

As crianças, por seu lado, também gostam de Jesus. Corriam para Ele. As crianças têm um sexto sentido, e jamais correriam para alguém em que não percebessem essa misteriosa eletricidade que é o amor.

Por isso, Jesus se atreverá a pedir a todos o supremo disparate de permanecer fiéis à sua infância, de continuar sendo crianças, de voltar a ser como crianças (Mt 18,2-5).

A infância que Jesus propõe não é o infantilismo, que é sinônimo de imaturidade, egoísmo, capricho. É, sobretudo, a reconquista da inocência, da limpeza interna, do olhar limpo das coisas e das pessoas, desse sorriso sincero e cristalino, desse compartilhar generosamente “minhas coisas e meu tempo”.

7.7- Jesus e as mulheres

A mulher, nos tempos de Jesus, era obrigada às tarefas domésticas, não podia sair de casa senão o necessário e convenientemente velada, não podia conversar a sós com nenhum homem sob pena de ser considerada indigna e até adúltera. A discriminação em caso de adultério era radical. Esta humilhação chegava, em alguns campos, sobretudo no campo religioso, a situações incríveis.

Jesus soube tratar a mulher com grande respeito e dignidade, valorizando toda a riqueza espiritual que ela traz consigo, no que se refere à educação humana e moral dos filhos e à formação de um lar onde reine a compreensão, o carinho e a paz, e onde Deus seja o centro.

Para Jesus, as mulheres tinham as seguintes características:

- Trabalhadora. Compara o Reino de Deus a uma mulher que trabalha na casa, que põe fermento na massa e prepara o pão para a família (Lc 13,20-21).
- Cuidadosa, atenta e solícita. Como uma mulher que varre a casa, busca em todas as partes para encontrar a moeda perdida; assim é Deus Pai conosco, até nos encontrar (Lc 15,8-10).
- Afetiva e comunicativa. A mulher se alegra ao encontrar a moeda perdida e participa a seus vizinhos sua alegria; assim Deus Pai nos faz partícipes de sua alegria, quando recobra um filho perdido (Lc 15,8-10).
- Esposa providente. Com o azeite de seu amor e fé sai ao encontro do esposo; assim nós devemos ser com Deus. (Mt 25,1-13)
- Insistente. A mulher é modelo de fé insistente, até conseguir o que quer (Lc 18,1-8).
- Serviçal e generosa. Marta e as boas mulheres, que O seguiam, servem Jesus com delicadeza e amor, colocando seus bens a serviço de Cristo (Lc 10,38-42; Lc 8,1-3).
- Feliz no sacrifício. Como a mãe ao dar a luz a seu filho (Jo 16,21).
- Humilde e oculta. Como a viúva que coloca na coleta do templo tudo o que tinha para viver (Mc 12,41-44; Lc 21,1-4).
- De fina sensibilidade. Derrama o melhor perfume para Cristo (Jo 12,3).
- Fiel nos momentos difíceis. Ali estavam as mulheres no Calvário, quando Jesus morria (Jo 19,25).

Através da condição feminina percebe-se um especial reflexo do Espírito de Deus e sua virtude como força de amor, como centro de comunhão, como regaço de vida, como alento de esperança, como certeza de que a vida triunfa sobre a morte, assim como o espírito prevalece sobre a matéria.

A mulher faz parte essencial do Corpo Místico de Cristo em virtude de sua feminilidade, a qual reflete a natureza esponsal de tal Corpo com relação à sua Cabeça, Cristo. A Igreja é a esposa

de Cristo. Ao querer retratar a Igreja devemos olhar para a mulher, de onde tiraremos a fonte de ternura feminina para aplicá-la analogicamente à Igreja de Cristo.

Para refletir:

- 1) Jesus escolheu seus apóstolos, um grupo de homens humildes com suas virtudes e defeitos e a eles encomendou a missão de transmitir sua vida, ensinamento e fé. A nós também escolheu tal como somos. Como estamos vivendo a missão que nos encomendou e nos destinou: como cristãos, como esposos, como pais, como irmãos, como trabalhadores?

- 2) Jesus nos pede permanecer fiel à nossa infância. Não como um reflexo de imaturidade, mas como inocência, olhar limpo, sorriso sincero... Estamos vivendo realmente com esse coração de criança? Em que podemos melhorar para cumprir estas características?

MESA 8

MARIA, MÃE DO FILHO E MÃE NOSSA⁷⁹

Até agora falamos de Jesus. Mas este Jesus teve uma mãe como cada um de nós. E esta mãe é Maria.

A Virgem Maria nasceu em Nazaré. Seus pais foram, segundo a tradição, São Joaquim e Santa Ana. Maria era de família sacerdotal, descendente de Aarão; já Isabel, mãe de João e esposa do sacerdote Zacarias, era sua prima (Lc 1,5; 1,36). Maria e José eram de modestas condições econômicas, mas ricos em santidade e virtude, cumpridores da Lei como o assegura o Evangelho segundo São Lucas (Lc 1,22-24).⁸⁰

Não é possível separar Maria de Jesus. Maria deve ser vista sempre com relação a Ele. Tudo o que a Igreja diz de Maria depende, em último caso, de que ela é a mãe de Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Mas, ao mesmo tempo, depende da reflexão da Igreja. Por isso, a Virgem Maria deve ser compreendida a partir de Jesus e a partir da vida da Igreja.

Na Sagrada Escritura estão claramente expressas as verdades mais fundamentais que a Igreja confere a Maria: a de ser Mãe de Jesus e a de ser, não obstante, Virgem; a de ser cheia de graça e discípula que segue seu Filho. E, como tal, é parte da Igreja, como modelo e mãe dela.

Meditando um pouco no Evangelho podem ser tirados os traços e a fisionomia espiritual de Maria. Para compreender esta mulher e mãe deve-se pensar nela a partir do coração e com o coração.

8.1- A inesperada notícia da Anunciação (Lc 1,26-28)

Deus falou a Maria. E como Maria tinha uma alma tão pura, tão limpa, tão cristalina, livre do pecado original pela graça redentora de seu Filho que Deus lhe antecipa desde o primeiro

⁷⁹ Cf. Pe. Antonio Rivero. **Jesucristo - El más hermoso de los hijos de los hombres**. Credo Ediciones, 2013.

⁸⁰ <http://www.catolicosfirmesensufe.org/>.

instante de sua concepção, imediatamente percebeu a luz de Deus, a vontade de Deus em sua vida.

Maria é bem-aventurada sobretudo por ter escutado a palavra de Deus e tê-la guardado, e não tanto por ser a mãe de Deus, assim o disse Jesus Cristo, seu Filho, àquela mulher que havia lançado o elogio a sua mãe (Lc 8,21).

Escutar a palavra de Deus é a atitude primordial da fé de uma criatura. A fé, portanto, não é primeiramente um ato do pensamento pessoal, uma criação da inteligência humana, mas sim a acolhida no coração do pensamento divino, e de um pensamento expressado concretamente sob a forma de palavra.

Escutar é abrir-se a esta palavra e receber todo o pensamento e a profundidade que ela manifesta. Assim fez Maria: escutou o plano de Deus exposto pelo anjo e por essa voz interior. Não expôs primeiro seu próprio pensamento nem sua própria decisão. Não escutou outras “sirenes” que a convidavam para uma vida mais fácil e sem tantas complicações.

Maria confiou-se plenamente a Deus e acreditou em Deus. Maria tinha um plano: ser virgem toda sua vida. Esse era seu projeto. Deus, ao contrário, tinha o seu plano para Maria: ser a Mãe de Deus. Como conjugar isso? O ponto de união está na fé de Maria. A fé de Maria uniu estes dois polos que humanamente não podiam unir-se: virgindade e maternidade nela ao mesmo tempo.

Este passo de Maria é um ato de amor. Assim como o escutar é a atitude primordial da fé, o amor é a condição para nos entregarmos a Deus sem regateios; porque não é verdade que o amor nasça sempre da fé; o mais corrente é que a fé surja em um coração que já ama.

Maria não entende tudo, mas prefere abandonar-se humilde e plenamente ao mistério proposto por Deus, porque Ele não pode desapontá-la nem muito menos enganá-la: *"Eu creio em Ti que és a Verdade suprema derramada ao mundo através das cinco chagas que sangram de teu Filho"*.

Desta maneira, ela se converte em território livre e disponível para que Deus faça sua Obra maravilhosa. Assim como o Éden havia sido o Paraíso da criação, a Virgem seria o Paraíso, o novo Éden, da Encarnação.

8.2- A alegria profunda em Belém (Lc 2,1-7)

Maria foi verdadeira Mãe do Filho de Deus. Uma mãe não gera naturezas, mas sim pessoas. Por isso Maria engendrou a verdadeira pessoa divina do Filho. Assim o definiu o Concílio de Éfeso contra Nestório que dizia que Maria era mãe só de Cristo homem, quer dizer, da natureza humana. Uma mãe dá à luz a uma pessoa e não a uma natureza. Uma natureza não se sustenta por si mesma e em si mesma.

O amor de Maria tem o privilégio de ser maternal e virginal. A virgindade conferia uma incomparável beleza ao amor de Maria a seu Filho. Esta virgindade colocou uma nota de perpétua juventude no amor maternal de Maria.

O coração da virgem é um manancial sempre fresco, não contaminado, cheio de ternura e de afeto sincero e limpo. O coração da virgem não é um coração seco, frio, narcisista... mas sim, ao contrário, está pleno de compreensão, de carinho, de bondade, de doçura.

Comumente, o amor de uma mãe é possessivo. Maria, no entanto, amou seu Filho, entregou-se a seu Filho sem buscar Dele as compensações que, como é comum, toda mãe busca. Entregou-se a seu Filho sem essas imperfeições próprias temperamentais em que uma mãe manifesta sua raiva, sua impaciência ou seu demasiado zelo possessivo. Era tal a harmonia interior que reinava na alma de Maria que nunca Jesus se sentiu contrariado nem decepcionado pela conduta de sua Mãe.

O amor de Maria por Cristo foi puro e desinteressado. Ela nunca se aproveitou do posto privilegiado de seu Filho, como quiseram fazer os discípulos que disputavam os melhores postos junto a esse Rei. Ela sabia que seu Filho estava destinado aos homens e não o guardou

zelosamente só para si. Sim, fazia de tudo por Ele, mas desinteressadamente, consciente de que ainda que fosse seu Filho, não pertencia a Ela: "Seria o Salvador do povo".

Tudo o que foi dito até agora: que seu amor não é egoísta, nem possessivo, nem aproveitador... não impede que Ela o tenha amado com um amor real, ou seja, tenha dado tudo a seu Filho: sua fé, sua confiança, seu amor, seu corpo. A mesma herança física de Jesus vinha de sua Mãe... Jesus tinha os traços físicos de Maria.

A graça havia elevado o amor maternal de Maria ao nível da virtude da caridade teológica, porque o termo de seu amor era diretamente o mesmo Deus na Pessoa divina de seu Filho.

Nós, por nosso lado, temos que amar a Deus através do próximo, até o ponto que o próprio Deus considere feito a Ele o que fizemos pelo próximo.

Evidentemente, Deus concede a caridade a todos os homens que lhe abrem livremente sua alma, mas a Maria foi dada a forma do amor maternal. Ou seja, em Maria seu amor maternal se identificava com a caridade teológica. As demais mães amam a Deus e a seus filhos com dois amores distintos. Maria ama a Deus e a seu Filho com um único e idêntico amor.

8.3- A oferenda de Maria no Templo (Lc 2,22-39)

A terceira característica da alma de Maria é o desprendimento. Depois de meditar sua fé e seu amor, o desprendimento é uma admirável qualidade da Mãe de Jesus Cristo.

Maria e José estavam felizes com seu Filho em Belém. Parecia que essa felicidade não ia acabar. Mas não. Sobre essa alegria já gravitava uma espada no horizonte. Assim foi.

Um mês mais tarde se puseram a caminho até Jerusalém para oferecer a Deus esse Menino primogênito. Os primogênitos eram propriedade de Deus. A rigor, os primogênitos deviam dedicar sua vida inteira ao serviço de Deus. Mas, na realidade, eram os membros da tribo de Levi que "cobriam" este serviço em representação de todos os primogênitos de todas as tribos. Para isto deviam pagar um preço por este resgate.

No entanto, Maria sabia que ainda que resgatasse seu Filho com esse "par de pombos", seu Filho continuaria sendo total e absolutamente de Deus. Ela o teria como um empréstimo, mas sem nunca ser seu. Maria se desprendeu desse seu fruto querido. Desprender-se não é coisa fácil. É muito difícil.

Desprender-se não consiste propriamente na separação material e efetiva das coisas e das criaturas. A essência do desprendimento está na separação afetiva de tudo quanto se usa. É essa "desafeição espiritual" que mantém o coração livre de todo apego. Portanto, a essência do desprendimento está no desapego desse núcleo secreto que somos, cada um de nós, com nossas ambições legítimas, com nossas ilusões santas, com nossas preferências.

Até este momento tudo havia sido júbilo, aleluias de anjos, alegria de pastores. Uma criança é sempre uma alegria para uma mãe, para uma família, para um lar. Maria, embora quisesse atrasar sua ida ao templo, colocou-se a caminho. Levou seu melhor tesouro, seu Filho querido, seu tudo, o objeto de sua alegria profunda... Leva-o para oferecê-lo a Deus Pai e aos homens. Não é seu, não é para ela, não é para seu desfrute pessoal.

Maria o leva ao templo, ainda que seu coração sangrasse. Todo desprendimento é doloroso, é como arrancar a venda de uma ferida já fortemente aderida. Doloroso, como doloroso foi para Abraão desprender-se de seu querido filho Isaac.

O desprendimento de Maria foi livre e motivado. Maria, conduzida ao templo por inspiração do Espírito para cumprir o que mandava a lei, foi livremente, sem coação alguma. Ali foi a Imaculada, a não amarrada pelas paixões, nem pelo egoísmo.

Maria, na apresentação de seu Filho ao Templo, entregou-se totalmente e se desapegou radicalmente por um motivo teológico: dava-o ao Pai Celestial de quem o havia recebido e colocava-o à disposição de todos os homens, independentemente do fato de que os homens valorizassem ou não essa oferenda tão custosa para seu coração maternal.

O ancião Simeão foi profeticamente cruel com Maria. Porque lhe antecipa o que Ela seria em vida: a mãe de uma pedra de escândalo contra a qual tropeçarão muitos egoísmos, prazeres, orgulhos, soberbas, potentados, reis? Seu Filho, sinal de contradição! Seu Filho, pedra de

escândalo! Por que uma espada? Era duro aceitar isto. E essa espada de dor foi pouco a pouco introduzindo-se no coração de Maria. No Calvário essa espada foi totalmente cravada.

8.4- Maria, Mestre e Discípula de Nazaré (Lc 2,51-52)

Maria, com a espada bem cravada no coração, sai do templo dolorida. Jamais houvera pensado que fosse tão duro ser a mãe de Deus. Teve que redimensionar muitos pensamentos seus. Esse santo orgulho que sentiu em Belém por ser a mãe de Deus, por ter entre suas mãos o próprio Filho de Deus, agora esse mesmo orgulho é purificado pela espada da dor.

E então se dirige a Nazaré, com a criança em seus braços. Pesava um pouco mais, porque começou a levar a partir deste momento a cruz de seu Filho e a cruz do seu Filho pesa muito, porque está lavrada com os pecados de todos os homens. Maria começa a ser co-redentora e, na cruz, seu Filho lhe confirmará esta vocação.

Em Nazaré, Maria formou seu Filho, educou-o. Não poderia parecer uma heresia dizer que uma pessoa humana, por muito santa que seja, tenha podido exercer realmente influência sobre Deus, tenha podido dar-lhe educação, formação. E, no entanto, é certo: Cristo foi tão autenticamente educado por Maria como gerado por ela.

A divindade de Jesus, longe de obstaculizar a influência materna de Maria, acentuou sua força. Jesus deixou-se, em sua humildade e inocência, formar e educar como o melhor dos meninos. Queria, inclusive, ser por inteiro um menino, ou seja: indefeso, necessitado da proteção, cuidados e educação de seus pais.

Maria contribuiu para a formação da alma humana de Jesus, ensinou-o a rezar. Ensinaria a seu Filho as orações tradicionais do judaísmo. Influenciou também na formação do coração de seu Filho. Maria foi educando o coração de Jesus na humildade, para que estivesse voltado apenas para Deus, seu Pai, e aos homens, seus irmãos. Encaminhou o coração de seu Filho a não buscar honras nem ambições nem desejos terrenos, mas sim a buscar a humildade: *"Aprende de Mim que sou manso e humilde de coração"*.

Educou o coração de seu Filho na caridade e no amor aos demais. Por que Jesus sentia compaixão da multidão, por que sua sensibilidade registrava as palpitações do coração dos homens, por que tinha para todos sentimentos de bondade, carinho, proximidade? Maria teve muito a ver com isto.

Maria formou a fina sensibilidade e os nobres sentimentos de Jesus. De onde veio para Cristo essa fina sensibilidade, aberta à beleza da natureza, aos lírios do campo, aos passarinhos do céu...? De sua Mãe. Quando saíam a passeio, Maria ia ponderando a Ele todas essas maravilhas da natureza. Deter-se-ia e o faria valorizar a beleza da criação.

Dela aprendeu a gratidão. O "*Te dou graças, Pai...*" não é o eco do hino de gratidão que Maria sempre entoava em sua casa de Nazaré?

E sua vontade e resistência. Jesus aprendeu dela a aceitação alegre do plano de Deus, a fortaleza ante o sacrifício: deslocamentos, exílio, fuga ao Egito, a longa espera em Nazaré, sua ida ao seu apostolado. Dela aprendeu a resistência ante a pobreza que reinava em Nazaré, a tenacidade diante das contradições... Como nos vêm à mente os sofrimentos e injúrias do patíbulo da cruz, sofridos e suportados com uma inteireza digna de um filho, cuja mãe foi atravessada por uma espada de dor! Essa espada atravessou a mãe e o filho.

Por outro lado, ela mesma, como a irmã de Marta, se sentava aos pés de seu Filho, ia enchendo sua alma de sumo espiritual, aprofundava no conhecimento de seu Filho, sem deixar-se levar pela monotonia da vida. Também a rotina quis ferir Maria. Mas Ela nunca se obstinou em viver com seu Filho. Melhor, abria-se ao resplendor divino que seu Filho despejava. Por isso, meditava em tudo que via e ouvia de seu Filho. Seu Filho era para ela seu Mestre.

8.5- As lágrimas de Maria no Calvário (Jo 19,25-27)

O Papa Francisco em sua exortação apostólica "A Alegria do Evangelho" define Maria no Calvário como "o presente de Jesus a seu povo" (EG, 285), e escreve:

"Nesse crucial instante, antes de dar por consumada a obra que o Pai lhe havia confiada, Jesus disse a Maria: 'Mulher, aqui tens teu filho'. Depois disse ao amigo amado: 'Aqui tens tua mãe' (Jo 19,26-27). Estas palavras de Jesus à beira da morte não expressam primeiramente uma preocupação piedosa por sua mãe, mas são mais uma fórmula de revelação que manifesta o mistério de uma especial missão salvífica. Jesus nos deixava sua mãe como nossa mãe" (...) "Ao pé da cruz, na hora suprema da nova criação, Cristo nos leva a Maria" (EG, 285).

Maria em Belém deu à luz seu Filho entre satisfação e alegria profundas; e no Calvário deu luz, entre dor imensa, à humanidade inteira. Ali foi a Mãe do Redentor; aqui, a Mãe da Igreja redimida. Ali o amor de Maria florescia; aqui, se purificava, se agigantava, amadurecia e se dilatava para abrigar sob seu colo toda a humanidade doente.

Assim como a Anunciação uniu Maria com a Divindade antes da vinda de seu Filho, agora o Calvário une Maria com a humanidade até a segunda vinda de seu próprio Filho. Desta maneira, tornou-se co-redentora junto a seu Filho Redentor.

Todos temos nosso Calvário pessoal, intransferível, fecundo, dado por Deus para sermos co-redentores com Cristo porque *"sem derramamento de sangue, não há redenção"* (Heb 9,22).

As últimas carícias nesse terrível dia foram as de Maria. Uma vez descido da cruz e antes de ser colocado no sepulcro, o corpo morto do Filho repousou no colo de sua Mãe. Ela seguramente lhe fechou um pouco mais os olhos entreabertos, acariciou suas feridas, alisou e ordenou sua barba e tratou de recompor um pouco o revoltado emaranhado de seus cabelos. No final, se deteve em uma das feridas: a do tronco.

Abaixou imediatamente sua cabeça e seus lábios pousaram sobre seu peito. Estava beijando o coração do Filho. Deteve-se um momento para escutar sua batida. Inútil. O coração havia parado. Voltou a beijar aquele mistério, enquanto repetia tudo o que Ela sabia, o que havia dito sempre, o que constituía a definição de sua vida: *"Aqui está a escrava do Senhor..."*.

Porque Ela também sabia que, ainda que os lábios e o coração do Filho estivessem mudos, sua Palavra seguia viva.

Quando alguém perde um ser querido sofre a solidão. Maria viveu a solidão física: essa ausência de companhia humana, porque seu Filho morreu. Como e com que poderá preencher agora esse vazio que a ausência de seu filho deixou?

Viveu a solidão psicológica: de sentir ou perceber que as pessoas que o rodeavam não estavam de acordo com ela e não a acompanham com seu espírito, que estavam distantes de seu espírito, não compartilhavam sua fé nem seu amor.

Viveu a solidão espiritual: essa solidão que a alma experimenta diante de Deus, quando parece que Deus nos abandona e nos deixa sozinhos com nossos problemas e angústias; a solidão de quem sabe que só ele e ninguém mais que ele deve responder livremente diante de Deus.

Viveu a solidão ascética: no clima interno que a alma consegue, como fruto do esforço pessoal de isolar-se das pessoas, acontecimentos, coisas, graças ao desprendimento, recolhimento e sacrifício.

Para concluir esta Mesa sobre Maria, cabe ressaltar que o Concílio Vaticano II adverte sobre a necessidade de uma autêntica espiritualidade mariana na vida de todos os batizados católicos:

"Recordem os fiéis que a verdadeira devoção à Mãe de Deus não consiste nem em um estéril e transitório sentimentalismo, nem em uma vã credulidade, mas sim que procede da fé verdadeira, que nos leva a reconhecer a excelência da Mãe de Deus e nos inclina a um amor filial até nossa mãe e à imitação de suas virtudes".⁸¹

A imitação de suas virtudes é a verdadeira pedra de toque da devoção mariana, porque de nada serviria visitar seus santuários, rezar rosários, acender velas, fazer promessas, levar flores, se não terminamos por parecer-nos com Ela.

⁸¹ Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, 67.

Por seu lado, o Papa Francisco volta a recordar Maria como "estrela da evangelização" neste momento crucial da história da humanidade, porque, de alguma maneira, diz: (EG, 288)

Há um estilo mariano na atividade evangelizadora da Igreja. Porque sempre que olhamos para Maria, voltamos a acreditar na força revolucionária da ternura e do afeto. N'ela vemos que a humildade e a ternura não são virtudes dos fracos, mas dos fortes, que não precisam maltratar os outros para se sentir importantes. Fixando-A, descobrimos que aquela que louvava a Deus porque "derrubou os poderosos de seus tronos" e "aos ricos despediu de mãos vazias" (Lc 1,52-53) é a mesma que assegura o aconchego de um lar à nossa busca de justiça. E é a mesma também que conserva cuidadosamente "todas estas coisas ponderando-as no seu coração" (Lc 2,19).

Maria sabe reconhecer os vestígios do Espírito de Deus tanto nos grandes acontecimentos como naqueles que parecem imperceptíveis. É contemplativa do mistério de Deus no mundo, na história e na vida cotidiana de cada um e de todos.

É mulher orante e trabalhadora em Nazaré, mas é também nossa Senhora da prontidão, a que sai "às pressas" (Lc 1,39) da sua povoação para ir ajudar os outros. Esta dinâmica de justiça e ternura, de contemplação e de caminho para os outros, faz d'Ela um modelo eclesial para a evangelização.

Pedimos-Lhe que nos ajude, com a sua oração materna, para que a Igreja se torne uma casa para muitos, uma mãe para todos os povos, e torne possível o nascimento de um mundo novo. (EG, 288)

Para refletir:

- 1) Maria escutou e aceitou o plano de Deus com humildade e sem questionamentos. Estamos nós abertos para escutar o que Deus pede de nós? Estamos sempre dispostos a aceitar Sua vontade? Ou questionamos? Que atitudes podemos melhorar neste sentido?

- 2) Maria encaminhou o coração de seu Filho não para buscar honras nem ambições nem prazeres terrenos, mas sim para buscar a humildade... Nós atuamos com a mesma humildade, compaixão, sensibilidade? Está nosso coração sempre voltado ao nosso cônjuge e nossa família? O que nos propomos para seguir fielmente o ensinamento ou o exemplo de Maria?

CONCLUSÃO

CONHECER JESUS CRISTO E SEGUI-LO

Como vimos, a estrutura de nossa fé cristã está baseada na existência de um evento: **Jesus Cristo**. É em memória de Jesus de Nazaré que se baseia a vida cristã.

Este foi o caminho que pudemos percorrer neste curso/albergue de Cristologia. Foi um caminho de regresso a Jesus, que cobre alguns lugares, fatos e atividades fundamentais de sua vida.

Voltando aos caminhos de Jesus, sem dúvida, podemos conhecê-lo melhor, e refletir como nossas vidas devem ser desenvolvidas com o fim de sermos considerados discípulos missionários de Jesus.

Nesta breve conclusão, vamos utilizar como base uma reflexão feita pelo Padre Manuel Hurtado, sobre o que significa "**Crer em Jesus Cristo hoje**".⁸²

1- Voltar a Jesus

Paulo nos convida a aceitar uma tarefa fundamental: "Recorda-te de Jesus Cristo, ressuscitado dentre os mortos" (2Tm 2,8). Portanto, poderia haver vida cristã sem recordar Jesus? Poderíamos crer em Jesus Cristo sem lembrar cotidianamente do homem de Nazaré?

Essa memória passa pela recordação de um caminho: o caminho de Jesus junto aos que o seguiam antes da Páscoa. Se queremos voltar a Jesus, devemos entrar nesse caminho que Jesus e seus seguidores seguiram.

Nós, como comunidade cristã, temos a responsabilidade de manter viva a memória de Jesus Cristo. E esta memória inclui também a vida da Igreja.

⁸² HURTADO, Manuel. "*Crer em Jesus Cristo hoje*". **Revista Vida Pastoral**, maio-junho de 2012, Ano 53, nº 284.

2- Crer em Jesus Cristo é crer ao estilo de Jesus

Para podermos por em prática esta afirmação devemos, em primeiro lugar, entender como Jesus acreditava. Jesus marcou um caminho onde os atos de fé se tornam a realidade cotidiana, especialmente nos momentos de dificuldade e de crise. Precisamente nestes momentos a confiança no Pai se converte no apoio necessário ao instante mais difícil de sua existência: o momento da paixão e da morte. Crer ao estilo de Jesus é crer desde o mais profundo de nosso ser.

Crer ao estilo de Jesus é confiar no Pai como guia em momentos de tentação, de sofrimento e de paixão. Essa confiança no Pai deve estar muito presente nos momentos prolongados de nossa oração pessoal, expressando palavras de abandono e confiança: "Pai, em tuas mãos entrego meu espírito" (Lc 23,46).

3- Crer em Jesus Cristo é crer no Deus de Jesus

Sabemos que é Deus porque Jesus nos revela sua identidade. Só sabemos quem é Deus a partir das obras e das palavras de Jesus. Jesus é quem nos mostra qual é o conteúdo e a compreensão da divindade. Contemplando Jesus podemos conhecer a verdadeira imagem de Deus.

Jesus nos ensina que seu Pai não deseja ser servido, mas servir. Nas bem-aventuranças descobrimos que Deus não deseja ser temido e obedecido, mas sim reconhecido na dor e no sofrimento. Crer em Jesus Cristo é crer no Deus dos homens e para os homens.

4- Crer em Jesus Cristo é seguir Jesus

Sabemos que o seguimento de Jesus diz bem o que é a vida cristã. Seguir Jesus é viver ao estilo de Jesus. O Espírito nos leva a crer que Jesus é o Cristo, é o mesmo Espírito que nos faz dizer que "Jesus é Senhor" (1Cor 12,13). Daí em diante, será necessário reconhecer o Ressuscitado no caminho (Lc 24,13-35).

5- Crer em Jesus Cristo é levar em nossos corpos as marcas de Jesus

À maneira de Paulo, crer em Jesus Cristo implica levar as marcas de Jesus no próprio corpo. Essas marcas de Jesus em nosso corpo significam que levamos o selo de Jesus. Esse selo é a

garantia de que lhe pertencemos totalmente. Trata-se da marca do Espírito Santo que recebemos no batismo.

Mas o que significa levar as marcas de Jesus Cristo? Levar as marcas de Jesus equivale a viver ao estilo de Jesus. Nossas marcas aparecerão quando lutamos pela justiça, quando buscamos a fraternidade e a igualdade, quando nos sacrificamos pelos pequenos e empobrecidos, quando os famintos e marginalizados ocuparem um lugar central em nossa vida.

6- Crer em Jesus Cristo é crer que Ele está vivo, que Jesus é o Vivente

A afirmação de que Jesus vive é algo fundamental para nossa fé cristã. Não é possível crer em Jesus Cristo sem afirmar que ele é o Vivente para sempre. Ele é a razão de nossa esperança. O sentido desta afirmação é que toda a não-humanidade do homem será superada na Vida de Jesus.

Pelo acontecimento da Ressurreição, Jesus Cristo nos leva a visualizar as imensas possibilidades de nossa humanidade e não a olhar somente nossas feridas. Não podemos buscar o Vivente entre os mortos, entre os escombros de nossa vida pessoal ou comunitária; ao contrário, devemos focar-nos em nosso caminho privilegiado junto ao que Vive conosco e em nós.

Concluindo, a fé em Jesus Cristo não se limita à simples confissão doutrinal de sua divindade, nem se limita tampouco ao conhecimento racional e externo de sua pessoa.

Crer em Jesus Cristo hoje é uma maneira concreta de viver como fiel, uma maneira concreta de seguir Jesus. É uma forma de ser homem ou mulher ao estilo de Jesus, segundo as exigências do Evangelho de Jesus Cristo.

Essa é nossa fé elementar em Jesus Cristo hoje.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA E CITADA (no texto em espanhol)

- Angelo Amato. *Jesús el Señor*. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2002.
- Bruno Forte. *Gesù di Nazaret, storia di Dio, Dio della storia. Saggio di una cristologia come storia*. San Paolo Edizioni, 2007.
- Basil Studer. *Dios Salvador, en los Padres de la Iglesia. Trinidad – Cristología – Soteriología*. Salamanca, 1993.
- CATECISMO DE LA IGLESIA CATOLICA.
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopedia de Biblia, teología e filosofía*. Vol. 1, São Paulo: Editorial Hagnos, 2002.
- Constitución Dogmática *Lumen Gentium* sobre la Iglesia.
- *Cuestiones Selectas de Cristología* para su Estudio por Parte de la Comisión Teológica Internacional. Comunicado de Radio Vaticana, 3 de febrero de 1981.
- Gerald O. Collins. *La Encarnación*. Editorial Sal Terrae, 2002.
- Gerald O'Collins. *Christology: A Biblical, Historical, and Systematic Study of Jesus*. Second Edition, Ebook, 2009.
- Gerhard Lohfink. *Jesus of Nazareth: What He Wanted, Who He Was*. Paperback, 2015.
- Gunther Borkman. *Jesús de Nazaret*. Ediciones Sígueme, Salamanca, 1975.
- Hans Kessler. *Manual de Cristología*. Barcelona: Editorial Herder, 2003.
- Hurtado, Manuel. “Creer en Jesucristo hoy”. Revista Vida Pastoral, mayo-junio del 2012, Año 53, Nº 284
- John L. Greshman. *Jesús 101: God and Man*. Firstedition, LiguoriPublications.
- José Ramón Busto Saiz. *Cristología para empezar*. 4ª edición, Editorial Sal Terrae, Santander, 1995.
- Joseph Ratzinger - Benedicto XVI. *Jesús de Nazaret I: Del Bautismo en el Jordán a la transfiguración*. Editorial Planeta, 2011.
- Joseph Ratzinger - Benedicto XVI. *Jesús de Nazaret: Desde la entrada en Jerusalén hasta la Resurrección*. Editorial Encuentro, 2011.

- Joseph Ratzinger - Benedicto XVI. *Jesús de Nazaret: La infancia de Jesús*. Editorial Encuentro, 2013.
- Matthias Neuman. *Cristología: Verdadero Dios, verdadero hombre*. Loyola Press, 2005.
- Olegario González de Cardedal. *Cristología*. Editorial: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- Padre Antonio Rivero. *Jesucristo - El más hermoso de los hijos de los hombres*. Credo Ediciones, 2013.
- Walter Kasper. *Jesús, El Cristo*. 4ª Edición, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1982.
- Jose Antonio Pagola. *Jesús: Aproximación histórica*. Editorial: PPC, eBook, 12ª ed., 2013.

BIBLIOGRAFIA QUE PODE SER CONSULTADA EM PORTUGUÊS (Brasil)

- Albert Nolan. **Jesus antes do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1988.
- Alexandre Andrade Martins. **Introdução à Cristologia Latino-Americana**. São Paulo: Paulus, 2014.
- Alfonso Garcia Rubio. **O Encontro com Jesus Cristo Vivo: um ensaio de cristologia para nossos dias**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- André Chevitarese & Gabriele Cornelli (org.). **A Descoberta do Jesus Histórico**. São Paulo: Paulinas, 2209.
- Catecismo da Igreja Católica.
- Christian Duquoc. **O Único Cristo: a sinfonia adiada**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja.
- Edward Schillebeeckx. **Jesus: a história de um vivente**. São Paulo: Paulus, 2008.
- Hans Küng. **Vinte teses sobre o ser cristão**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- Joseph Ratzinger – Bento XVI. **Jesus de Nazaré: a infância de Jesus**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.
- Joseph Ratzinger – Bento XVI. **Jesus de Nazaré: da entrada em Jerusalém até a Ressurreição**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- Joseph Ratzinger – Bento XVI. **Jesus de Nazaré: do Batismo no Jordão à Transfiguração**. 1ª Parte, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

- Jürgen Moltmann. **O caminho de Jesus Cristo: cristologia em dimensões messiânicas.** Petropolis: Vozes, 1993.
- M. França Miranda. **A salvação de Jesus Cristo.** São Paulo: Loyola, 2009.
- Maria Clara L. Bingemer. **Jesus Cristo: Servo de Deus e Messias Glorioso.** São Paulo: Paulinas, 2008.
- Pe. Antonio Rivero. **Jesus Cristo: o mais belo entre os filhos dos homens.** Itu (SP): Ottoni Editora, 2014.
- Roger Haight. **Jesus, Símbolo de Deus.** São Paulo: Paulinas, 2003.
- Roger Haight. **O Futuro da Cristologia.** São Paulo: Paulinas, 2008.
- Segundo Galilea. **Seguir a Cristo.** São Paulo: Paulinas, 1978.
- Victor Codina. **Seguir Jesus hoje: da modernidade à solidariedade.** São Paulo: Paulus, 1993.
- William Loewe. **Introdução à cristologia.** São Paulo: Paulus, 2000.